

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RIZZA SOUSA LUZ MATOS

**AS RAÍZES DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL ENTRE O PARQUE NACIONAL
DO ITATIAIA E A POPULAÇÃO HISTÓRICA DO SUL DE MINAS GERAIS**

Rio de Janeiro
2020

RIZZA SOUSA LUZ MATOS

**AS RAÍZES DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL ENTRE O PARQUE NACIONAL
DO ITATIAIA E A POPULAÇÃO HISTÓRICA DO SUL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Scott William Hoefle

Rio de Janeiro

2020

CIP - Catalogação na Publicação

M433r Matos, Rizza Sousa Luz
As raízes do conflito socioambiental entre o
Parque Nacional do Itatiaia e a população histórica
do sul de Minas Gerais / Rizza Sousa Luz Matos. --
Rio de Janeiro, 2020.
142 f.
Orientador: Scott William Hoefle .
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, 2020.
1. Ecologia política . 2. Conflitos
socioambientais. 3. Organização do território . 4.
Geografia agrária . 5. Justiça ambiental . I. Hoefle
, Scott William, orient. II. Título.

RIZZA SOUSA LUZ MATOS

**AS RAÍZES DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL ENTRE O PARQUE NACIONAL
DO ITATIAIA E A POPULAÇÃO HISTÓRICA DO SUL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Aprovada em: 08/10/2020

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Scott William Hoefle – orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª. Dra. Ana Maria de Souza Mello Bicalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto
Universidade Federal de Juiz de Fora

Ao devir.

Agradecimentos

Ao meu orientador, professor, mestre e amigo Scott Hoefle, cujo exemplo e sensibilidade inspiram a enxergar o bom das coisas, esperar o melhor e acreditar que a alegria reside em dar de si.

Agradeço a minha família por todo suporte dado a mim em minha trajetória.

A minha mãe, Dilva Sousa Luz por ser tudo e aos meus irmãos Raizza Sousa Luz Matos e Pedro Messias Sousa Luz Matos pelo amor que compartilhamos e a ao meu pai Valmo Rodrigues Matos que não poupou esforços para me proporcionar educação.

Ao Ton Rodrigues e Antony Santiago, pela irmandade ancestral, fonte que nutre minha alma de afeto, segurança e confiança na força do nosso amor.

À Danusa de Melo, Violeta e Olivia, por serem minha família do coração, sem elas não teria chegado até aqui, S2.

Ao César Augusto Costa Alvarenga, amigo e parceiro de tantas horas, meu muito obrigada pela sua presença poética, leveza e encantamento.

À Gessina e ao Bruno Fonseca pela amizade espontânea, minha devolutiva em gratidão.

Ao Maco Maltauro, pela companhia, parceria, incentivo, músicas e risadas que tornaram essa jornada mais suave e prazerosa.

Ao Evander Souza pela rara solidariedade e prontidão em ajudar com excelência.

Aos amigos do Centro Acadêmico de Geografia da UFRJ, Cageo, pelo conversas e trocas, especialmente ao Bruno Victor, Fell (Fellipe Jordão), Ingrid, Tainá, Xoro (Hugo Cardoso), Fernanda e Mib (Gil Gabriel).

Aos moradores de Fragária, Capivara, Serra Negra e Vargem Grande e Campo Redondo que me receberam e abriram as portas de suas casas com extrema gentileza e parceria.

Ao coordenador do programa de Pós-Graduação de Geografia da UFRJ, prof. dr. Rafael Winter e ao secretário Bruno Ferreira, cujo trabalho caracteriza-se por extremo profissionalismo dotado de sensibilidade humana.

À FAPERJ pelo recurso que subsidiou essa pesquisa e à UFRJ, pela possibilidade de desenvolvimento.

Em algum remoto rincão do universo cintilante que se derrama em um sem número de sistemas solares, havia uma vez um astro, em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da “história universal”: mas também foi somente um minuto. Passados poucos fôlegos da natureza congelou-se o astro, e os animais inteligentes tiveram de morrer. — Assim poderia alguém inventar uma fábula e nem por isso teria ilustrado suficientemente quão lamentável, quão fantasmagórico e fugaz, quão sem finalidade e gratuito fica o intelecto humano dentro da natureza. (NIETZSCHE, Sobre verdade e mentira em sentido extra-moral, 1987, p. 29)

RESUMO

A presente pesquisa pretende analisar como o modo de vida da população histórica de quatro comunidades localizadas na Parte Alta do Parque Nacional do Itatiaia, no município de Itamonte, Minas Gerais (MG), é entendido de forma discriminatória pela administração, além de discutir como as práticas socioecológicas das populações do entorno e de dentro do Parque se relacionam com políticas de conservação. Para isso, a pesquisa busca identificar as diferentes perspectivas políticas e ambientais envolvidas no conflito, verificar de que maneira essas comunidades são criminalizadas pela administração do Parque e analisar como as consequências dessa criminalização tensionam o conflito. O trabalho mescla o resultado de 57 questionários semiestruturados, juntamente com observação participante realizada por dois anos. Prontamente, é possível perceber a distinção e não alinhamento entre as partes envolvidas no conflito. A hostilidade e medição de forças desiguais compõem um cenário impregnado de particularidades que delineiam o presente estudo. Desse modo, o parque nacional é entendido como uma política colonialista, na medida que serve a atender aos interesses do capitalismo, o qual desloca a responsabilidade de preservar o meio ambiente para as populações rurais. As atividades que incitam conflitos são o uso do fogo, criação de gado, retirada de madeira e construção civil, passíveis de penalidades. Ao serem multados, além do impacto econômico direto da economia familiar, os relatos, majoritariamente, apontam para o constrangimento frente aos outros membros da comunidade, violando o código ético, moral e cristão que rege as relações interpessoais do grupo. Também foi possível observar a omissão do Parque diante dos direitos constituídos legalmente dessa população, o que vem negligenciando o processo da democratização das políticas de conservação. Além do mais, ficou claro também que o Parque impulsiona relevante transformação das relações de trabalho e a captação da mão de obra, que passa a configurar como assalariada e é induzida a pensar que essa desapropriação do tempo e dos fazeres típicos de sua história devem ser substituídos por uma nova lógica, que troca tempo por dinheiro, o que implica perdas reais no modo de transmissão de conhecimentos dessas comunidades, estando agora em perfeita harmonia com a globalização, a qual, por sua vez, cerceia modos distintos específicos.

Palavras-Chave: conflito sócioambiental, Parque Nacional do Itatiaia, unidades de conservação

ABSTRACT

This research intends to analyze how the way of life of the historical population of four communities located in the Upper Part of the Itatiaia National Park, in the municipality of Itamonte, (MG) is understood in a discriminatory way by the administration. The work proposes to discuss how the socio-ecological practices of the populations around / within the Park are related to conservation policies. For this, the research seeks to identify the different political and environmental perspectives involved in the conflict and to analyze how these communities are criminalized by the Park administration and how the consequences of this criminalization tension the conflict. The work mixes the application of 21 semi-structured questionnaires together with participant observation carried out for two years. It is readily possible to perceive the distinction and non-alignment between the parties involved in the conflict. The hostility and measurement of unequal forces compose a scenario impregnated with particularities that outline the present study. In this way, the national park is understood as a colonialist policy insofar as it serves to serve the interests of capitalism, which shifts the responsibility to preserve the environment for rural populations. The activities that incite conflicts are the use of fire, removal of wood and civil construction subject to penalties. When fined, in addition to the direct economic impact of the family economy, the reports mostly point to embarrassment towards other members of the community, violating the Christian moral ethical code that governs the interpersonal relations of the group. The Park's omission in the face of the legally constituted rights of this population was also verified, which has neglected the democratization process of conservation policies. And finally, the Park drives a relevant transformation of labor relations, it is the capture of manpower that starts to be configured as a wage earner and they are led to think that this expropriation of time and the typical activities of their history should be replaced by a new one, logic that exchanges time for money, which implies real losses in the way of transmission of knowledge of these communities being now in perfect harmony with the globalization that surrounds specific distinct modes.

Keywords: socio-environmental conflict, Itatiaia National Park, conservation units

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Maciço do Itatiaia com vegetação de campo de altitude.....	57
FIGURA 2	Autorização de Entrada e Permanência no Parque Nacional do Itatiaia em 1937.....	60
FIGURA 3	Dinâmica da ocupação das comunidades na Serra da Mantiqueira.....	77
FIGURA 4	Cedros centenários em área de pastagem em Serra Negra.....	80
FIGURA 5	Hortas são essenciais para manter a alimentação das famílias.....	87
FIGURA 6	Cadeados e muros -construções exógenas em Fragária	94
FIGURA 7	Construção embargada pelo ICMBio em Serra Negra.....	105

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	População da área pesquisada.....	22
TABELA 2	População em Parques Nacional em 1995.....	48

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Área de Estudo.....	18
MAPA 2	Situação Fundiária do Parque Nacional do Itatiaia 2012.....	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APRUCARE	Associação dos Produtores Rurais de Campo Redondo
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDCMAN/CD	Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados
CDB	Convenção da Biodiversidade
DAP	Declaração de Aptidão do Produtor
EESGT	Estação Ecológica Serra Geral de Tocantins
EMATER MG	Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural de Minas Gerais
ESEC	Estação Ecológica
FBCN	Fundação Brasileira da Conservação da Natureza
FLONA	Floresta Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSP	Folha de São Paulo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISA	Instituto Sócioambiental
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MN	Monumento Natural
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento Nacional dos Sem-Terra
ONG's	Organizações Não Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional
PNI	Parque Nacional do Itatiaia
PNs	Parques Nacionais
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
REBIO	Reserva Biológica
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REFAU	Reserva de Fauna
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Justificativa e objetivos da pesquisa.....	15
1.2	Área de estudo e população estudada.....	16
1.3	Conflitos de visões.....	18
1.4	Metodologia.....	21
1.5	Estrutura da dissertação.....	23
2.	CAPÍTULO 1 - CONSERVAÇÃO INTEGRAL E SEUS CRÍTICOS NO MUNDO E NO BRASIL.....	25
2.1	A estrutura do movimento conservacionista norte-americano-europeu.....	25
2.2	Breves considerações sobre a evolução da ideia de natureza nas civilizações ocidentais.....	29
2.3	Conflitos entre parques nacionais e populações históricas ao redor do mundo.....	32
2.4	Evolução do pensamento conservacionista brasileiro e a estruturação do conceito de parques nacionais no Brasil.....	37
2.4.1	O conservacionismo durante o período militar.....	40
2.4.2	O movimento conservacionista na volta da democracia e o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável.....	44
2.5	A discussão de populações dentro dos Parques Nacionais brasileiros.....	47
3	CAPÍTULO 2 - A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA.....	53
3.1	Presença humana na região.....	57
3.2	A implantação do Parque Nacional do Itatiaia.....	59
3.3	A ampliação do Parque Nacional do Itatiaia.....	68

4	CAPÍTULO 3 - OS CONFLITOS	73
4.1	Aspectos naturais da região	74
4.2	O surgimento das comunidades	75
4.2.1	Atividades Econômicas do Passado.....	77
4.2.2	Agropecuária do Passado.....	78
4.2.3	Agricultura do Passado.....	80
4.2.4	Extrativismo do Passado.....	83
4.3	O presente, 38 anos após a ampliação	85
4.3.1	Dinâmicas socioespaciais atuais.....	86
4.3.2	A Atividade da pecuária nas comunidades.....	89
4.3.3	Extrativismo atual	92
4.3.4	Moradores de fora e novos trabalhos.....	93
4.4	O conflito e seus desdobramentos	96
4.4.1	O uso do fogo.....	98
4.4.2	Novas atividades.....	102
4.4.3	Construção civil.....	104
4.4.4	Relações políticas da população histórica com o Parque Nacional do Itatiaia.....	107
4.4.5	Problemas Fundiários.....	108
5	CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES	112
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
	APÊNDICE A – DECRETO DE AMPLIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA	127
	APÊNDICE B - FORUM LISTA AGROFLORESTAL	129
	ANEXO A - EXEMPLO DO QUESTIONÁRIO APLICADO	133

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa e Objetivos da Pesquisa

Dentro dos estudos sobre as políticas ambientais voltadas para conservação de áreas naturais, os Parques Nacionais são compreendidos como respostas políticas e científicas para as consequências da industrialização e do crescimento populacional. (PEET; ROBBINS; WATTS, 2011; FORSTYH, 2003). Os primeiros Parques Nacionais surgiram nos Estados Unidos, após a Segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, e foram justificados como esforços públicos para a garantia de um futuro ambiental não catastrófico para toda a sociedade e para a preservação de áreas naturais primitivas, inalteradas ou pouco alteradas pelo homem. Dessa forma, ao longo de mais de 150 anos, a criação de Parques Nacionais tem sido baseada na dualidade homem/natureza. Afinal, o homem é visto como potencial degradador e gerador de impactos negativos sobre o meio ambiente.

Adams e Mulligan (2003, p. 1) analisam os Parques Nacionais como uma herança dos modelos econômicos coloniais norte-americanos e europeus, que transformaram “as relações políticas, econômicas, étnicas e sociais, algumas vezes rapidamente e em todos os lugares, profundamente”. Essas políticas derivaram das ideias da natureza como um recurso que deveria ser preservado ou explorado; elas foram difundidas e aceitas mundialmente, tornando-se uma preocupação global por parte dos estados e dos movimentos ambientais.

Embora ofereçam soluções ambientais, Peet, Robbins e Watts (2011, p. 17) descrevem essas políticas como perversas, pois revelam um processo desigual de poder entre diferentes atores sobre o gerenciamento dos recursos naturais. Ao defender a proteção de espécies não humanas, essas políticas receberam apoio das sociedades urbano-industriais que apoiaram a ideia da criação de áreas naturais intangíveis pela ação humana, “embora que na maioria dos casos, essas áreas estão sendo utilizadas por populações indígenas e rurais que perdem o acesso aos recursos que possuíam, em nome da proteção ambiental.”

Desse modo, do uso e do significado antagônicos que essas áreas possuem para os diferentes grupos, surgem os conflitos socioambientais. Frente a esse contexto, no intuito de contribuir para o entendimento de como essas políticas têm se desenvolvido na realidade brasileira, este trabalho pretende analisar o conflito entre os camponeses no entorno/limite da Parte Alta do Parque Nacional do Itatiaia (PARNA Itatiaia), localizado na zona rural do município de Itamonte, Minas Gerais (MG), e a administração do Parque, realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A proposta deste trabalho torna-se relevante em um contexto no qual a conservação ambiental é vista como uma responsabilidade global. Porém, vale salientar que, a aplicação de políticas em nível local provoca uma série de distúrbios homogeneizados pelo modelo conservacionista. Ao analisar o contexto local, trazemos à luz a situação dessas populações, que têm sido retratadas como degradadoras do meio ambiente, ao evidenciarem de que forma esse processo tem sido cruel e injusto, tanto pela criminalização quanto pela expulsão gradual de suas terras tradicionais.

Dessa forma, buscamos contribuir para a discussão sobre um novo jeito de conduzir as políticas de conservação, voltado para o respeito e valorização dessas comunidades e de seus conhecimentos, através das unidades de conservação de uso sustentável, possibilidade que já existe na legislação brasileira, de acordo com a Lei nº 9985/00, a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, (SNUC). Além de trazer reflexões sobre a necessidade do reconhecimento do papel socioecológico que essas populações têm oferecido ao meio ambiente e à sociedade brasileira. E, ao mesmo tempo, evidenciar a heterogeneidade das áreas rurais brasileiras que, muitas vezes, são invisibilizadas por conceitos rígidos e pouco realistas.

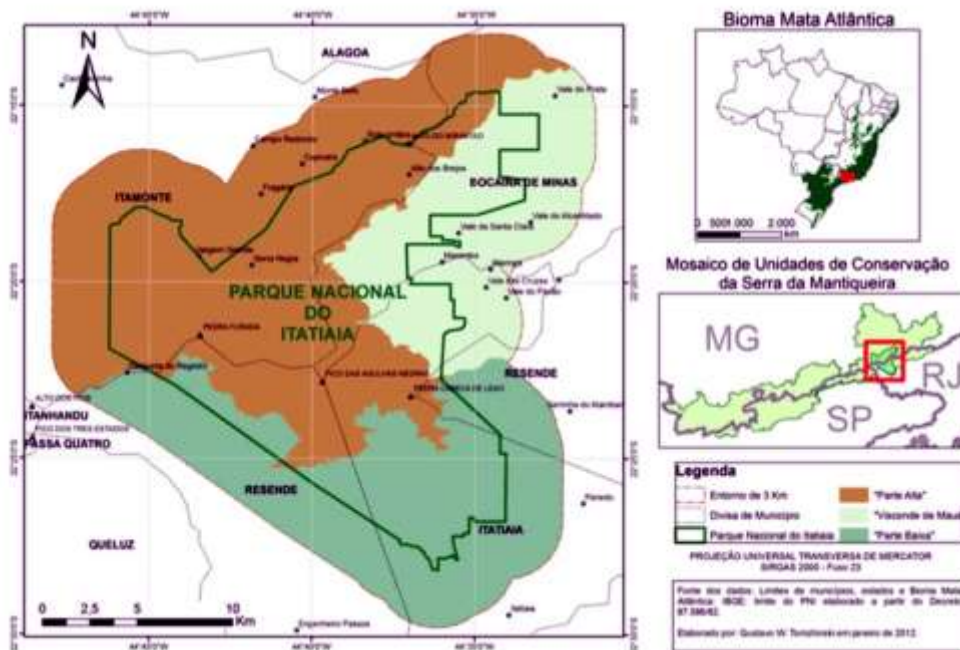
Assim, torna-se essencial debater as vias de entendimento acerca de como as políticas de conservação, baseadas unicamente nas ciências naturais, vêm produzindo uma concepção simplista e classista dessas comunidades históricas, ao justificarem a separação do homem da natureza.

1.2 Área de Estudo e População Estudada

O presente trabalho busca analisar como o modo de vida das populações da Parte Alta do Parque Nacional do Itatiaia é entendido de forma discriminatória pela administração e discutir como as práticas socioecológicas das populações do entorno/dentro do Parque se relacionam com as políticas de conservação. Partindo desse pressuposto, o objetivo geral é identificar as diferentes perspectivas políticas e ambientais envolvidas no conflito e analisar de que maneira os habitantes do entorno do Parque Nacional do Itatiaia são criminalizados pela da administração do PARNA Itatiaia e como as consequências dessa criminalização tensionam o conflito. Partindo dessa análise, a pesquisa busca compreender a presença do Parque e os reflexos na especulação imobiliária das terras, além de analisar como as relações de trabalho foram transformadas pela ampliação do Parque, que passou de 11.943 hectares para quase 30 mil hectares em 1982.

O Parque Nacional do Itatiaia fica localizado entre os estados de Rio de Janeiro e Minas Gerais, numa região onde a Serra da Mantiqueira encontra o Vale do Paraíba, nos municípios de Resende e Itatiaia, no lado Fluminense e Alagoa; e Bocaina de Minas e Itamonte, no lado mineiro, como mostra abaixo o Mapa 1.

Mapa 1 - Área de Estudo



(Fonte: TOMZHINSKI, p. 29, 2012).

A maior parte está localizada em Itamonte, cerca de 30%, onde estão localizadas as comunidades estudadas: Fragária, Capivara, Serra Negra e Vargem Grande. Essas quatro comunidades ficam na face Norte da Serra da Mantiqueira, entre 1400 e 1800 metros de altitude. Marcadas por um clima áspero, de longo e rigoroso inverno, com geadas constantes e temperaturas negativas e de verão chuvoso. No Mapa 1, podemos observar o mapa do parque, a cor laranja aponta para área conhecida como Parte Alta do Parque, onde estão localizadas as comunidades estudadas. Também no referido mapa podemos observar a localização do Parque dentro do Bioma da Mata Atlântica e a localização geográfica no Parque.

As famílias de Serra Negra, Vargem Grande, Capivara e Fragária possuem a mesma dinâmica socioespacial: surgiram mais ou menos na mesma época, há cerca de 150 anos, compartilham as mesmas atividades econômicas, mantêm o mesmo tipo de construção e ocupação do espaço, a mesma religião e crenças e a maioria compartilha o mesmo sangue.

Embora seja próxima das estradas oficiais, a região ficou isolada até a década de 1970.

É importante salientar que o Parque Nacional do Itatiaia é pouco conhecido pelo meio acadêmico, pois a maioria dos trabalhos realizados sobre o mesmo abordam questões relacionadas à fauna e à flora, sendo a presença humana invisibilizada do ponto de vista acadêmico (ICMBIO, 2019).

Seguindo o modelo de Yellowstone, primeiro Parque Nacional norte-americano, o PARNA Itatiaia se tornou o primeiro Parque Nacional brasileiro. Criado em 1937, tinha entre seus principais objetivos o incentivo à pesquisa científica e a recreação e lazer das populações dos centros urbanos (BRASIL, 1937). O Parque foi criado para proteger o Maciço do Itatiaia, um bloco de formações rochosas diferenciadas por sua composição mineral, encravado na Serra da Mantiqueira, onde está localizado o Pico das Agulhas Negras, uma formação pitoresca que revela camadas de um extinto vulcão (ICMBIO, 2013).

A lavoura e a pecuária são as atividades mais antigas da região. Segundo relatos, antes da criação do PARNA Itatiaia existiam áreas comunais, no planalto do Itatiaia, onde o gado vivia solto. Durante o reconhecimento do campo, verificamos que essas áreas de uso comunal continuam a existir dentro da área do Parque, o lugar é conhecido como Morro Cavado e é utilizado, principalmente, pela comunidade de Fragária e Serra Negra.

Em sistema de transumância, a área serve para engorda do gado durante a época do verão, pois as pastagens plantadas são insuficientes para alimentar os animais. E os “campos nativos”, como as comunidades denominam essa vegetação herbácea, denominada na literatura como campos de altitude, possuem diferentes tipos de gramíneas das quais o gado se alimenta. Essa vegetação tem sido manejada com o uso do fogo, pois, segundo a população, se o capim cresce muito o gado não consegue comê-lo.

1.3 Conflitos de visões

No Plano de Manejo (2013, p. 115), a administração do Parque alega que a criação de gado provoca degradação ambiental e “pode afetar os ciclos reprodutivos de algumas espécies de aves que nidificam no chão, pisoteando ninhos, ovos e ninhegos”. O documento também aponta a utilização das queimadas por essas comunidades do entorno, como uma das principais ameaças à integridade do Parque.

O fogo é uma das questões mais preocupantes do PARNA Itatiaia...verifica-se que, de maneira geral, a maior quantidade de incêndios ocorre fora do Parque. No entanto os incêndios de maiores proporções ocorrem dentro da Unidade, na região dos campos de altitude do Planalto[...]. No topo da origem dessa ameaça estão as antrópicas. Boa parte dos incêndios é decorrente de ações antrópicas realizadas no

entorno ou interior do PARNA Itatiaia, evento que ocorre também em outras UC, resultante de manejo relacionado ao sistema de cultivo ou pastagem, com o uso de técnicas que visam o menor custo no preparo do solo (ICMBIO, 2013, p. 78 - 79).

O uso do fogo, a pecuária, agricultura e a construção civil são atividades proibidas dentro de unidades de conservação de proteção integral, desde o Código Brasileiro Ambiental de 1934. E, desde o Regulamento de 1979, a área do entorno de Parques Nacionais é legislada sobre os órgãos ambientais competentes que regulam as práticas nessas áreas. No Parque Nacional do Itatiaia, em sua totalidade, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro o uso das queimadas foi proibido por mais de 80 anos. Ainda hoje, os órgãos responsáveis pela sua administração, atualmente representados pelo ICMBio, não liberam autorização para queima (TOMZHINSKI, 2012), mesmo no entorno das terras pertencentes a Minas Gerais, onde a legislação permite.

Por não serem autorizadas, as queimadas são consideradas criminosas, gerando aplicações de multas, apreensão de gado, processos civis e criminais contra essas populações que vivem dentro e no entorno do PARNA Itatiaia. Tomzhinski (2012) aponta que parte das queimadas podem ser uma vingança contra a falta de regularização fundiária, pois, até 2012, apenas 30% da área do Parque estava regularizada. Em 2009, a administração retirou todo o gado que estava dentro do Parque Nacional do Itatiaia, inclusive das áreas que ainda não foram indenizadas, como o Morro Cavado.

Entretanto, a partir de 2017, o PARNA Itatiaia adotou o manejo integrado do fogo. O objetivo é realizar as queimadas nas propriedades ao redor da unidade e das comunidades dentro do Parque. Em entrevista à pesquisa, o diretor de Prevenção e Combate de Incêndios Florestais do PARNA Itatiaia, Marcelo Motta de Souza, explicou que a medida foi adotada devido à impossibilidade de controlar os incêndios clandestinos e criminosos. Segundo o diretor Marcelo Motta, existe o perigo das queimadas que atravessam a linha do Parque, podendo vir a ser incêndios e, além disso, independentemente do tamanho, causam supressão de florestas e impedem ou retardam o crescimento de algumas espécies de plantas e a reprodução da fauna.

A maioria das terras adquiridas pela PARNA Itatiaia pertenciam aos proprietários da Parte Baixa do Parque, nos municípios de Itatiaia e Resende, no Rio de Janeiro. Esses proprietários possuem maior poder aquisitivo e maior representatividade jurídica e política, estando organizados por meio da Associação Amigos do Itatiaia, que possui uma cadeira no conselho consultivo do Parque e tem movido ações judiciais contra o PARNA Itatiaia. Por

outro lado, no conselho não existe nenhuma representatividade das comunidades da região (ICMBIO, 2009, 2013, 2018).

Dessa forma, as quatro comunidades pobres em questão tiveram a única coisa que possuíam comprometida: a terra. A propriedade é o que garante a continuidade da família desses pequenos agricultores. Os filhos se casam, constroem uma casa ao lado da casa dos pais e vão trabalhar na terra juntos. Os casamentos funcionam como um arranjo econômico de fortes laços sanguíneos.

Apesar dos avanços na legislação internacional, ao reconhecer o direito de uso das populações históricas, perpetua-se, principalmente nos países do Terceiro Mundo, categorias de unidades de conservação denominadas como de proteção integral, que vêm criando uma série de expulsões silenciosas, através de processos judiciais que não respeitam a própria legislação. No Brasil, mais de 70% das unidades de conservação não são regularizadas. É um grande emaranhado de terras privadas e públicas envolvendo diversos atores de diferentes camadas sociais.

O formato de unidades de conservação de proteção integral expulsa o homem da natureza, baseado em uma ética biocêntrica. Para Peet, Robbins e Watts (2011), as políticas de conservação biocêntricas produzem a neoliberalização da natureza. À medida que reformatam as áreas rurais, pobres, saem pobres ricos ficam e produzem uma economia especializada baseada em serviços assalariados na qual o agricultor é transformado em proletário. Já na visão de Dowie (2009), parques nacionais são exemplos de políticas de conservação que promovem a expulsão de povos tribais ao redor do mundo, criando os refugiados da conservação.

Diante desse conflito, o trabalho parte da hipótese de que as políticas de conservação para unidades de conservação de preservação integral, ao expropriar as populações de suas terras e ao impedir o acesso aos recursos naturais, compromete a continuidade das práticas socioespaciais. Um desses vetores seria a proletarianização dessas comunidades rurais. Esse processo ocorre à medida que as populações deixam de manejar os recursos naturais em suas terras e passam a trabalhar como assalariados ou passam a trabalhar como caseiros e empregados dos moradores de “fora”, ao venderem a mão de obra para serviços de turismo em pousadas e hotéis. Os novos moradores são populações urbanas, de maior poder aquisitivo, que são atraídas pelas amenidades ambientais, em uma área protegida. Adquirem terrenos onde constroem casas de férias ou realizam a especulação imobiliária, ou seja, compram o terreno, constroem e depois vendem. Todo esse processo mostra como a

conservação beneficia a população urbana capitalizada em detrimento da população rural histórica.

1.4 Metodologia

Fui apresentada ao conflito através da dissertação de mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação da Geografia, na área de georreferenciamento, *Análise Geoecológica dos Incêndios Florestais do Parque Nacional do Itatiaia*. Tomzhinski (2012) faz menção ao conflito do Parque com as populações locais, para explicar as incidências de incêndios no Parque em determinadas áreas da unidade. Segundo ele, boa parte dos incêndios e queimadas seriam decorrentes das práticas agrícolas e vinganças da população contra a gestão. Diante desse contexto, este trabalho partiu de um questionamento de como essas pessoas estavam lidando com o novo modelo de pensar e viver o espaço. Já existiam dois casos na literatura, Tomzhinski (2012) e Hubner (2012), apontando que o conflito existia, mas não era o foco de nenhum desses trabalhos.

Ao mesmo tempo, a região era totalmente desconhecida para mim. Realizei uma visita à sede da Administração do Parque Nacional do Itatiaia, ainda em 2018, e, em março de 2018, conheci as comunidades, morei em Fragária e Campo Redondo por dois meses, quando apliquei os 21 questionários. Os questionários semiestruturados (Anexo 1) trazem perguntas sobre a composição familiar, situação da terra, produção da propriedade, relações de trabalho e migração, cultura e conflitos com o parque. Essas informações são apresentadas ao longo do estudo, mas a maioria dos resultados está concentrada no capítulo 3. Foram aplicados 21 questionários em um universo de 126 famílias, como mostra a Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: População da área pesquisada

Localidades	Famílias Cadastradas no Programa de Saúde Familiar de Itamonte	População
Fragária e Capivara	60	134
Serra Negra e Vargem Grande	66	215
Total	126	349

Fonte: Secretaria municipal de Saúde de Itamonte, MG. 2014.

Essas famílias foram escolhidas com a ajuda do guia local, que me levou até famílias com as quais ele já tinha uma relação estabelecida e também através da minha seleção; passei

em casa por casa e realizei a pesquisa onde eu era recebida, no próprio espaço das pessoas. Não foi necessário aplicar os questionários em Serra Negra, devido à disponibilidade de dados socioeconômicos e ao conflito com o Parque, já descritos nos estudos de HUBNER (2012), no *Laudo Antropológico do Ministério Público Federal - Pouso Alegre, MG* (2012) e no trabalho de Tomzhinski (2012). Na comunidade de Serra Negra apliquei seis entrevistas sobre os casos das multas, os quais foram filmados, pois serão transformados em um documentário referente ao assunto.

Em setembro de 2018 mudei para o entorno do Parque Nacional do Itatiaia, para a comunidade de Campo Redondo, vizinha da área de estudo, devido à disponibilidade de casa para aluguel naquela comunidade. Nesses dois anos foram realizadas diversas entrevistas abertas para entender o conflito, suas raízes e consequências. Essa metodologia é chamada de observação participante é um método da etnografia, no qual o pesquisador descreve e interpreta os padrões compartilhados e observados na comunidade (RESWELL, 2014, p. 82). Esse tipo de abordagem gera uma maior aproximação entre o pesquisador com seu objeto de pesquisa e ajuda a transpassar algumas barreiras semânticas e linguísticas das entrevistas formais. Segundo Geertz (1973, p. 14), nesse tipo de abordagem, o pesquisador tem um olhar focado em objetos intencionais por ele eleitos. Essa intencionalidade é eleita por uma consciência observadora e descritiva.

Em conversas informais, curiosas de minha parte, os moradores perceberam meu interesse e as relações foram ficando mais próximas, tornando-se mais profundas; recebi convites para visitar a casa das pessoas que queriam que eu conhecesse a realidade delas, mostraram-me suas casas, suas histórias, contaram-me sobre suas dores e muito mais, como será visto no capítulo 3.

A maior parte das entrevistas foram realizadas sem o uso do gravador, busquei não inibir as pessoas, anotando em cadernos de campo, ao final do dia, as informações colhidas nas entrevistas. No começo, encontrei resistência em falar sobre a assunto, em alguns casos, as pessoas têm receio em conversar com os pesquisadores de fora sobre o conflito com o Parque, pois acham que o pesquisador pode ser “dos IBAMA”, como eles se referem aos funcionários dos órgãos ambientais. No entanto, no último ano que estive em campo, devido à confiança gerada, foi possível gravar algumas entrevistas em vídeo, pois tenho interesse em transformá-las em um documentário posteriormente. Porém, neste trabalho, a fim de preservar a identidade e a segurança dos entrevistados, os nomes utilizados são fictícios.

Em relação ao Parque, embora tenha conseguido registrar e autorizar minha pesquisa junto ao ICMBIO, não obtive uma resposta oficial às minhas solicitações, estive duas vezes

na sede do Parque Nacional do Itatiaia, em uma consegui entrevistar o chefe de queimadas e na outra o diretor-interino do Parque. A maioria das informações oficiais vêm de pesquisa bibliográfica. Os dados sobre regularização fundiária foram obtidos nas entrevistas e através de informes oficiais do ICMBio sobre o Parque Nacional do Itatiaia.

1.5 Estrutura da dissertação

Para dar conta de analisar a problemática, o presente trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos os principais temas discutidos nesta dissertação. Através de um levantamento bibliográfico é comentado o processo do surgimento das políticas internacionais para conservação integral e seus críticos no mundo e no Brasil, apresentando aspectos da história da conservação que elucidam as estruturas que culminaram nas leis ambientais americanas, que seguiram de exemplo para a comunidade internacional. Em seguida são exemplificados alguns conflitos clássicos entre unidades de conservação de proteção integral com populações históricas em países onde o modelo instalado segue o padrão norte-americano europeu, o mesmo utilizado pelo Brasil. Depois, apresentamos um histórico do movimento da conservação no Brasil, seus precursores e ideias fundadoras. Também são analisados diferentes momentos da gestão ambiental de Parques Nacionais, desde a criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, até a publicação da lei X que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000), analisando como a questão da presença humana era retratada e entendida, no sentido de compreender o quadro atual.

No segundo capítulo, discutimos a criação do Parque Nacional do Itatiaia, o primeiro Parque Nacional do Brasil. Abordando desde o surgimento do interesse da sociedade brasileira pelas características naturais e peculiares do Planalto do Itatiaia, passando pelo interesse científico e do Estado pela região que culminou na criação do Parque em 1937. Apresentamos um histórico da presença humana na região, incluindo a presença originária indígena, os primeiros movimentos de colonização e seus desdobramentos. E, por último, analisamos como as comunidades estudadas, que já existiam quando o Parque teve sua instalação, foram tratadas pela gestão do Parque no período de 1937 a 1982, ano em que este foi ampliado.

O terceiro capítulo, por sua vez, retrata o modo de vida das comunidades, antes e depois da ampliação. Apresentamos uma descrição com base na história oral, o surgimento

dessas comunidades, quais eram as práticas observadas, a relação com o mundo e traços de seu comportamento antes da ampliação do Parque. Depois, descrevemos a realidade atual e as principais transformações que ocorreram entre 1982 a 2019, apontamos os principais conflitos e analisamos as diferentes visões sobre conservação e uso dos recursos naturais pelos dois lados. Também são indicados os resultados dos 21 questionários aplicados, que trazem informações sobre a realidade socioeconômica das atividades conflitantes, além de suas práticas socioecológicas, as relações de trabalho e a relação com o Parque.

No quarto e último capítulo, apresentamos as considerações finais sobre o conflito a partir de análise das diferentes visões ambientais e de como se relacionam, a influência do Parque Nacional nas relações de trabalho e na ocupação do solo e, por fim, propomos algumas reflexões sobre o desafio da conservação dos recursos naturais em áreas habitadas por populações históricas.

2. CONSERVAÇÃO INTEGRAL E SEUS CRÍTICOS NO MUNDO E NO BRASIL

Este capítulo apresenta os temas principais desta dissertação, divididos em três grandes grupos. Primeiramente são discutidos: a estrutura do movimento conservacionista norte-americano europeu, depois apresentamos algumas considerações sobre a evolução da ideia de natureza nas civilizações ocidentais e, na última parte desta seção, analisamos os resultados dos conflitos entre esse modelo de conservação e as populações humanas. Na segunda seção, abordamos a evolução do pensamento conservacionista brasileiro e a estruturação do conceito de parques nacionais no Brasil; suas características durante a ditadura militar; e o surgimento da discussão sobre os direitos das populações históricas em parques nacionais.

2.1 A estrutura do movimento conservacionista norte-americano europeu

O modelo de conservação de áreas naturais sob a categoria de parque nacional surge no eixo Estados Unidos-Europa, no final do século XIX e início do século XX. Nesse período, é organizado um conjunto de leis ambientais que dão início ao movimento conservacionista. O movimento era liderado, em sua maioria, por homens, das classes mais altas, entre eles políticos, intelectuais e artistas, como o congressista George Perkins Marsh, o naturalista John Muir, o engenheiro florestal Gifford Pinchot e o presidente americano Theodore Roosevelt (JACOBY, 2014; DOWIE, 2009; DIEGUES, 1996).

O movimento conservacionista estava apoiado em dois eixos centrais: as recém-descobertas científicas nas ciências naturais, sobretudo na biologia, e o caráter transcendental da natureza, influenciado pelas discussões sobre a natureza, na segunda metade do século XIX. Com base na realidade que acontecia nos Estados Unidos, onde as principais cidades do país começavam a sofrer as primeiras consequências da industrialização e urbanização do país.

Na área rural, as paisagens que ainda existiam eram destruídas pelas políticas de colonização para o Oeste, incentivado pelo *Homestead Act*¹, de 1862. Sendo a ocupação indígena ignorada e combatida. A colonização avançou sobre as áreas julgadas como selvagens e vazias, porém ricas em recursos naturais, os quais deveriam ser explorados e conquistados. Em menos de 20 anos, o Homestead Act foi suspenso, pois, segundo o censo Boreus, já não existiam terras disponíveis para a apropriação. A devastação das paisagens

¹A lei assinada pelo então presidente Abraham Lincoln, em 20 de maio de 1862, o Homestead Act, incentivou a ocupação das terras do oeste, onde cada colono recebia 160 acres de terra (DIEGUES, 1996).

naturais provocou, na sociedade americana, um debate sobre a devastação e os impactos na paisagem e qualidade de vida (DIEGUES, 1996).

No artigo *Man and Nature*, de 1984, Marsh denomina como imprudente o desmatamento sobre as florestas do Mediterrâneo, ao analisar que foram as ações do homem que teriam destruído o que fora anteriormente um reduto de solos férteis no velho mundo e defende que, se os Estados Unidos quisessem ser um país de sucesso, deveriam cuidar de seus recursos naturais para evitar o que acontecia nos estados europeus. Trabalhos científicos como os de Marsh apresentavam o impacto humano sobre os recursos naturais e seguiam o seguinte modelo: análise das condições ambientais passadas, para explicar as modificações que aconteciam no presente e previsões apocalípticas sobre o futuro do meio ambiente, caso a ação humana não fosse freada. O trabalho de Marsh é citado como precursor do mito da “natureza selvagem” dentro das ciências naturais (JACOBY, 2014).

Marsh, congressista americano, um dos idealizadores e criadores das leis de parques nacionais, acreditava que não havia interesse por parte da iniciativa privada de conservar os recursos naturais e apenas o Estado estaria interessado no futuro na nação. Nesse sentido, eram debatidas a criação natural de áreas pertencentes ao governo, espaços públicos, protegidos e administrados pelo governo, que teria um escopo científico e técnico melhor e maior capacidade para conservar um bem público (JACOBY, 2014). Há uma crítica à propriedade privada, o conceito estabelece a rigidez das áreas públicas, já que essas passam a ser controladas e vigiadas por entes governamentais em nome do bem coletivo, legitimando a supremacia do Estado enquanto entidade mantenedora tanto de bens públicos quanto dos recursos naturais.

Jacoby (2014) descreve que as leis e regulamentações sobre as áreas, assim como todas as mudanças socioeconômicas que esses lugares passaram após serem considerados áreas de interesse coletivo estavam baseados em um modelo de governança autoritário, no qual o Estado detinha o poder de intervir na configuração territorial rural americana, criando um novo tipo de colonialismo. Marsh acreditava que as pessoas que viviam perto dessas áreas, principalmente as pertencentes às classes mais pobres, não tinham condições de cuidar desses recursos naturais. Para ele, essas populações careciam de educação e eram consideradas uma ameaça aos sistemas naturais, pois suas ações eram potencialmente destruidoras.

Tal concepção defende a desapropriação e desocupação como forma de garantir a conservação do patrimônio natural. À medida que o Estado assume o dever de proteger e gerir, inicia-se um processo de conflitos de forças desiguais entre o poder instituído e as

populações históricas. Contudo, o caráter bélico deste enfrentamento caracterizou perfis falaciosos a respeito da conservação, ao criminalizar e punir práticas socioecológicas dessas populações, deixando evidente a ação opressiva legal em detrimento do direito de posse e uso. Diante deste discurso precursor das práticas conservacionistas, emergem questões éticas a respeito do valor da vida humana e da supremacia dos interesses colonialistas travestidos em bem comum.

Dowie (2011) e Jacoby (2014) apresentam dados, mostrando que, desde a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1865, já aconteciam os conflitos com as populações locais. Yellowstone foi o primeiro parque nacional americano, criado no noroeste do Estados Unidos, em uma terra habitada e disputada por doze grupos indígenas. Em outro Parque, criado ainda no século 19, o Parque Nacional de Andirondack, no estado de Nova York, existiam diversas vilas no interior e ao redor da área, na maior delas viviam cerca de 1800 pessoas. A criação dos primeiros parques nacionais americanos evidencia o caráter colonialista de tais políticas conservacionistas, ao expropriar as populações locais, sob a justificativa que determinadas áreas naturais ainda eram “desabitadas” e, por isso, conservam partes da natureza que continuam “intocadas” pelos humanos. Para Diegues (1996), a criação dos parques nacionais americanos marca o nascimento do “mito da natureza intocada”.

A natureza intocada/selvagem, de certo modo, estava arraigada em duas proposições antagônicas - a de natureza selvagem - remetendo a um pensamento pré-moderno - como a concepção de um lugar que estivesse inalterado pelo homem - conservando as suas características selvagens contrárias às características civilizatórias da sociedade. A civilização era a antítese da selvageria. E se, por um lado, os conservacionistas defendiam esse retorno ao “natural”, também defendiam que o modelo civilizatório ocidental só alcançaria sucesso se encontrasse uma maneira racional de manejar os recursos naturais, que seria através da manutenção de algumas áreas naturais. Esse cuidado viria através de protocolos e mecanismos de lei, criados por técnicos e capazes de garantir a inalterabilidade das paisagens.

Essas áreas naturais, como bens públicos, deveriam estar abertas à visitação, incentivando as populações urbanas a experimentarem por elas mesmas a “natureza selvagem”, como antídoto contra as mazelas da industrialização, como a poluição e a falta de saneamento básico. Para Jacoby (2014, p. 30), as duas ideias não se excluía já que “era possível ser um industrial durante a semana e no final de semana ser um caçador esportivo”. Por regra geral, a maioria dos parques nacionais estão localizados nas zonas rurais. Dessa forma, as dualidades civilidade/campo, urbano/camponês também delineiam essas ações. Os direitos individuais que estavam sendo negados eram os das populações rurais e nativas que,

segundo Dowie (2009), nos últimos 100 anos, têm sido denominadas como “inimigos da conservação”, devido à incompatibilidade de suas práticas frente ao conservacionismo e aos interesses dos Estados em dominar certas áreas naturais.

Jacoby (2014) mostra como a instalação dos primeiros parques nacionais, no período de 1850 a 1930, nos Estados Unidos, causou injustiças ao criminalizar o comportamento das populações rurais. Para controlar as ações dessas pessoas, foram estabelecidos protocolos de vigilância, multas e penas que não existiam antes. Os jornais e notícias da época os tratavam como ignorantes e destruidores do bem comum. Algumas notícias lhe denominavam “piratas da floresta”. Dessa forma, as populações locais, indígenas, remanescente indígenas e brancos pobres tiveram que deixar seus costumes para obedecer às leis que eles não entendiam e com as quais não concordavam.

Por outro lado, o governo americano passou e estabelecer uma série de medidas que transformaram essas populações em assalariadas. Antes, os grupos que tinham uma certa autonomia sobre o uso dos recursos naturais (lenha, madeira para construção, agricultura, caça e coleta) passaram a trabalhar para os novos serviços que se instalavam na área. Um exemplo dessa relação é o caso do Parque Nacional de Adirondacks. O Parque Nacional está a 200 milhas da cidade de Nova York, a proximidade beneficiava as populações urbanas que fugiam de Nova York nos finais de semana, indo para montanhas para caçar ou indo descansar em hotéis e pousadas.

A criação de parques nacionais é vista por Jacoby (2014) como interferências nas zonas rurais e no modo de vida local, apoiadas em quatro mitos. O primeiro mito: as populações rurais estavam agradecidas com os aspectos degradados do mundo natural. O engenheiro Gifford Pinochet, primeiro Chefe do Serviço Florestal americano, criticava as consequências da silvicultura e dizia que para as populações locais “a sobra de madeira era uma virtude, não um crime” (Jacoby, 2014, p. 15). Diante da ignorância das populações locais, era necessário intervir para proteger o mundo natural. Porém, essas pessoas ignoram os costumes locais. Por exemplo, no caso do Parque Nacional de Adirondacks, as pessoas tinham criado seus próprios arranjos para salvaguardar suas bases ecológicas, regulando áreas que não deveriam ser utilizadas ou dividindo as áreas de armadilhas e pescaria entre famílias.

No segundo mito, a conservação era um ato que deixaria a “natureza pura” regulada por ela própria, separada das instituições humanas. Essa ideia dividiu a humanidade do resto do mundo natural. A existência de tal divisão justificava a rejeição dos direitos de uso local.

Já no terceiro, o conservacionismo, ao exaltar essas áreas como espaços selvagem, onde a natureza encontrava-se sem distúrbios, reafirmava a paisagem que os

conservacionistas estavam tentando criar. Pois a ideia difundida de áreas inabitadas, além de não condizer com a realidade, escondia as diversas intervenções que o Estado impôs sobre as periferias rurais, a exemplo das mudanças sobre o uso do fogo, dos cortes de lenha e madeira, da criação de animais, caça e construções. Dessa forma, o Estado agiu de maneira violenta ao criminalizar os costumes locais e as pessoas.

Tais ações reformulam a rede existente de relações sociais e ambientais em grande parte dos estados unidos rurais. As populações de plantas e animais, por exemplo, sofreram mudanças significativas à medida que as autoridades tomaram medidas para impedir a caça ilegal e a predação, enquanto novas regulamentações solaparam os padrões de subsistência do povo rural, empurrando-os para a economia de mercado, particularmente o mercado de trabalho assalariado (JACOBY, 2014, p. 40).

No que diz respeito ao quarto, tem-se a premissa de que o homem era um agente que provocava distúrbios onde é que estivesse. Desse modo, a natureza precisava de uma mediação da ciência e do Estado para livrá-la da imprudência das populações pobres rurais americanas. Marsh, Muir e Pinochet não acreditavam que os pequenos proprietários (small scale farms) pudessem ter uma relação equilibrada com o meio ambiente. Pelo contrário, as populações pobres rurais eram vistas como imprudentes, desleixadas, sendo impossível atribuir a elas o cargo de protetoras ou “mordomas”, da natureza. Esse modelo estava baseado em uma ideia estática de que se o homem fosse retirado da natureza, esta iria continuar sendo o que era.

Desse modo, a união da ciência e do Estado criou um modelo de conservação centralizado no poder autoritário de um Estado que defendia o bem-estar social, ou seja, o direito da coletividade sobre o direito individual, mas que escondia algumas intenções.

2.2 Breves considerações sobre a evolução da ideia de natureza nas civilizações ocidentais

O salto evolutivo das ciências naturais, iniciadas com o positivismo, é o ponto das mudanças abruptas na relação da sociedade com a natureza. O homem passou a ser um componente extra natureza, quase como um agente exógeno, explicando, desmembrando, racionalizando e dominando as forças naturais. Forças e fenômenos que foram creditados, por séculos, às forças espirituais, exercendo juízos de valores morais, ora bons, ora maus. O pensamento judaico-cristão, através da Bíblia, ao enxergar o homem como imagem e semelhança de Deus, vê o mundo como um presente divino dado aos homens. Possuindo a

terra como sua morada deteria o controle sobre os animais e sobre a mulher que teria sido feita de sua costela. Isso também colocou o homem na posição de jardineiro de Deus, já que ele teria que cuidar das outras espécies. Mas, ao ser expulso do paraíso, o homem teria também adquirido características más, sendo expulso do paraíso, a natureza tornara-se a morada do diabo (DOWIE, 2009). Na Europa, durante o século XVI as “bruxas”, curandeiras, foram recriminadas por utilizarem curas e ciclos da natureza, baseados em mitos envolvendo entidades naturais, como sol e a lua. Nessa época, muitas foram condenadas à morte por essas práticas, ao mesmo tempo em que a igreja valorizava a figura do alquimista, cuja função era substituir os elementos da natureza orgânica por substâncias inorgânicas, como pílulas e poções (HEINE, 1991).

Heine (1991) diz que até a reforma protestante, ocorrida no século XVI, existia uma confluência entre as ideias religiosas tribais na Alemanha e os preceitos católicos. Eles iam à igreja aos domingos, mas veementemente acreditavam em duendes, demônios, que viviam nas casas das pessoas, tinham protocolos para não contrariar esses espíritos, caso contrário sentiriam a crueldade de sua vingança. A ética protestante traz essa ruptura com esse sincretismo, afastando mais o homem da natureza. Assim, o protestantismo, para Heine (1991), contribuiu para o processo de desencantamento da natureza, pois o homem passa a ser o principal responsável por suas mazelas. Hoefle (2009) diz que as sucessivas reformas religiosas e, finalmente, o surgimento da Ciência promoveram o desencantamento ideológico.

Sem as limitações espirituais nas relações com uma Natureza animista, surge a ética ambiental homo-cêntrica, permitindo o desmatamento desenfreado. A eliminação de normas e práticas sociais e intra-comunitárias abre caminho para valores e uso dos recursos de forma individualista, estabelecendo uma ética ambiental ego-cêntrica, que se associam à adoção de inovações tecnológicas com base na acumulação do capital e na exploração humana (HOEFLE, 2009, p. 25).

Na época das grandes navegações e das investidas sobre os territórios indígenas das Américas no século XV, havia, na Europa, o entendimento de que essas incursões estavam levando a superioridade da raça humana aos lugares que permaneciam primitivos. Os selvagens seriam os habitantes desses lugares. Sendo missão da civilização ocidental resgatar essa ligação divina através de suas práticas civilizatórias sobre a natureza e sobre os habitantes dessas áreas, expurgando o diabo e o pecado (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2001).

A natureza, assim como Deus, não podia ser explicada, mas era adorada. As ciências naturais, ao revelarem o funcionamento da natureza e de suas relações, retiraram o aspecto

divino. Durante o positivismo, a racionalidade humana, o rigor do método matemático e a coisificação dos fenômenos naturais levaram a uma desmistificação da natureza, passa de uma força admirada e temida para ser dominada, desvelada e compreendida. Desse modo, a sociedade foi se afastando da natureza (HEINE, 1991).

A hierarquização da natureza, de seus recursos, é presente em diferentes culturas. Os Maias adoravam o milho, os Astecas um lago, os vikings uma estação do ano, no caso da cultura ocidental era um Deus, do qual o homem foi feito à imagem e semelhança. No final do século XIX, também estavam acontecendo indagações sobre “o que é natureza?” “Como ela molda o comportamento humano? Tinha o crescimento de ideias transcendentais, como o escritor David Thoreau (que não era um ativista de Parques Nacionais, mas pregava o valor espiritual da natureza). Daí, surgem ideias que contribuem para o conceito de áreas protegidas e parques nacionais, ao conferir à natureza algumas características espirituais benéficas ao ser humano. O naturalista inglês John Muir, conhecido não apenas pelo seu ativismo em prol da criação dessas áreas protegidas, mas também por sua atuação dentro do governo, desempenhou papel central na implantação e organização do Parque Nacional de Yosemite, na Califórnia nos EUA. Muir defendia os Parques Nacionais como “templos da natureza”, lugar onde o homem urbano açoitado pelas mazelas da industrialização poderia encontra-se com ele mesmo e revigorar-se dentro da natureza “selvagem”, pois esta seria uma fagulha da presença divina na Terra (DIEGUES, 1996; DOWIE, 2009).

A corrente conservacionista mais espiritualista comungava com a necessidade dos critérios científicos dos conservacionistas racionalistas, mas também estava ligada a outra tradição ocidental, a religião judaico-cristã. O critério, para justificar a escolha das áreas, foi e ainda é, embora tenha perdido sua importância, a beleza estética e a grandiosidade de algumas formações geológicas. Essas características estariam ligadas ao pensamento de um espírito divino da natureza, o Jardim do Éden perdido. Lugar de onde teria sido expulso e agora cabia ao homem ocidental cristão erguer essa ponte com o divino, prevalecendo a estética e a supremacia da beleza cênica em detrimento da biodiversidade.

Para alguns autores, até o advento dos conceitos de ecossistemas, diversidade biológica na metade do século XX, na delimitação das áreas para parques nacionais foram privilegiadas cânions, cachoeiras, montanhas enquanto pântanos e mangues eram ignorados (VALLEJO; DIEGUES; JACOBY, 2001). As primeiras décadas das políticas de conservação americana foram disseminadas, posteriormente, pelos continentes; desse modo, tem-se como base de uma política global a estratégia de conservação americana, descrita no Wilderness Act (1964), o qual descreve “wilderness” (em português seria referente a uma região selvagem)

como uma área onde a “terra e sua vida em comunidade são desimpedidas pelo homem, onde o próprio homem é um visitante que não permanece”.

2.3 Conflitos entre parques nacionais e populações históricas ao redor do mundo

Dowie (2009) analisa que, ao longo do século XX, esse modelo criado nos Estados Unidos, de raízes europeias, espalhou-se pelo mundo através de organismos internacionais e transnacionais. Até a primeira metade de 1900, as discussões eram encabeçadas por cientistas em parceria com os estados nacionais. Na primeira metade do século XX, as ciências naturais experimentaram uma grande efervescência. Diversos estudos e descobertas passam a apresentar o homem como o principal agente degradador do meio ambiente. Nesse período, são consolidados termos como diversidade biológica, ecossistemas, espécies-chaves, hoje conceitos centrais nas políticas de áreas protegidas na atualidade.

Parte dessas ideias estavam ancoradas em ideias neomalthusianas, que alarmaram a sociedade sobre um possível crescimento demográfico em que a natureza não teria recursos naturais suficientes para manter o crescimento da população humana. A desigualdade na taxa crescimento poderia ocasionar a extinção da raça humana, mas também de outras espécies, à medida que os recursos naturais se esgotassem (FORSYTH, 2003).

Essas tensões sobre meio ambiente e sociedade também tiveram respaldos no desenvolvimento das ciências biológicas e no papel central realizado pela biologia. O conceito de nicho ecológico e de ecossistema são os pilares dessa discussão sobre a necessidade da conservação da diversidade biológica do planeta (FRANCO, 2013).

Nesse processo, a presença das populações indígenas e pobres é condenada, passando estes a serem expulsos de seus lugares. Foi o que aconteceu nos primeiros cinquenta anos da história da conservação estadunidense, quando houve uma remodelação do universo moral da população sobre o meio ambiente que delineou as transgressões locais das leis de conservação. Através da análise dessas transgressões, JACOBY (2014, p. 3.) diz que é possível vislumbrar o padrão de crenças, práticas e tradições que governavam a maneira como o povo rural comum interagiu com o meio ambiente.

Diegues (1996) afirma que esse confronto também é sobre dois saberes, o tradicional e o científico, pois o conflito acontece à medida que não são consideradas essas visões alternativas da natureza, adquiridas pela população ao longo de sua existência. A dualidade natureza/ser humano transpassou as discussões sobre a volta ao natural. De acordo com Dowie (2009), o pensamento inicial associou-se, ao longo dos últimos 100 anos, às ideias de

conservação baseadas na biologia e também em interesses capitalistas sobre a natureza, regidos pelo movimento global de conservação, que tem diversas facetas, governos, organizações não governamentais e agências financiadoras.

Ainda na visão de Dowie (2009), os modelos de conservação, como os parques nacionais, podem ser considerados projetos desenvolvimentistas coloniais, que remetem a uma lógica globalizante, guiada por modelos de cima para baixo, os quais são responsáveis por introduzir nos territórios nacionais uma lógica homogeneizante que atenda aos interesses da lógica capitalista global, como tentativa de controlar algumas partes do território.

Nesse processo, onde as populações nativas são retiradas das áreas naturais que utilizavam e habitavam, nascem os conflitos e essas passam a ser consideradas “inimigas da conservação”. O termo foi utilizado pelo representante da comunidade Masai da Tanzânia, Martin Saning`o, durante uma reunião em Bangkok, Tailândia, onde ele explicava como sua comunidade de pastores nômades tem perdido suas terras para projetos de conservação. O que o Estado americano fez em seus territórios, estaria sendo espalhado pelo mundo por essas organizações não governamentais (ONGs) que prestam assessorias para os governos nacionais, na implantação das diretrizes e instrumentos de gestão e nas políticas com as populações locais. Também podem ser chefes das unidades administrativas, como o que ocorre na África, no Quênia e na Colômbia (DOWIE, 2009).

Para Dowie (2009), essas ONGs também partilharam por muito tempo da ideia da separação total entre homem e natureza, como alternativa para a imutabilidade da paisagem. A partir da década de 1980 esse discurso passa por algumas mudanças, influenciado, sobretudo, pelos protestos das populações nativas, dos estudos que atribuíam a biodiversidade a uma relação entre homem e natureza e por ser também critério adotado pelas instituições de financiamento. Nos anos 80 já é bastante conhecida a presença humana dentro dos parques. O congresso de Bali, em 1982, trouxe a problemática (DIEGUES, 1996). E surge dentro da UNESCO o Relatório Brundtland que traz as primeiras noções do que seria o desenvolvimento sustentável (FORSYTH, 2003).

A questão é que essas novas soluções para transpassar a dualidade homem/natureza estão baseadas em regras e normas que foram criadas por pessoas de alta classe, estudadas, de origem ocidental, vindas de sociedades capitalistas industrializadas. As soluções propostas são baseadas em arranjos de mercado, o que na realidade vem causando um colapso na realidade local, num processo que transforma as populações locais em “refugiados da conservação”.

Refugiados da conservação são pessoas que são removidos de suas terras natais involuntariamente, forçados ou por uma variedade de medidas menos coercitivas que são chamados de métodos mais gentis e benignos de despejo suave do que de despejo, que é tão ruim quanto. “Se você permitir que as pessoas que permanecem na terra sem direito de uso, à medida que forçam elas a migrarem, isso também é uma maneira de tomar suas terras, isso é tão ruim quanto um despejo total, **tomaram** suas terras. é tão ruim quanto o despejo total”, disse a líder indígena Cherokee, Rebecca Adamson (DOWIE, 2009, p. 22, traduzido pela autora).

As comunidades pobres e nativas, em um processo institucional mediado pela vigilância e violência do Estado, passam a ser expulsas de suas áreas de maneira gradual. Deixando, dessa forma, o território livre para experiências e interesses capitalistas globais. Dowie (2009) analisa essa arena de conflitos na África, América do Sul e Ásia, onde governos, juntamente com entidades de conservação transnacionais, conduzem os projetos de gestão ou incentivo a determinadas atividades nos parques nacionais.

Essas gestões menosprezaram, por décadas, os conhecimentos locais e, para o autor, os prejuízos advindos da soberba e da ignorância dos gestores são, muitas vezes, os empecilhos para uma gestão mais compartilhada das áreas. Dowie (2009) adverte que é necessário que a ciência faça algumas perguntas sobre esses lugares e essas pessoas: Qual é a relação dessas áreas naturais com a presença das comunidades locais? Será que essas pessoas, que estão por séculos no mesmo lugar, não possuem lições para compartilhar com os biólogos e engenheiros florestais? E também que ela debata o papel do manejo da paisagem dessas populações.

Ainda sobre isso, Dowie (2009) reconhece que nem todas as práticas nativas são imbuídas de protecionismo ambiental, mas, em comparação com as práticas da sociedade capitalista ocidental, apresentam muito mais respeito com o meio ambiente. O pensamento ocidental, ao desprezar as preocupações futuras que essas populações possuem com o destino de seus descendentes, também contribui para a perda de diversidade das áreas que se pretende conservar. Para o autor em questão, a criminalização das comunidades locais e o aumento das atividades criminosas nos parques e ao redor dos mesmos são conflitos que podem ter suas razões na perda do domínio que essas populações tiveram sobre seus territórios.

Assim como o que aconteceu com as populações pobres americanas, essas populações nativas e rurais dos países subdesenvolvidos foram inseridas forçadamente em um sistema que elas não aceitam e não entendem. Os cientistas, ao estudarem esses conflitos, devem fazer uma pergunta: O que acontecia antes da chegada do parque nacional? Investigando como funcionavam essas sociedades, é possível identificar as relações socioecológicas das populações, da onde poderia vir uma política mais integradora (DOWIE, 2009).

Nesse sentido, as reflexões de Massey (2008), em relação à concepção e à evolução dos lugares, trazem contribuições significativas para nosso estudo. O conflito, ao envolver dois pensamentos antagônicos coexistentes, pensamento conservacionista e pensamento das populações locais, exemplifica do que são constituídos os lugares; encontros de trajetórias que passam a ocupar o mesmo espaço-tempo. Essas trajetórias são vividas, interpretadas e planejadas de maneiras diferentes pelos dois grupos.

A nova regulamentação sobre essas terras empurra as populações nativas/históricas para outra lógica de utilização do espaço. Esse formato expulsa as populações históricas pobres das áreas rurais. Peet, Robbins e Watts (2011) analisam os parques nacionais como um instrumento de neoliberalização da natureza. As políticas de conservação biocêntricas reformatam as áreas rurais, os pobres, que historicamente habitam as regiões, são deslocados (JACOBY, 2014) e os ricos ficam. A população rica é formada por ex-moradores de centros urbanos ou moradores dos centros urbanos que adquirem propriedades no entorno dessas áreas, adquirindo terras com cachoeiras, rios, áreas naturais com relevante valor paisagístico, produzindo uma economia especializada, totalmente diferente das atividades rurais dos camponeses, contribuindo diretamente na transformação das atividades econômicas das populações rurais em semiproletários.

Hoefle (2019), no artigo sobre o conflito socioambiental entre as populações em unidades de conservação da Mata Atlântica no EUA e no Sudeste brasileiro, analisa como as políticas de conservação são vetores de transformações socioeconômicas nas comunidades. As políticas de conservação com base no pensamento biológico, ao privarem essas comunidades do uso dos recursos naturais, as empurram para um sistema de semiproletariado, como havia analisado o filósofo marxista Kautsky (1989). Para ele, frente ao capitalismo, o camponês tendia a migrar ou proletarizar-se. A proletarização está ligada ao fato de que cada vez o camponês iria depender do dinheiro e que essa necessidade faria com que ele vendesse parcelas maiores de seu tempo, como mão de obra para comprar aquilo que necessitava, mas não produzia. Kautsky (1989) não acreditava que a agricultura iria se industrializar a ponto de eliminar o camponês do processo, mas que cada vez mais esses sujeitos estariam dependentes de insumos externos, de uma cadeia comercial e da venda da sua mão de obra. Ou seja, perderia as suas características de autonomia (meios de produção, mão de obra e insumos) o que poderia ocasionar o desaparecimento dessa categoria.

O cenário não pode ser contemplado sem sentir culpa pela maneira como os habitantes originais da terra foram removidos e suas paisagens agrárias foram apagadas, a fim de dar lugar à natureza para ser consumida por urbanos de classe média e alta, isto é, limpos da poluição visual dos pobres. pessoas rurais. Pode-se

admitir que as paisagens desnudas do passado não podem ser defendidas e a bela floresta deve ser celebrada, mas a maneira cínica em que as paisagens naturais foram construídas deve ser condenada (HOEFLE, 2019, traduzido pela autora).

Os parques nacionais, entendidos nesse viés de produção capitalista do espaço, pode ser considerado um vetor de industrialização que tende a eliminar as práticas agrícolas, por estas serem consideradas insustentáveis e incompatíveis com esse modelo de conservação, mas também no sentido que produz um movimento de migração cidade-campo, de pessoas que se instalam nessas áreas rurais, constroem casas e contratam a figura do caseiro, da diarista, do cozinheiro, até então eram agricultores.

Ao analisar a lógica de conservação que ainda persiste nos mesmos moldes de outrora, Dowie (2009) introduziu, nas comunidades locais, rupturas sociais e políticas. Este autor utiliza o exemplo do Parque Nacional da Tanzânia, onde há intensos conflitos entre as organizações transnacionais de conservação e o povo Masai. Para ele, as políticas ambientais oferecidas por essas organizações apresentam soluções baseadas no mercado, onde as populações nativas são transformadas em assalariados como guias de ecoturismo, guarda-parques ou garçons. Aqui, vale a concepção de potencialidade dos sujeitos, suas capacidades e habilidades expostas ao cerceamento e não uma visão hierarquizada dos fazeres e saberes, reafirmando o discurso capitalista do exercício de funções e divisões no mundo do trabalho, que setoriza os modos de agir e limitam as relações com base na fragmentação. É necessário pensar a respeito da isenção de julgamento de valor no exercício da análise dessas situações, o que se busca não é repetir o mesmo modelo colonialista, mas refletir sobre as transformações advindas dele.

Nesse sentido, as políticas de conservação são vistas como modelos coloniais de desenvolvimento que buscam assimilar as comunidades nativas dentro das culturas nacionais. “As comunidades estão passando de autossuficientes para comunidades pobres e dependentes” (DOWIE, 2009, p. 26). No caso dos Masai, muitos não são incorporados nessa nova lógica e alguns são acusados de praticarem atividades consideradas ilegais, como o pastoreio do gado dentro do parque ou atividades de contrabando de leão, por exemplo. A proibição do pastoreio do gado levou ao aumento da população de leão, que é uma ameaça à atividade Masai. Desse modo, muitos indivíduos do grupo, tensionados pelas proibições, passam a se envolver nas atividades de contrabando, em parte, como forma de vingança contra o parque (DOWIE, 2009).

Na Austrália, o primeiro país onde instalou o modelo americano em 1879, a população aborígine, que resiste até a atualidade, tem o seu modelo ancestral de roteamento de roças

criticado pelos conservacionistas, que dizem que atividade é ruim para terra. Eles ignoram toda a cosmologia aborígene, que lida com o meio ambiente como se fosse seu país, o ecossistema é uma teia de relações que inclui relações entre a natureza e a família, as árvores mais importantes eles chamam de irmãos e as menos importantes de primos” (DOWIE, 2009)

Contudo, nos últimos trinta anos, o reconhecimento internacional dessas práticas e o conhecimento das populações nativas estão sendo fortalecidos. Dowie (2009) cita o capítulo 17 da Conferência do Meio Ambiente e de Desenvolvimento da Nações Unidas, Agenda 21, no qual os signatários são instruídos a desenvolverem sistemas para aquisição e registros de conhecimentos tradicionais sobre recursos naturais e meio marinho vivos e promover a incorporação de tais conhecimentos na gestão. Outro importante tratado internacional é a Convenção Sobre Diversidade Biológica - CDB, de 1994, assinada por 171 países, incluindo o Brasil, que diz no artigo 8, inciso J, que cada parte contratante da Convenção deve:

Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas (CDB, 1994).

2.4 Evolução do pensamento conservacionista brasileiro e a estruturação do conceito de parques nacionais no Brasil

Nesta parte, apresentamos a evolução do conceito de Parque Nacional no Brasil. Através de uma revisão bibliográfica, analisamos as mudanças na legislação em paralelo ao desenvolvimento do pensamento conservacionista no país, a partir da segunda metade do século XIX até atualidade.

A história brasileira da conservação observa muitos dos padrões norte-americanos/europeus. No Brasil, o modelo de conservação dos recursos naturais surge dentro do contexto imperial, em que já havia uma preocupação racionalista sobre a ação do homem sobre o meio ambiente. Embora já existissem leis, desde o século XVI, que regulamentavam a extração de madeiras, como a lei que proibia o corte do pau-brasil, era necessário conservar esses recursos, no caso o pau-brasil, para poder continuar sua exploração no futuro (DEAN, 1995). As ideias de conservação dos recursos naturais, para garantir a inalterabilidade da

paisagem, como supunha o pensamento conservacionista euro-norte-americano, chegam ao Brasil a partir da instalação do Império, no século XIX.

As ideias foram implantadas, principalmente através dos funcionários do governo que vinham da Europa ou tinham formação acadêmica europeia, como José Bonifácio de Andrada Silva, brasileiro, agrônomo formado em Portugal, trabalhou no reinado de Dom Pedro I. Bonifácio defendia o reflorestamento, o abolicionismo e a criação de florestas imperiais. Em 1861, Dom Pedro II ordenou o reflorestamento da Floresta da Tijuca e Paineiras. O processo de reflorestamento ocorreu durante 13 anos e foi realizado por mão de obra escravizada. Foram plantadas diversas espécies nativas e exóticas, como a jaca (*artocarpus heterophyllus*). Esse reflorestamento não tinha intenção estética, mas essencialmente proteger as nascentes dos rios que abasteciam a capital do império, sendo o plantio das mudas justificadas pelas crises de abastecimento de água que sobrevieram no Rio de Janeiro (DEAN, 1995).

A ideia de criação de áreas públicas para uso coletivo surge nesse processo, sobretudo, entre os intelectuais brasileiros e estrangeiros que trabalhavam para a Coroa e para a elite do Sudeste do país. No Rio de Janeiro, o engenheiro André Rebouças trabalhou para Dom Pedro II, de 1866 até expulsão da família real portuguesa do Brasil. O engenheiro era defensor do reflorestamento e da abolição da escravatura. Ele estava na Europa estudando, na época da criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1861, nos EUA (DEAN, 1995). Em 1876, dez anos após o seu retorno ao Brasil, publicou o artigo “Parque Nacional”, no qual sugeriu a criação dos Parques de Sete Quedas no Paraná e Ilha do Bananal, no Tocantins. Entre as justificativas, encontram-se a exaltação e o reconhecimento das características transcendentais da natureza. Desse modo, havia muitas semelhanças com o que se pensava nos países do Norte.

Daqui há centenas de anos poderão, nossos descendentes ir ver dous espécimes do Brazil, tal qual Deus os criou; encontrar reunidos, no Norte e no Sul, os mais bellos espécimes de uma fauna variadíssima, e, principalmente, de uma flora que não tem rival no mundo” (Rebouças, 1876 *apud* URBAN, 1998, p. 82).

A ideia de natureza/lugar da presença divina não encontrou um terreno fértil entre a elite republicana que assumiu o governo no Brasil em 1889. Não era fácil convencê-los de que a natureza nacional poderia ser admirada ou contemplada. Havia um pensamento forte de que as áreas fora da Europa eram selvagens/antagônicas e não civilizadas; além disso, a população indígena e a população negra eram consideradas inferiores e tudo que vinha dessas culturas, inclusive a natureza, era recriminada (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2001).

Dean (1995), ao analisar a história de ocupação da Mata Atlântica, conclui que, no Brasil, nos primeiros 400 anos, a política estava voltada para extração dos recursos naturais, com quase nenhum critério de uso racional. O modelo português implantou, em todas as suas colônias, o mesmo sistema, ao desprezar a flora e a fauna nativa, substituindo as mesmas por espécies exóticas trazidas de outras partes do mundo, como as monoculturas de cana-de-açúcar e café, além da criação de gado, por exemplo. Além disso, todo o conhecimento indígena foi desprezado e combatido, assim como as técnicas de agriculturas africanas.

Exemplo disso foi que o país, em comparação a alguns países da América Latina, adotou, tardiamente, o conceito de Parque Nacional. O México criou seu primeiro parque em 1894; a Argentina em 1903; o Chile em 1926 e o Brasil em 1937 (ROCHA; DRUMON; GANEM, 2000). Em 1910, o presidente Epitácio Pessoa enviou um documento ao Congresso Nacional falando sobre a necessidade de proteger as matas brasileiras. Naquele ano, foi criada uma comissão para elaborar o projeto do primeiro Código Florestal Brasileiro, publicado em 1934, na Era Vargas (URBAN, 1998).

A legislação brasileira para Parques Nacionais inspirou-se no modelo administrativo americano (VALLEJO, 2017) e foi influenciada pelas características definidas em 1933, em Londres, durante a Convenção para a Preservação da Flora e da Fauna. Nessa ocasião, os representantes dos países europeus e de suas colônias africanas definiram três características dos Parques Nacionais: 1) áreas controladas pelo poder público; 2) áreas para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico e arqueológico, onde a caça é proibida; e 3) áreas de visitação pública (STEINHART, 2006).

Desse modo, o Código Florestal de 1934 é publicado, trazendo o conceito de florestas remanescentes como primeira categoria de área protegida pós-colonial. O Parque Nacional é um exemplo desse tipo de floresta. O Artigo 8º descreve um Parque Nacional como área “primitiva” e “lugar de paz”. A justificativa de sua criação estava fundamentada em sua importância científica e estética, devendo ser preservadas para usos turísticos e de educação ambiental (BRASIL, 1934).

No Brasil, em 1937, através do Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937, é criado o Primeiro Parque Nacional, o Parque Nacional de Itatiaia (PARNA ITATIAIA), no estado do Rio de Janeiro, sendo o estudo de caso do presente trabalho. O Decreto de sua criação justificava a área escolhida, o maciço do Itatiaia, por ser um lugar de rara beleza e porque ali estava em funcionamento a Estação Biológica do Itatiaia, uma estação de pesquisa científica, de propriedade do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (BRASIL, 1937).

A criação e a escolha das áreas dos Parques, até 1973, estavam sob auspícios da Comissão Florestal, uma seção do Serviço Florestal Brasileiro que, por sua vez, era administrado pelo Ministério da Agricultura. Entre 1937 e 1940 foram criados cinco Parques Nacionais. Esse esforço inicial do governo brasileiro refletia os interesses econômicos sobre essas áreas e recebeu influência do sistema americano. Nessa mesma época, conhecida como a Grande Depressão, o presidente americano Roosevelt, para estimular a economia americana, chegou a empregar 120 mil funcionários aos Parques Nacionais (EUA, 2008).

Rocha, Drummond e Ganem (2000, p. 8) analisam que, até 1961, no Brasil, os critérios para escolha de áreas para parques nacionais “privilegiaram a beleza cênica excepcional, a facilidade de acesso e a possibilidade de visitação de massa”, visto que, nessa época, não se criou nenhum Parque no Norte do País e a metade dos Parques criados estavam no Sudeste. Para o autor, a criação dos três Parques Nacionais no Centro-Oeste, entre 1959 a 1961 é uma resposta à criação de Brasília. “A justificativa enfatizada foi a de ofertar áreas de lazer e turismo para a população [urbana] a ser instalada no Distrito Federal e não a de proteger o Bioma do Cerrado” (ROCHA; DRUMMOND; GANEM, 2000, p. 5).

Entre 1959 e 1961 foram decretados onze Parques Nacionais, dos quais nove surgiram em 1961, durante o governo de Jânio Quadros. O presidente era afeiçoado pelas políticas de preservação e dava atenção aos conselhos do então presidente do Conselho Florestal, Victor Abdennur Farah, um dos criadores da Fundação Brasileira da Conservação da Natureza (FBCN). A FBCN foi organizada em 1958, no Rio de Janeiro; entre os fundadores estavam zoólogos, biólogos, botânicos e jornalistas (URBAN, 1998).

A FBCN passou a realizar seminários sobre a conservação da natureza e a estimular a discussão sobre a criação de diretrizes para a ação humana sobre o meio ambiente, motivadas pela Convenção para a Proteção da Fauna e Flora, das Belezas Cênicas Naturais da América, aprovada, em 1948, no Brasil (URBAN, 1998). Porém, embora o país fosse signatário dessa Convenção, a venda de animais silvestres, a exportação de penas e peles continuavam sendo atividades econômicas legais. A proibição dessas atividades no Brasil passa a ser uma realidade na década de 1960, com a publicação da Lei nº 5.197, de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

2.4.1 O conservacionismo durante o período militar

Em 1964 começa a ditadura militar, que se manteve no poder por vinte e dois anos. Segundo Urban (1998), as políticas sobre áreas protegidas atraíram uma certa atenção do

regime militar, pois a criação dessas áreas se identificava com o princípio centralizador de ordenamento territorial e de segurança nacional. As atividades de criação e gestão das áreas passam a ser responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado em 1967. A ação extinguiu a Comissão Florestal e a administração dos Parques passa a ser realizada pelo mesmo órgão que era o responsável pelo desmatamento e exploração das florestas (URBAN, 1998).

Em 1964, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) lançou um documento embrionário, a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas, no qual aparecia o estado de conservação de espécies da fauna e flora, além de fungos e protozoários, o que veio a fortalecer o pensamento do enclausuramento de áreas naturais protegidas das ações humanas. Essa lista tinha inspirações nos debates das ciências naturais e nas recém-descobertas como a teoria dos ecossistemas, da diversidade biológica, a noção de espécies-chaves. Sobre esse período, Franco (2013, p. 7) analisa que: “de uma preocupação com a preservação da *wilderness*, com suas paisagens sublimes e com a fauna e flora carismáticas, aos poucos, houve uma transição para a noção de conservação da biodiversidade”.

O Código Florestal de 1965 e o Regulamento de Parques Nacionais de 1979 trouxeram novas diretrizes para a gestão de unidades de conservação, especialmente sobre os Parques Nacionais. Essas duas leis eliminaram a possibilidade da permanência de propriedades privadas dentro de áreas de preservação integral, como estava previsto no Código de 1934. O artigo 1º, inciso 3, do Regulamento de Parques Nacionais, traz o seguinte texto: “o objetivo principal dos Parques Nacionais reside na preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem” (BRASIL, 1979). Esse regulamento vem recheado de termos como a necessidade de preservação de “fatores biológicos”, “geomorfológicos”, “cênicos”, que não são sucedidos de explicação.

Sob a ditadura, a categoria de parque nacional distancia-se dos objetivos de turismo, sendo a visitação em algumas unidades restringidas, diferenciando-se do modelo americano, que enfatizava o uso recreativo das áreas pelas populações urbanas. Durante o governo dos militares, foram criadas mais quatro categorias de unidades de conservação: Reserva Biológica (artigo 5º da Lei de Proteção aos Animais, Lei nº 5197/1967), Floresta Nacional (Lei nº 4771/1965), Estação Ecológica (Lei nº 6902/1981), Áreas de Proteção Ambiental (Lei nº 6902/1981) e Reserva Biológica (Decreto nº 89.336/1984) (URBAN, 1998). Com exceção das Áreas de Proteção Ambiental e de Florestas Nacionais, todas foram categorizadas como

de proteção integral, sendo proibida a presença e as atividades de seres humanos nos limites dessas áreas.

Em 1972, houve o primeiro Congresso Internacional de Parques, promovido pela UICN, em Seattle, EUA. Nesse mesmo ano, durante a Conferência de Estocolmo, a ONU criou o programa Homem e Natureza, estabelecendo um novo tipo de área protegida, as Reservas da Biosfera. Ao contrário dos Parques, as Reservas da Biosferas não precisavam ser desapropriadas e reconhecem a presença das populações residentes. Essas Reservas seriam criadas em lugares chamados: *hot spots* da conservação, ecossistemas fragilizados que precisam de proteção (DIEGUES, 1996). O Brasil foi signatário dessa convenção, vindo a implantar a primeira Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em 1991.

Durante a Conferência de Estocolmo, o Brasil foi um dos países que não se alinharam ao discurso internacional do conservacionismo. Segundo Maria Tereza de Pádua, que presidiu o IBDF na época, em entrevista à URBAN (1998), naquele momento, o governo brasileiro desconsiderou os debates da Conferência. Uma das frases célebres dessa época foi dita pelo então senador José Sarney: “a poluição era bem-vinda no Brasil desde que trouxesse fábricas” (DEAN, 1995). O governo militar brasileiro ficou conhecido internacionalmente pela construção da maior hidrelétrica do mundo a usina de Itaipu, na fronteira entre o Paraná e o Paraguai, que inundou o Salto de Sete Quedas, a maior cachoeira do mundo. Na inundação, em 1973, mais de 70 mil hectares ficaram submersos, tornando visível a situação de 40 mil pessoas que viviam na área, entre pequenos e grandes proprietários. As famílias dos pequenos produtores foram reassentadas e ação foi duramente criticada e precedida de protestos que levaram à prisão do ex-presidente da Eletrobrás na época, que se colocou contra a obra. Um dos desdobramentos desse conflito é o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), um dos precursores do movimento ambiental de base popular no país (DEAN, 1995; VIOLA, 1992) bem como do Movimento Nacional dos Sem Terra (MST) (GYZBOWSKI, 1987).

Em virtude dos projetos de desenvolvimento da ditadura militar e seus impactos sobre o meio ambiente, em 1976, um grupo de intelectuais brasileiros publicou o Manifesto Ecológico Brasileiro: O Fim do Futuro (1976). O documento, inspirado nas discussões malthusianas de Estocolmo, denunciava as consequências do consumismo e do desenvolvimento industrial. O documento também descreveu a situação dos Parques Nacionais do Brasil.

As grandes obras desenvolvimentistas não respeitam os parques, como aconteceu nas Sete Quedas, e muitos parques essenciais não chegaram a ser criados. Ainda não

compreendemos que um parque natural é um santuário, que sob nenhum pretexto pode ser profanado. O mesmo se aplica às reservas indígenas. (LUTZENBERGER, 1983, p.7 *apud* DIEGUES, 1996, p. 129).

Durante a ditadura (1964-1985), foram criados doze parques nacionais, dos quais 60% foram estabelecidos na região Norte e cobriam quase 7 milhões de hectares. Duas unidades: os Parques da Amazônia (AM-PA) e Jaú (AM) somam 4.472 milhões de hectares. No período, foram criadas dezoito Estações Ecológicas, destas, oito estão localizadas na Amazônia, catorze Reservas Biológicas, cinco na Amazônia; e sete Reservas Ecológicas, sendo quatro na região Norte. A maior parte dessas áreas foram criadas durante o governo militar de João Figueiredo, entre 1979 e 1986. Ao todo, o presidente decretou a criação de 44 unidades de conservação de uso integral (URBAN, 1998).

O governo militar também foi conhecido pela colonização planejada da Amazônia e, resultando em largo assentamento, criou a Floresta Nacional, como a FLONA Tapajós, em 1974, que promovia a conservação de diferentes partes da Amazônia. Essa colonização foi financiada por agências mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As agências subsidiaram a construção de projetos de desenvolvimento econômicos, como hidrelétricas, estradas e polos industriais na Amazônia, porém incluíram em suas cláusulas a criação de unidades de conservação e reservas indígenas, como condição para liberação da verba (DIEGUES, 1996; VIOLA, 1992). Nesse período, as áreas protegidas eram criadas por imposições políticas de cima para baixo e eram vistas como uma forma de controle social e como reflexos das ações de planejamento territorial. (MOREIRA; ANDERSON, 1996).

Além disso, a ditadura não se preocupou em estruturar o corpo administrativo ou a infraestrutura para as unidades. Por exemplo, no Parque Nacional do Itatiaia, nos anos 1950, dos 124 empregados existentes, restavam apenas 44, em 1982, quando o Parque foi ampliado de 10 mil para 30 mil hectares (DEAN, 1995, p. 236).

As unidades de conservação, criadas na Amazônia, tornaram-se um terreno fértil para atividades ilegais, como extração de madeira, grilagem e garimpo. Como o que aconteceu na Reserva Biológica de Guaporé, de 600 mil ha, criada em 1982, pelo Decreto nº 87.587, em Rondônia. Logo após o anúncio da criação da Reserva, a área passou a ser invadida por madeireiros e grileiros, que expulsaram os índios Aruá e Tapiris, chegando à obtenção, em 1986, de dez serralherias dentro dos limites da área (CEDI, 1990). Segundo o Jornal Folha de São Paulo (FSP) *apud* CEDI (1990), a invasão tinha sido incentivada por funcionários do governo, conforme pode ser observado no excerto abaixo:

A ousadia dos invasores tem sido incentivada por funcionários do IBDF (hoje IBAMA), e do Incra de Rondônia. Segundo Agostinho Faedo, que diz proprietário de 4 mil hectares dentro da Reserva Biológica, desde 1983, o funcionário do IBDF, em 1984, orientou-o no sentido de deslocar as placas do rio Consuelo, que é um dos limites da unidade, para outro rio, 25 km dentro da área reservada, ficando assim sua propriedade e de outros invasores fora da Reserva. Hoje posseiros e madeireiros afirmam que o rio Consuelo, que marca a divisa Leste da reserva, está localizado erradamente nos mapas. Alegam que não estão dentro da área protegida e fundaram a Associação dos Agricultores do Vale do Colorado (FSP, 1990 *apud* CEDI, 1990, p. 447).

A política de criação de parques nacionais, ao proibir a presença de populações humanas em seu interior, gerou, durante a ditadura, conflitos entre as populações indígenas e o governo, como o que sucedeu no Parque Nacional do Araguaia, em Tocantins. Os indígenas das etnias Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro não aceitavam as regras impostas pelo IBDF e SEMA sobre seus territórios originários. Em um processo que durou vinte anos, as populações indígenas revogaram o Decreto e, conseqüentemente, dois terços do Parque Nacional do Araguaia passaram a pertencer ao Parque Indígena do Araguaia. Além disso, o aluguel de terras indígenas para fazendeiros do Tocantins, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada pelos militares, gerou um impasse para regularização fundiária do Parque Nacional e Indígena, porque muitos fazendeiros alegaram que já estavam na Ilha antes da criação das áreas. Segundo CEDI (1991, p. 447), em 1990 havia cerca de 2 mil não indígenas vivendo na ilha.

2.4.2 O movimento conservacionista na volta da democracia e o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável

A partir da década de 1980, o movimento conservacionista é bifurcado com a crescente participação dos movimentos sociais nas causas ambientalistas, o que provocou uma mudança no perfil dos ambientalistas brasileiros, que antes era formado apenas por pessoas urbanas das regiões Sudeste e Sul, das classes mais altas e com mais instrução do que a maioria da população (VIOLA, 1992).

Esses movimentos de bases sociais surgem no Norte, como o movimento Aliança dos Povos da Floresta, criado em 1986, pela união entre as populações rurais pobres da Amazônia em parceria com os povos indígenas e o Movimento Nacional dos Seringueiros. A categoria de população tradicional surge na década de 1980, em um contexto político de que era necessário incluir as populações locais (seringueiros, caiçaras, populações afro-ribeirinhas da

Amazônia) nas discussões sobre conservação, ao mesmo tempo que aumentava o engajamento dos movimentos sociais nas questões ambientais (VIOLA, 1992).

O líder do movimento nacional dos Seringueiros, Chico Mendes, participou de uma reunião com o Banco Mundial, em 1988, em Washington, onde explicou os conflitos que essas populações estavam enfrentando para conservarem os recursos naturais aos quais suas vidas estavam ligadas. Os seringueiros do Acre apresentaram uma proposta de exploração dos recursos amazônicos sem provocar a destruição da floresta, a proposta da criação da reserva extrativista. Sobre a reserva, Chico Mendes afirma:

Os seringueiros, nós, não fazemos só o discurso ecológico, nós não queremos transformar a Amazônia em um santuário, o que nós não queremos é Amazônia devastada, e aí se pergunta qual é a proposta que vocês têm? E nós então começamos a discutir além da questão da luta pela defesa contra o desmatamento nós começamos então apresentar proposta alternativa de conservação da Amazônia e essa proposta se baseia hoje na criação da reserva extrativista. Os seringueiros não querem e nem interessam o título de propriedade, o que nós queremos é que a terra passe seja de reuelia da União e usufruto para os seringueiros, e para os habitantes da floresta e nós apresentamos alternativa economicamente viável. Quando nós colocamos a questão da se priorizar os vários produtos extrativistas que hoje existe na Amazônia que sempre existiram e que hoje estão ameaçados e nunca foram levados à sério pela política do governo brasileiro (Discurso de Chico Mendes no Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, 1987)

O assassinato de Chico Mendes, em 1988, provocou a discussão internacional das violações dos direitos humanos e ambientais das populações tradicionais da Amazônia, que ganharam atenção dentro das discussões sobre o recém-criado conceito de desenvolvimento sustentável (VIOLA, 1992).

O termo desenvolvimento sustentável foi apresentado ao mundo através do Relatório de Brundtland, em 1986, e, como avaliou Forsyth (2003), era um desdobramento das discussões do documento Limites do Crescimento, lançado em 1972. O documento escrito por cientistas, empresários e empreendedores tecnológicos do MIT/EUA, para a ONG italiana Clube de Roma, trazia previsões de que o planeta não suportaria o acelerado ritmo de industrialização e o crescimento populacional, criando, assim, um colapso ambiental planetário (FORSYTH, 2003).

A noção de desenvolvimento sustentável estava baseada no debate sobre crescimento econômico e aumento populacional, sugerindo como resposta a equação $I = PAT$, que difundiu a ideia de que seria possível reduzir os impactos sobre o meio ambiente, diminuindo a taxa de crescimento da população e utilizando a tecnologia adequada. Segundo esse pensamento, os impactos ambientais eram maiores em países em desenvolvimento, por serem

mais populosos e possuem menos tecnologias. Para Forsyth (2003), o conceito reflete o pensamento ortodoxo ambiental, que relaciona a pobreza à degradação ambiental.

No Brasil, o conceito de desenvolvimento sustentável direcionou a discussão das populações humanas em áreas protegidas para a necessidade da criação de novos tipos de áreas, como o Assentamento Extrativista, criado em 1990. O primeiro Assentamento Extrativista de Alto Jurá, no Acre, surgiu como uma resposta à luta dos seringueiros, trabalhadores rurais que extraíam a borracha das seringueiras (VIOLA, 1992). Depois, chamado de Reserva Extrativista, como queria Chico Mendes, estava primeiramente sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e depois passou a ser administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O IBAMA foi criado em 1989 e assumiu a administração das unidades de conservação que, até esse momento, era realizada pelo IBDF. Nessa transferência de administração do INCRA para o IBAMA, o Assentamento Extrativista passou a se chamar Reserva Extrativista (VIOLA, 1992; DIEGUES, 1996). Sobre esse movimento, Diegues (1996) assinala:

O movimento pelo estabelecimento de reservas extrativistas é, sem dúvida, um exemplo de defesa, reforço e recriação de modos de vida ameaçados. Ademais é uma das alternativas para o uso sustentado dos recursos naturais para Amazônia, respeitando, ao mesmo tempo, os modos de vida das populações tradicionais e diversidade biológica (DIEGUES, 1996, p. 148).

Como resultado desse crescente debate da importância das populações locais para conservação da biodiversidade, durante o IV Congresso de Parques Nacionais, sediado na Venezuela, em 1986, foi amplamente discutida a presença humana nessas áreas. Nesse mesmo evento, foi divulgado que 86% dos Parques da América do Sul eram ocupados por populações permanentes (VALLEJO, 2017; DIEGUES, 1996). Diante desse contexto, em 1989, foi solicitada pelo IBAMA, à organização não-governamental, ProNatura, financiada na época pela WWF, a elaboração de um documento para criação de um sistema nacional de unidades de conservação. Esse documento foi apresentado à Câmara dos Deputados Federais, em 1992; não foi aprovado e seguiu em discussão por mais oito anos, seus desdobramentos marcam a política vigente hoje, como será discutido na próxima sessão.

Neste mesmo ano, o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, foi aprovada a Convenção da Diversidade Biológica, na qual o Brasil e outros países signatários reafirmaram seus compromettimentos de trabalhar para conservação da biodiversidade, ao estabelecer a

meta de transformar 10% do território em áreas protegidas, para principalmente proteger os ecossistemas e espécies ameaçadas de extinção (FRANCO, 2013; URBAN, 1998).

Em 1994, a União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN), atualizou suas categorias de áreas protegidas, definindo seis categorias: Reserva Natural Estrita, Parque Nacional, Monumento Natural, Área de Manejo de Habitat ou de Espécies, Paisagem Protegida Marinha ou Terrestre, Área Protegida com Recursos Manejados. Segundo Vallejo (2017, p. 56), além de simplificar as categorias, diminuindo de dez para seis, a nova classificação incluiu os povoados originários, as populações nativas, em todas as categorias de áreas protegidas, inclusive nas categorias de Reservas Naturais e Parques Nacionais, que não permitiam a presença humana. “A mudança possibilitou o resgate das terras pelos povos inicialmente excluídos nos primeiros ideais de Parques Nacionais e estimulou o debate sobre a questão”.

2.5 A discussão de populações dentro dos Parques Nacionais brasileiros

Em 1996, dois anos após as mudanças na legislação de áreas protegidas da UICN, aconteceu, no Brasil, o Seminário Internacional sobre a Presença Humana nas Unidades de Conservação. O Seminário tinha como objetivo debater o projeto lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil, apresentado pelo IBAMA à Câmara em 1992. Um dos conflitos centrais era justamente a presença das comunidades dentro das unidades, que motivou a realização do Seminário. O evento foi organizado pelo Fundo Mundial para Natureza (WWF), pelo Instituto Socioambiental (ISA), pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), pelo Programa Piloto de Preservação das Florestas Tropicais Úmidas (PPG7) e pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados (CDCMAN/CD).

Segundo o estudo de Moreira e Anderson (1996), apresentado neste seminário, havia, em 1995, 84 unidades federais entre Parque Nacional, Reserva Biológica, Reserva Ecológica e Estação Ecológica. Essas unidades estavam naquele momento (e até hoje) classificadas como de proteção integral, ou seja, nessas unidades a presença humana é proibida. Estimava-se que 36% das unidades de proteção integral eram ocupadas por populações humanas tradicionais, a maior parte estava nos Parques Nacionais, que representam 51% do total, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Presença de populações humanas em unidades de conservação integral entre 1937 – 1995.

Região	Número de unidades	Unidades com presença de populações tradicionais
Norte	21	10
Sul	11	02
Sudeste	15	06
Nordeste	15	2
Centro-Oeste	06	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados de Moreira e Anderson (1996).

As populações humanas dentro das unidades de conservação foram chamadas de populações tradicionais, entretanto o significado do termo não era um consenso. Nesse sentido, destacamos duas ideias de populações tradicionais que haviam na época. Para Diegues (1996):

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital...Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala como agricultura e pesca, coleta e artesanato...Uma característica importante desse modelo mercantil é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos...esse know-how tradicional é um instrumento importante para a conservação...Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem que sua interferência no meio ambiente seja pequena (DIEGUES, 1996, p. 142).

Segundo o Banco Mundial:

De origem racial diversa, essas populações são representadas pelos atuais remanescentes de quilombos, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, caiçaras e pescadores artesanais. Essas populações são caracterizadas por pelas práticas de atividades de relativamente baixo impacto ambiental- tais como agricultura itinerante em pequena escala e a colheita de produtos não-madeireiros, caça e pesca de subsistência. (MOREIRA; ANDERSON, 1996. p. 12).

O debate sobre a presença humana nas unidades de proteção integral durante o Seminário dividiu os participantes em dois grupos: um formado por aqueles que defendiam a

presença humana em todas as unidades de conservação de categoria integral e aqueles que defendiam que a presença humana deveria ser proibida nas unidades de proteção integral. Para o grupo que defendia a proibição da presença humana, a premissa estava justificada nos estudos científicos que apresentavam as práticas humanas como degradadoras da biodiversidade local, sobretudo sobre as populações animais de grandes mamíferos, aves e peixes. “Esses animais exercem importantes funções ecológicas, por exemplo, a dispersão de sementes, e sua eliminação pode causar empobrecimento da fauna (MOREIRA; ANDERSON, 1996, p. 12).

Entre os mais progressistas entre esse grupo estava o advogado José Benatti, na época diretor executivo do Instituto de Proteção da Amazônia (IPAM). Ele defendia que as populações deviam ser reassentadas ou indenizadas e, enquanto isso não acontecesse, as atividades exercidas pelos grupos humanos deveriam ser reguladas por um contrato de concessão:

Deverá ser elegida uma norma regulando os prazos de permanência, as condições de moradia o uso dos recursos naturais e outras atividades desenvolvidas pelas populações tradicionais residentes que possam prejudicar os ecossistemas protegidos. bem como os deveres do órgão responsável pela administração da unidade com essas populações. direitos e deveres de ambas as partes serão estabelecidos por meio de um contrato entre as partes referidas, observando o disposto desta lei e nas demais leis...Portanto, a única forma de regularizar a situação das populações tradicionais é através do contrato de concessão, que deve incluir também um plano de utilização, aprovado pelo gestor da área, contendo cláusulas de rescisão quando houver qualquer dano ao meio ambiente. Caberá ao órgão gestor supervisionar as áreas “agroextrativistas” e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de concessão e uso. (BENATTI, 1986, p. 35-36).

Os que defendiam a presença das populações “tradicionais” utilizaram os seguintes argumentos. Em primeiro lugar, a baixa densidade destas populações aliada à forma de vida tradicional causa um impacto mínimo, sendo compatível com os objetivos e conservação da natureza. Um exemplo seria o Parque Nacional do Jaú, no Amazonas onde a densidade local era menor que meio habitante por metro quadrado. O segundo argumento era o envolvimento político das comunidades, atuando como aliadas na integridade territorial das unidades de conservação. O grupo utilizou o exemplo do Movimento dos Seringueiros da Amazônia, que se puseram contra o acelerado desmatamento da Amazônia. O terceiro argumento ressaltava o envolvimento local na gestão da unidade, como o caso da Reserva Biológica de Mamiurará, que devido a uma campanha envolvendo o Estado, ONGs e a população local, foi recategorizada como a Reserva Extrativista. E, finalmente, havia o questionamento sobre a

ideia da separação homem/natureza, pois o grupo defendia a biodiversidade como resultado do modo de vida dessas comunidades (MOREIRA; ANDERSON, 1996).

As entidades internacionais representadas no evento, como o Banco Mundial e a Escola de Economia de Londres, defendiam a consulta e o envolvimento das comunidades locais na criação e gestão das áreas protegidas. Porém estavam mais interessadas em viabilizar a cogestão das unidades de conservação com organizações não governamentais e a implantação de mecanismos que dessem valor econômico às áreas, “como forma de sensibilizar as populações urbanas capitalistas sobre a importância dos sistemas naturais para a vida na terra” (MOREIRA; ANDERSON, 1996, p. 14). Entre os argumentos utilizados para regulamentar a parceria estava a falta de estrutura do IBAMA, que na época possuía um funcionário para cada 250 mil hectares e insistiram nos benefícios da descentralização do poder estatal sobre as unidades. “Na medida que o papel do Estado na criação e manutenção de áreas protegidas diminui, as responsabilidades da cidadania dos exercícios dos cidadãos geram, por sua vez, um governo mais ágil e eficaz” (MOREIRA; ANDERSON, 1996, p. 14).

Entre as pessoas que questionavam o uso do termo “tradicional”, mas que defendiam a presença das populações locais dentro das unidades de conservação, estava a pesquisadora Débora Lima, da Universidade Federal do Pará. Para Lima (1996), a categoria de população tradicional dava um significado estático a essas sociedades, prejudicando suas autonomias sobre as condições futuras desejadas.

A generalização do conceito de populações tradicionais simplifica a diversidade de situações sociais e cria uma expectativa de permanência de pequena produção familiar. Essa pequena produção familiar tem sido privilegiada pelos movimentos ambientais justamente por ser mais propícia à aceitação de modelos de uso sustentável do que produção capitalista. As expectativas conservadoras do modelo de uso sustentado podem ir contra a autonomia dessas populações de decidir sobre seu futuro frente às aspirações modernas de níveis de consumo e bem-estar. De fato, as populações pobres estão sendo integradas às unidades de conservação sem que tenha definido com clareza sua meta social. A inclusão envolve sacrifícios que não são divididos igualmente com o resto da sociedade (LIMA, 1996, p. 77).

Anthony Hall, representante da Escola de Economia de Londres, questionou um dos critérios para reconhecimento de uma comunidade tradicional, que é o seu autorreconhecimento, fruto de um engajamento político. Para ele, nem todas as comunidades locais tinham níveis de engajamento para se autodenominarem e essa barreira poderia atrapalhar a relação das populações locais com as autoridades, já que “a mobilização da maioria das populações é fraca ou inexistente, nem todo povo tradicional é potencialmente um movimento social ecológico” (PHUC, 1996, p. 87).

O Congresso terminou sem que os grupos tivessem entrado em consenso. E a discussão arrastou-se por mais quatro anos, até que, finalmente, o dispositivo foi aprovado com a publicação da Lei 9.985/2000 que regulamentou e implantou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, ao definir doze categorias de unidades de conservação, fez a classificação das mesmas em dois grupos, como havia sido estipulado no Código Florestal de 1965. O SNUC estabeleceu cinco tipologias para unidades de proteção integral: Parque Nacional (PARNA), Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Monumento Natural (MN) e Refúgio da Vida Silvestre (REVIS). E sete de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, 2000). Essa separação entre duas categorias: uso sustentável que permite povoamento humano e proteção integral que não permite é o reflexo do pensamento, denominado por Hoefle (2018; 2016) como ética ambiental biocêntrica, que tem caracterizado as políticas ambientais brasileiras. “A ética ambiental biocêntrica leva em consideração apenas o bem do ecossistema e a remoção e/ou marginalização dos agricultores também pode ser vista como um processo de cercamento pela natureza (HOEFLE; BICALHO, p. 6, 2018).

O SNUC reafirma sua visão pautada na dualidade homem/natureza, ao estabelecer a separação de duas categorias: uso sustentável e proteção integral. Além disso, por mais que reconheça a presença das comunidades nas unidades de proteção integral tem como objetivo futuro assentá-las em outro lugar ou indenizá-las. A lei, orientada pela visão biocêntrica, estipula que as atividades dessas populações devem estar regulamentadas por um termo de compromisso que restringe o modo de vida dessas populações ao submetê-las às regras de proteção, aos ecossistemas e da fauna e flora.

O SNUC contém uma contradição ao ignorar os direitos das populações indígenas e quilombolas sobre suas terras originárias, como já estava garantido desde a Constituição brasileira de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo país é signatário. Por outro lado, o SNUC permite a construção de empreendimentos de interesse nacional dentro e na área de entorno dos Parques Nacionais, desde que haja autorização das autoridades competentes. Dessa forma, a lei não apresenta o princípio da isonomia, ferindo novamente a Constituição de 1988, ao facultar atividades econômicas

exógenas ao mesmo tempo que é preconceituosa ao recriminar e criminalizar as atividades realizadas pelas populações locais.

O reconhecimento da presença dessas comunidades nas categorias de unidades de proteção integral não garantiu às populações o direito de continuar exercendo suas atividades e modos de vida, como foi o caso registrado na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins (EESGT). A unidade criada em 2001 coibiu o uso do fogo por dez anos. Esse recurso era utilizado para manejar as roças de toco, um sistema agrícola herdado dos indígenas. Segundo Borges *et al.* (2016), as imposições desqualificaram os sistemas agrícolas e seu uso no manejo do Cerrado, além de favorecerem a perda de conhecimento e as práticas relacionadas ao fogo e à biodiversidades dos ecossistemas regionais.

A indenização e o reassentamento, quando realizados, são feitos sem ouvir as preocupações das populações que são expropriadas de suas terras, obrigadas a trocar seus solos férteis por solos pobres, interferindo na segurança alimentar desses povos. Como o que aconteceu com os geraizeiros, no Parque Nacional Grande Sertão Veredas, no Norte de Minas Gerais, que foram levados para assentamento criado nas escarpas, em uma vegetação que as comunidades, historicamente, evitaram (MARTINS, 2012).

A discussão sobre populações humanas em unidades de conservação, ao invés de incluir essas comunidades em todas as unidades, fortaleceu a dualidade homem/natureza, criando mais duas categorias de uso sustentável: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Área de Interesse Ecológico, (ARIE), que são coadministradas pelas populações tradicionais. Nesse sentido, o Brasil, através do Decreto nº 6.040/2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo população tradicional como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2007).

Neste trabalho, ao analisarmos as populações rurais em conflito com o Parque Nacional do Itatiaia, optamos por não utilizar a categoria de população tradicional, pois, além de trazer um enclausuramento das populações rurais, ao cumprir exigências jurídicas, o termo exclui da negociação as comunidades que não estão organizadas politicamente, pois muitas populações rurais não possuem aspirações políticas ou apoio de organizações não

governamentais para enfrentar processos burocráticos que implicam o uso do termo população tradicional para garantir seus direitos frente às unidades de conservação.

3. A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA

Para entender como se deu a construção do pensamento conservacionista ortodoxo nos dias de hoje e como as diretrizes utilizadas atualmente foram formadas, é preciso voltar ao século XIX, quando surge o interesse nacional pelo Itatiaia. Como primeiro parque nacional do país, o Itatiaia inaugura, no Brasil, uma nova forma de ver o território, ao criar limites destinados às áreas naturais, para além de da conservação em si, mas como instrumento de desenvolvimento econômico através do turismo. Esse pensamento, base da criação de parques nacionais dos Estados Unidos e defendido pelos seus precursores, parte da ideia de que as áreas naturais devem ser consideradas um bem da coletividade. De acordo com o pensamento coletivo, as áreas destinadas aos parques nacionais deveriam possuir algumas características específicas, a principal, na época, era a sua beleza cênica diferenciada e foi exatamente o fator exótico do Planalto do Itatiaia que levou a atenção dos cientistas e do governo para Serra da Mantiqueira.

O Planalto do Itatiaia possui 220 km² nas suas partes mais altas, que estão entre 1.800 metros a 2.000 metros de altitude. Na região a Mata Atlântica adquire uma paisagem totalmente diferente das áreas mais baixas. As matas são substituídas pelos campos de altitude; devido a isto e à intensa radiação solar, apenas poucas espécies de plantas sobrevivem, sendo a paisagem dominada por gramíneas, brejos e turfás (ICMBIO, 2013). De acordo com registros geológicos, essa região ergueu-se abruptamente na Serra da Mantiqueira, há cerca de 70 milhões de anos do Cretáceo Superior e por encaixantes do embasamento cristalino de idade pré-cambriana (FBDS, 2000, p. 31).

No Planalto do Itatiaia localizam-se formações rochosas peculiares, formadas por conjuntos de tipos de rochas sieníticas que variam de sienitos saturados abaixo de sílica e sienitos nefelinos a sienitos e granitos de quartzo nas partes internas (ENRICH *et al.*, 2005, p. 421). A mais importante delas era também conhecida como Itatiaia, nome tupi dado pelos primeiros moradores da região, os índios Puri. Esse grupo de formação rochosa é constituído por rochas intrusivas alcalinas, o que lhe dá o seu aspecto metálico e também suas fissuras e formas (FBDS, 2000). Essa formação chamada de Itatiaia pelo povo Puri vai ganhar o nome de Agulhas Negras no começo do século 20, referindo-se a uma nomenclatura geológica de agulhas que refere-se a um grupo de formação rochosas pontiagudas. Itatiaia em tupi significa “pedras pontudas” e nesse conjunto de “pedras”, há o Itatiauçu, a pedra mais pontuda ou pico mais alto. Dessa forma, o nome Itatiaia passa a ser o nome da região desse Planalto, que possui 1.500 km² (SERRANO, 1992).

Até o começo do século XIX, a Serra da Mantiqueira continuava quase que desconhecida, aparecendo cartas cartográficas que indicavam o caminho do mar para as minas de Diamantina, na província de Minas Gerais (SERRANO, 1992). Sua colonização é influenciada pela abertura da Estrada do Real, rota oficial estipulada pela coroa para o transporte dos minérios até a costa brasileira. Para deixar o estado de Minas Gerais, atravessava-se a Serra da Mantiqueira, passando pelo Vale do Paraíba, para depois subir a Serra do Mar e só então chegar ao mar. Na região, a coroa proibiu a abertura de novas estradas, devido ao contrabando do ouro, já que metade da produção do minério saía de forma clandestina do território brasileiro (DEAN, 1995).

No final do século XVII, a Serra da Mantiqueira possuía a fama de ser um lugar perigoso, pela presença de assaltantes, traficantes e assassinos. Em 1867, após 40 anos da reabertura das rotas, durante sua passagem pela região, o viajante inglês Richard Francis Burton, assim descreveu a Serra da Mantiqueira:

Na primeira metade do século presente, seu nome metia medo...Os antigos viajantes contavam mil lendas a respeito de seus bandidos, e os tropeiros ainda tremem com os casos contados em torno das fogueiras, em seus pousos. Os bandidos costumavam lançar suas vítimas e atirar os cadáveres, devidamente saqueados dos diamantes e ouro em pó, aos abismos e precipícios mais profundos; há uma tradição segundo a qual um desses Gólgotas foi descoberto porque uma árvore, crescendo com muita rapidez, trouxe consigo uma sela, em vez de frutas (BURTON, 1976, p. 67).

Outra história bastante conhecida na área de estudo relata sobre um grupo de homens que, após roubar uma carga de ouro na Estrada Real, teria a enterrado em certo ponto da Serra Mantiqueira, atual município de Alagoa. Segundo a lenda, os grupos teriam assassinado os escravos que acompanhavam a comitiva e os teriam enterrado no mesmo lugar que o ouro. Na promessa de retornar ao lugar e resgatar o tesouro, porém isso não aconteceu. Na busca pelo lugar onde estaria escondida a fortuna, certo dia, uma família teria descoberto em suas terras o tal local. Contudo, quando começaram a cavar, espíritos teriam se apossado do grupo, que começou a se bater mutuamente. Depois disso, nunca mais ousaram retornar ao local. Segundo os moradores, o ouro estaria sendo vigiado pelos espíritos dos escravos. Outras lendas também são bastante recorrentes na região, como a dos potes de ouro em fundo de lago ou cachoeiras e, ainda, a presença de almas em determinados pontos da Serra.

Até o século XIX, a região do Planalto do Itatiaia era uma região conhecida, sobretudo pelos locais. A descoberta da região possui ligação com as criações da vila de Aiuruoca (MG) e a Vila de Resende (RJ), criadas no final do século 18 por bandeirantes paulistas, inaugurando o movimento de colonização da região, onde, posteriormente, foram estabelecidas rotas alternativas entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, que atravessavam o planalto (DEAN, 1992; SERRANO, 1993). As rotas alternativas eram percorridas pelos tropeiros que, montados em mulas, subiam e desciam os desfiladeiros e encostas da

Mantiqueira, levando produtos alimentícios de Minas Gerais para a próspera e faminta Vila de Resende (RJ), no Vale do Paraíba.

Segundo Serrano (1993), o interesse científico pelo Planalto do Itatiaia começa com o relato de um engenheiro nascido em Aiuruoca (MG), José Franklin Massena. Depois de retornar da Itália, onde estudou astronomia, física, passou a estudar a região de nascimento. O Planalto do Itatiaia, o qual é possível enxergar desde Aiuruoca, fez com o que o engenheiro organizasse duas expedições ao local; de suas viagens publicou um documento onde declarava que o Pico do Itaitiaçu era o ponto mais alto do país. A afirmação veio junto com uma descrição minuciosa da área, além de desenhos e mapas, atraindo o interesse de viajantes, exploradores, alpinistas e da sociedade científica. Segundo Toledo (1993) o documento foi escrito em 1856, mas só foi entregue ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1861, sendo publicado em 1876.

A altura do Itaitiaçu, entra na discussão nacional de pontos mais altos do país e continuou, por décadas, tornando-se um sonho para conquistas de exploradores. Orville Derby, chefe da Comissão Geológica Brasileira, criada em 1875, realizou expedições na área e afirmou que apenas uma lagartixa poderia ser capaz de tal façanha (SERRANO, 1993). A visita da princesa Isabel e sua comitiva ao Planalto, em 1870, talvez seja a visita mais importante que a área recebeu durante o século XIX, inaugurando os estudos científicos no Planalto do Itatiaia. Na comitiva da princesa estava o botânico francês Auguste Glaziu, que na época trabalhava no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A comitiva ascendeu ao Planalto do Itatiaia, pela vila de Resende. Da visita, o botânico produziu um livro, reunindo amostras de plantas coletadas na expedição, no formato de folha de papel sulfite comum, com 50 páginas e deu-lhe o título de *Plantes Cueillies sur l'Itatiaia au mois de juillet 1872* (NORDENSON, 2018).

O engenheiro e grande entusiastas da ideia de parque nacional do Brasil, André Rebouças, visitou o Planalto do Itatiaia, em 1878, junto com os seus alunos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Após a visita, propôs a criação de um parque nacional na área, exaltando, além da beleza cênica, a sua proximidade com a capital do Império, Rio de Janeiro, e o seu potencial turístico e terapêutico para as populações urbanas (SERRANO, 1993). Em Resende, uma das cidades mais importantes da época, sendo o centro regional do café, motor econômico do país, passava a estrada de ferro Dom Pedro II. A Figura 1 apresenta a vegetação e as formações rochosas do Planalto do Itatiaia que produziram encantamento na sociedade brasileira.

Figura 1: Planalto do Itatiaia com vegetação de campo de altitude.



Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Havia um interesse da sociedade pela área, porém as terras onde o Planalto estava não eram públicas, pertenciam ao Visconde de Mauá. Em 1908, o governo comprou do herdeiro de Visconde de Mauá, Henrique Irineu Evangelista, sete fazendas e as subdividiu em lotes de 25 hectares. O governo adquiriu as terras e as vendeu para imigrantes alemães, dinamarqueses e finlandeses para iniciar a produção de frutas na região, visto que o clima da mesma se assemelha às terras originárias desses imigrantes (ICMBIO, 1982).

Os colonos iriam tocar as plantações e também a produção de laticínios. Era do governo a responsabilidade de construir a infraestrutura, como estradas e serviços públicos. Em dois anos, o projeto já demonstrou falência pela falta de apoio do governo, que não cumpriu sua parte. E, por iniciativa própria, esses imigrantes passaram a trabalhar com turismo, visto que a vertente de Campo Belo e Visconde de Mauá, localidades onde foram instalados os núcleos coloniais, eram os dois principais acessos ao Planalto do Itatiaia. (TOLEDO, 1993; ICMBio, 2013)

3.1 Presença humana na região

Os índios puri, goitacases e coroados foram os primeiros habitantes da região e é dada a eles a herança toponímia de toda essa região, como por exemplo, Serra da Mantiqueira (serra que chora), Itatiaia (pedras pontudas), Pedra do Picu, Aiuruoca (casa do papagaio), etc.

O processo de expulsão dos indígenas foi acelerado com a criação das vilas de Resende e Aiuruoca. As populações foram dizimadas e os que sobreviveram misturaram-se aos colonizadores ou iniciaram uma incursão para o planalto do Rio Preto, mais ao leste da área. O engenheiro Massena relatou que havia uma fazenda de gado no Planalto do Itatiaia e que, naquele momento, boa parte das terras eram fazendas do Barão de Mauá, onde viviam escravos e posseiros (SERRANO, 1993).

Durante o ciclo do ouro, o projeto de encontrar ouro da região de Aiuruoca fracassou e a região passa a ser explorada com as atividades silvipastoris. Resende servia como ponto de apoio e distribuição, com um desenvolvimento tímido e pouco expressivo, contudo, com o início das plantações de café, alcançou seu apogeu econômico, tornando-se o grande centro cafeeiro do país. O ciclo econômico do café durou 70 anos a custo da destruição de boa parte da Mata Atlântica que cobria aquelas áreas. Porém, assim como a sua ascendência econômica, o fracasso logo chegou. A monocultura levou à exaustão do solo, que já não produzia como antes, os plantios de café perderam sua produtividade e, conseqüentemente, sua competitividade. Além disso, juntamente com a queda do preço dos mercados internacionais, as fazendas de café são convertidas em pastagens e a criação do gado sobe as encostas da Mantiqueira e chega ao Planalto do Itatiaia (DEAN, 1993).

A efervescência econômica não aconteceu do lado mineiro do Planalto. O movimento de colonização começa a partir da criação de vilas, na antiga rota da Estrada Real e intensifica-se na segunda metade do século XIX, quando são criadas as vilas de Serra Negra, Fragária, Capivara, naquele momento pertencendo ao município de Baependi, até a emancipação da Vila de Itamonte. Ao contrário de outras partes do Sul de Minas, a região de Aiuruoca, localizada nas partes mais altas da Mantiqueira, não serviu para o plantio do café, visto as condições climáticas e sobretudo pela sua topografia. As vilas vão surgindo de maneiras autônomas e marginais. Essas famílias pobres de portugueses, juntamente com a população negra recém-liberta, começam a procurar nos vales e encostas da Mantiqueira lugares para se desenvolverem. Do movimento, surgem as vilas às margens do Rio Aiuruoca, importante afluente do Rio Preto que deságua na bacia do Paraná. Essa região adjacente ao Planalto será decretada Parque somente em 1982, com graves conseqüências para a população histórica do lugar.

Desse modo, percebemos que a região onde se instalou o Parque nunca esteve desabitada, o que se criou foi uma forte ideia de exotismo em cima da peculiar paisagem que muda conforme a altitude, o que lhe deu um caráter diferenciado em relação ao restante do

país, já que o Planalto do Itatiaia faz parte de somente 8% do território brasileiro, situado a mais de 1.800 metros de altitude (FBDS, 2000)

O que havia era uma construção pictográfica do Itatiaia, endossada pela sociedade científica em um momento que crescia o interesse pela conservação dos recursos naturais, começando, principalmente, pela botânica e geografia. O conhecimento geológico da área só floresce, de fato, na segunda metade do século XX, com os estudos de Penalva (1972).

Aliado ao interesse científico de exploração e descrição, sobretudo, há um processo de desenvolvimento turístico na região, iniciado de forma autônoma por parte desses colonos europeus, que logo perceberam a movimentação de viajantes e curiosos para o local, dando início aos primeiros hotéis e pousadas na década de 1920 (SERRANO, 1993; CAZZARRA, 2018). Por outro lado, a exploração do café nessa área e a destruição da Mata Atlântica motivam as ações em prol da conservação das áreas naturais no Brasil. A discussão tardia em relação a outras nações é atribuída às políticas colonizadoras portuguesas que, por mais de 400 anos, estiveram voltadas para exploração dos recursos naturais. Nesse cenário, começo do século XX, a natureza brasileira era vista, sobretudo, com interesses econômicos; entre os principais produtos de exportação estavam: madeiras, penas de aves e peles de animais (URBAN, 1988).

3.2 A implantação do Parque Nacional do Itatiaia

No começo do século XX, o Brasil tinha a base do seu crescimento econômico nas atividades primárias, o que não mudou muito. As regiões mais planas da Mata Atlântica, na escarpa Sul da Serra da Mantiqueira, foram destruídas para a monocultura de café e construção da estrada de ferro. O desmatamento desenfreado incomodava cientistas brasileiros e estrangeiros que atuavam como funcionários do governo. O Brasil estava atrasado em relação a outros países da América Latina, como Argentina e Colômbia, que já tinham seus parques nacionais (DIEGUES, 1996).

Era o começo da organização do movimento conservacionista no Brasil. Reunindo cientistas, botânicos, jornalistas, engenheiros, políticos, professores, dentre outros, o movimento passou a sugerir oficialmente a criação de parques nacionais, recomendando lugares e justificando as escolhas a partir de critérios científicos e não espiritualistas, como aconteceu, em parte, nos EUA.

A criação do Parque Nacional do Itatiaia foi algo aconselhado por diversos cientistas, dentre eles o geógrafo José Hubmayer, que durante a Conferência da Sociedade Geográfica Brasileira proferiu um discurso sobre o tema, e funcionários do governo, como Alberto

Loefgren e Carlos Porto, os dois botânicos, funcionários do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Para Hubmayer, *apud* Serrano, 1993, s,a:

O Parque Nacional de Itatiaia, sem igual no mundo, estaria quase às portas desta bela Capital, oferecendo, aos cientistas e estudiosos, riquíssimos elementos para as suas pesquisas, aos convalescentes pelo trabalho exaustivo nas barulhentas cidades, um retiro ideal para a sua reconstituição física e mental e aos excursionistas e curiosos uma infinidade de atrativos (HUBMAVER, s.a, *apud* SERRANO, 1993, p. 88)

Em 1914, o governo aceitou o pedido de Carlos Campos Porto, declarando a Reserva Florestal do Itatiaia, abrangendo sete mil hectares, dentro das áreas devolutas dos projetos de colonização Núcleo Colônia do Itatiaia e Visconde de Mauá. A Reserva era administrada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Nesse momento, começa o controle da entrada e saída na área e restrições de atividades (CASAZZA, 2018).

Em 1927, a reserva foi em estação biológica, continuando vinculada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A administração estava sob os cuidados de Carlos Porto. Para instalação da estação biológica foi construída uma sede na antiga fazenda Mont Serra. A Estação servia como um arquivo do Jardim Botânico e, além de abrigar coleções de fauna e flora de outros lugares, incentivou a catalogação de espécies do Planalto e da floresta (CASAZZA, 2018). A estação passou a incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre o Planalto do Itatiaia e a visita dos pesquisadores. Contudo, é válido salientar, não havia um programa de visita para o público em geral. As atividades turísticas eram feitas por conta dos viajantes que se instalavam nas hospedarias ao redor e exploravam a área por iniciativa própria. Na época, só haviam dois caminhos para o Planalto e os visitantes deveriam se apresentar à sede da Estação para conseguirem uma autorização de visitas (CASARRA, 2019), como mostra a figura abaixo.

Figura 2: Autorização de Entrada e Permanência no Parque Nacional do Itatia em 1937



Fonte: (CASAZZA, 2018, p. 40)

O desenvolvimento do turismo nasce como uma iniciativa privada, devido à necessidade dos colonos, diante das falências dos projetos de colonização. Em Visconde de Mauá e Campo Belo (atual Itatiaia), nos dois acessos ao Planalto, as famílias Buher e Butter, respectivamente, começaram a receber hóspedes em suas casas, em 1922. Depois, foram surgindo pousadas e hotéis, como o hotel Excelsior e Simon (AAI, 2011; TOLEDO, 1993).

Quando o Parque Nacional do Itatiaia foi criado, em 1937, já existia uma base administrativa, turística e científica. A escolha do primeiro parque foi, sobretudo, uma junção de diferentes movimentos, guiados pela necessidade de se adequar às políticas internacionais, pressionados por setores da sociedade. O presidente Getúlio Vargas apoiou a primeira Conferência de Meio Ambiente no Brasil, realizado do Museu Nacional, no Rio de Janeiro; esse foi o primeiro evento oficial de cunho conservacionista. Foi durante o primeiro governo de Vargas que saiu a primeira publicação do Código Florestal Brasileiro, em 1934. O Código trouxe o conceito de áreas protegidas e a categoria de parque nacional, o que até o momento não existia.

O Código Florestal de 1934 classificou o parque nacional como propriedade da União, sob a responsabilidade unicamente do governo, de interesse público, destinado à pesquisa científica e ao turismo. Nos parques nacionais estava proibido o “exercício de qualquer atividade contra a fauna e flora”. As áreas destinadas à conservação de florestas remanescentes, categoria à qual o parque pertencia, possuíam caráter perene e inalienável, exceto se o “adquirente se obrigar, por si, seus herdeiros e sucessores, a manter as sob regime legal respectivo as florestas remanescentes e protetoras” (BRASIL, 1934). Entretanto, apesar de permitir a permanência de propriedades privadas em florestas remanescente, o documento determinou que as terras declaradas parques nacionais deveriam voltar ao domínio público.

O Parque Nacional do Itatiaia foi criado em 1937, através do Decreto nº 1.713, com quase 12 mil hectares, tornando-se o primeiro parque nacional brasileiro. O Parque estava localizado nos municípios de Itatiaia e Resende, no Rio de Janeiro. O decreto dizia:

Considerando que as terras da região de Itatiaia incorporadas desde 1914 ao patrimônio do Jardim Botânico que nelas mantém a "Estação Biológica de Itatiaia", ocupam uma área de 119.439.432 metros quadrados ou sejam 11.943 hectares, coberta na maioria de matas primitivas, com as altitudes variando de 816 a 2.787 metros, cortada por numerosos pequenos córregos que desagüam nos rios Aiuruoca, Campo Belo e Preto, que têm ali suas nascentes, e apresentando flora inteiramente diversa da de outras montanhas do Brasil, mesmo da de outros contrafortes da Serra da Mantiqueira; área e flora já estudadas, em todos os seus aspectos, por geólogos, botânicos e cientistas de toda espécie, nacionais e estrangeiros (BRASIL, 1937).

No Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937, de criação do Parque Nacional do Itatiaia, são colocadas as seguintes justificativas: 1) presença de matas nativas, flora e fauna exótica 2;) área bastante estudada; 3) a economia para os cofres públicos, devido à presença da estação ecológica, que possuía um conjunto de funcionários, além de uma estrutura física e 4) aparato turístico instalado. A administração dos parques nacionais era de responsabilidade do Ministério da Agricultura e permaneceu lá até a criação da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), em 1972.

A administração do Parque estava ligada ao Ministério da Agricultura e permaneceu lá até 1972, com a criação da SEMA. As questões fundiárias tornaram-se mais uma faceta de contradição, o governo se apossou das terras privadas e não fez o processo de declaração de utilidade pública para fazer indenização, como diz a lei de indenizações, tanto no Código Florestal, de 1934, quanto no Decreto de criação. Não havia um dispositivo apontando de onde viriam os recursos para a indenização. Esse aspecto foi ignorado até a promulgação da Lei do SNUC, em 2002. O decreto de criação do PARNA Itatiaia diz:

Art. 2º A área atual da Estação será acrescida do que fôr desapropriada, constante dos pequenos lotes, ainda pertencentes a particulares que se encontram encravados nas terras do domínio da União ficando os limites do Parque constituídos pelos atuais da dita Estação com as modificações resultantes da incorporação dos aludidos lotes. Parágrafo único. Das terras devolutas do Domínio da União, existentes nas proximidades do Parque serão reservadas as que forem necessárias para a localização de hotéis e instalações que facilitam o movimento turístico na região (BRASIL, 1937).

O decreto de criação estipulou que o parque deveria continuar sendo administrado e fiscalizado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, até que uma comissão formada por representantes do Serviço de Estradas de Rodagem, do Ministério da Viação e Obras Públicas, do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do Ministério da Agricultura elaborasse um plano apresentando a organização definitiva do Parque (BRASIL, 1937). Pela representatividade

desse conselho, analisamos que o governo tinha um interesse na criação de uma infraestrutura para servir à função turística dada aos parques nacionais.

Em fevereiro de 1943, o engenheiro agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros foi nomeado o primeiro chefe do Parque, cargo no qual se manteve até 1957. A frente da administração foi responsável por estruturar os planos de gestão, as normas de policiamento e as políticas de turismo. Foi durante sua gestão que criou-se a maior parte da infraestrutura que existe até hoje: como o Centro de Visitante, Museu, Casa do Pesquisador, abrigos, trilhas de acessos a pontos de visitação como Véu da Noiva, Monte Três Picos, estrada a partir da Garganta do Registro, da divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (IBAMA, 1982; 2013).

Como os conservacionistas da época, Barros era inspirado e entusiasmado pelo modelo conservacionista norte-americano. Para ele, havia, assim como nos EUA, um desgaste dos recursos naturais. Ele defendia a necessidade de "reservas naturais" e acreditava que imensas "porções virgens" deveriam ser declaradas aos Parques Nacionais, intangíveis da ação do homem. Barros tinha o típico preconceito urbano contra as populações históricas, para ele os parques nacionais poderiam "remediar a calamidade originada de um lado, do excessivo esforço que, pelo domínio da gleba, desenvolveram os pioneiros e de outro proveniente da desordenada ação dos índios incendiando a terra para vencê-la e conquistar a presa animal" (BARROS, 1952 *apud* Brandão, 2017, p. 18).

Barros (1952 *apud* BRANDÃO, 2017) defendia os Parques como uma reserva natural, em seu sentido científico, utilitário. Wanderbilt, apesar de saber que a área não era primitiva ou "virgem", repetia o discurso, porque o Parque Nacional era assunto da mídia, então, a ideia da existência de um lugar primitivo possuía o seu valor publicitário; era contra o desmatamento e via com preocupação a destruição da Mata Atlântica que ocorria no entorno do parque; denunciava, regularmente, ao Serviço Florestal, a retirada ilegal de madeira, a extração de palmito, além das queimadas ao redor do Parque. Em 1946 foi promulgado o Decreto nº 22.287, a partir do qual 60 mil hectares de áreas adjacentes ao Parque foram transformadas em florestas remanescentes, o que corresponderia hoje a uma Área de Preservação Ambiental (APA), era de domínio privado, mas estava sujeita à legislação específica, no caso, o Código Ambiental de 1934. Dessa forma, o parque tornou-se responsável pela fiscalização dessa imensa área. O Decreto nº 22.287 diz:

Art. 1º Fica declarada floresta protetora, de acôrdo com o art. 11, parágrafo único, do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, a compreendida na área entre a rodovia Rio Caxambú, do Registro até a Pedra do Itamonte, pela direita dessa estrada até as confinações com o Parque Nacional; do Registro até a estrada até as

confinações com o Parque, à esquerda de quem demanda Rezende; a parte florestada compreendida entre a estrada para Mauá, incluindo tôda a porção que, no vale do Rio Preto, estiver na cota máxima de 1.000 metros em volta da divisa do P.N.I a zona de remanescentes do Pinho do Paraná e do Pinheirinho, nas cabeceiras do rio Aiuruoca e do Capivari, na região conhecida por Vargem Grande, Serra Negra e Morro Cavado em altitudes de 1.200 metros. Art. 2º A área a que se refere o artigo anterior será determinada por levantamento topográfico a ser realizado pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e ficará sujeita não só ao regime especial estatuído pelo art. 8º do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (Código Florestal), como à guarda e fiscalização dêsse Serviço, por intermédio do Parque Nacional do Itatiaia (BRASIL, 1946).

Nas duas primeiras décadas do século XX, há um movimento de extração ilegal de madeira para carvão, denunciado por Wanderbilt (1952 *apud* BRANDÃO, 2017) e também por Penalva (1972) em seu trabalho sobre a geologia do Planalto do Itatiaia. Nessa época, chegaram muitos fazendeiros dizendo que seriam donos da área ou então comprando mata dos nativos para produção de carvão. Nem todo mundo aderiu ao movimento, alguns não venderam suas matas, outros trabalhavam na feitura do carvão ou faziam o desmatamento. "Eu era criança, meu pai me levava pro serviço. Eu via muitos homens para derrubar uma árvore. "A gente não conhecia dinheiro, era primeira vez... meu pai ajudava fazendo o carvão, nós usávamos os sacos de carvão para fazer roupa", disse seu Kellé, 85 anos, morador de Vargem Grande. Seu Carlinhos, 64 anos, morador de Capivara relembra: "Eu chorava quando eu via as máquinas entrando na mata, eu nunca fiz isso, mas a natureza se vinga, dentro dessa mata até tem muito trator e máquina que não conseguiu sair". A fiscalização do parque incluía visitas dos funcionários às propriedades e eventuais convocações para esclarecimento. As ocorrências eram lavradas pelo Parque, mas executadas pelo Serviço Florestal. Na carta abaixo, de 1946, Wanderbilt Duarte de Barros convocou o fazendeiro Abel Vianna, para prestar esclarecimentos sobre suas atividades, conforme mostra o trecho a seguir:

Ao Senhor Abel Vianna, Palmital.

De ordem do Excmo. Snr. Diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, intimo-vos a comparecerdes à sede do Parque Nacional do Itatiaia, em Itatiaia, E.F.C.B., neste Estado do Rio de Janeiro, para prestar esclarecimentos e exibirdes documentos que possuíis atividade para exercerdes atividades de extração de madeira e carvoaria, em matas enquadradas em definição do Código Floresta como protetoras, vizinhas do Parque Nacional do Itatiaia. Fica determinado o dia 18 do corrente às 13horas, para vossa apresentação. O vosso não comparecimento implicará em medidas enérgicas que se darão por intermédio nos termos das disposições infringidas segundo o Decreto 23.793, de 23/1/1934. (BRANDÃO, 2017, p. 38).

Na visão de Brandão (2007), Wanderbilt sabia das dificuldades sabia das dificuldades impostas pela falta de regularização fundiária, ele acreditava que enquanto não houvesse a

devida desapropriação os interesses de um parque nacional não seriam cumpridos, como exemplificou nesse ofício encaminhado ao diretor do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, em agosto de 1944:

Senhor Chefe:

Tendo verificado pessoalmente grandes derrubadas de matas nas abas da Serra do Itatiaia, em pontos próximos à área do Parque Nacional do Itatiaia, com prejuízo evidente da paisagem regional e com o extermínio pelo fogo de elementos já raros de vegetais e animais, apresento-vos, nesta data, algumas sugestões em defesa da natureza local. Tais sugestões têm fundamento em pedido de desapropriação de partes de algumas fazendas limítrofes nas partes mais elevadas da serra com este Parque Nacional. Atendem, também elas a entendimentos verbais e a recomendação do Senhor Diretor do Serviço Florestal, como é de vosso conhecimento. Julgando que as medidas apontadas são imprescindíveis à existência dos princípios que determinaram a criação do nosso primeiro parque nacional, espero vê-las endossadas por essa Chefia no seu encaminhamento ao Senhor Diretor. [...] (BRANDÃO, 2007, p. 40-41)

A partir do final da década de 1960, há uma reformulação nas leis ambientais brasileiras, a criação de órgãos específicos como a SEMA e IBDF. O Regulamento de Parques Nacionais de 1979 traz uma série de requisitos para escolha e administração das áreas. Uma das determinações é a criação de um Plano de Manejo. O objetivo do documento era adequar e orientar o manejo ecológico dos parques nacionais, apontando a necessidade de realizar o zoneamento como base do ordenamento e gestão do território protegido. "A lógica era estabelecer zonas diferenciadas onde os atributos e vocações da área iriam determinar o conjunto de intervenções e atividades permitidas" (MEDEIROS; PEREIRA, 2011, p. 8).

O Plano de Manejo, quando consolidado no Brasil, já era uma prática de planejamento utilizada pelos parques norte-americanos e amplamente difundida para a América Latina a partir dos anos de 1960. Na década seguinte, pelo menos 55 parques em toda a América Latina seguiram os mesmos passos (MILLER, 1989; DOUROJEANNI, 2005). O processo básico de elaboração era guiado por uma série de estudos e recomendações feitas por instituições ligadas ao tema, como a União Mundial para a Conservação da Natureza/UICN (HOROWITZ, 2000) e o Departamento de Florestas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (MILLER, 1989) (MEDEIROS; PEREIRA, 2011, p. 7.)

O Plano de Manejo do Itatiaia foi realizado pelo corpo técnico do Parque, liderado pelo presidente da época com apoio da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN). O Plano de Manejo deveria apresentar diretrizes sobre o manejo do parque através de um zoneamento dividido em sete partes, que se caracterizam de acordo com suas finalidades. O Plano de Manejo do Itatiaia foi realizado na gestão de Paulo Cezar Mendes Ramos, engenheiro florestal entre 1978-1980. A comissão responsável pela confecção do documento era composta por uma recreacionista, um engenheiro cartógrafo, um arquiteto com

colaboração de dois biólogos e dois engenheiros florestais e nenhum cientista social que sabe lidar com gente.

O documento traz uma série de informações de ordem geológica, climática, administrativa O que nos chama atenção nesse documento por três fatores: 1) apresentação de uma proposta de ampliação do Parque Nacional do Itatiaia, incluindo áreas das comunidades de Serra Negra, Vargem Grande e, parcialmente, Fragária e Capivara; 2) a ausência de qualquer referência em suas 200 páginas à existência dessas pessoas. Os nomes das localidades aparecem para geolocalizar espécies de fauna e flora ou para fins de limite; e 3) versa sobre a situação dos terrenos dos ex-núcleos coloniais e sugere o desmembramento desses lotes, pois a permanência dos mesmos seria incompatível com os objetivos do parque.

Para termos de administração, o Plano de Manejo (1982) separou a área do Parque em Parte Baixa e Parte Alta. Essa separação faz jus aos níveis e às mudanças de vegetação que ocorrem no alto da Serra da Mantiqueira, na divisa entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. São regiões que se diferenciam pelas características geográficas e pelo modo de ocupação. Na Parte Baixa está localizada a sede do Parque, como seu conjunto administrativo, prédios, museus e centro de visitação, além de atrativos turísticos. A Parte Baixa está situada nos municípios de Resende e Itatiaia, ambos no Rio de Janeiro. Na Parte Baixa há predominância de mata secundária, em regeneração. A região foi bastante explorada em diversos ciclos econômicos que atingiram o Sudeste do país. Primeiramente rota do ouro, depois atingida pelo ciclo cafeeiro do Vale do Paraíba e, posteriormente, grandes áreas foram convertidas em pastagens para gado de corte (DEAN, 1993).

Na Parte Baixa do Parque também há um conflito histórico com a Associação dos Amigos do Itatiaia, que reúne herdeiros e novos proprietários do dito Núcleo Colonial do Itatiaia, que foram incorporados tanto na criação do Parque em 1937 como pela ampliação em 1982. Essa área é caracterizada pela densidade populacional, pela presença de casas de veraneio, pousadas, hotéis e chalés e há um movimento de êxodo urbano, especialmente de classes mais abastadas de São Paulo e Rio de Janeiro, aposentados e novos rurais que saem da cidade em busca de amenidades ambientais. Nessa área não há quase incidência de atividades como pecuária e naturalmente áreas desmatadas estão se tornando capoeiras e matas secundárias. Isso representa a exploração urbana do rural (KELLY-REIFE; WING, 2016). Com a ampliação do PARNA, na parte baixa, as atividades, como a pecuária, foram gradativamente sendo substituídas por atividades econômicas ligadas ao turismo. É nessa área que funciona a sede administrativa do parque, o centro de visitantes, o museu, abrigo para pesquisadores, O Morro do Adeus, Cachoeira do Véu Azul. A parte de baixo está mais

parecida com o modo de gestão que o Parque considera ideal, prevalência do turismo em relação à pecuária, por exemplo.

O conflito analisado neste trabalho está localizado na Parte Alta, no lado mineiro da Serra da Mantiqueira, nas encostas do Planalto do Itatiaia, onde a altitude varia entre 1.400 metros (Fragária, no fundo do vale) e Serra Negra, que possui áreas a 1.800 metros de altitude. Serra Negra está totalmente inserida na área demarcada como PARNA Itatiaia e Vargem Grande, Fragária, Capivara estão parcialmente inseridas. Ao contrário da Parte Baixa, no lado mineiro, a economia local é voltada para pecuária e agricultura de pequena escala, com algumas atividades como a truticultura, melicultura, todas consideradas ameaças pela administração do Parque pelas suas características exógenas. O turismo ainda é bastante tímido, com predominância de casas de veraneio, pousadas e chalés, localizados, a maioria, nas margens do Rio Aiuruoca.

A ausência das características socioeconômicas dessas populações na seção de fatores socioeconômicos, nas páginas 49 e 50 do documento, é proposital, já que na primeira página o documento delimita as áreas do Parque dentro dos estados do Rio e de Minas Gerais, incluindo o nome dos vilarejos, mas exclui as informações do lado mineiro nos quesitos sociais. A seção intitulada “economia regional”, que ocupa apenas uma página e meia do documento (p. 50-51) traz termos generalizados da região, apresentando dados sobre ocupação do solo e atividades econômicas, mas não fica claro sobre quem/a que município se referem esses dados, se é sobre Resende? Sobre o estado do Rio de Janeiro? sobre o Sudeste brasileiro? Especificamente, o texto cita o município de Resende, caracterizando suas atividades econômicas. Ao se referir ao lado mineiro resume:

No Sul de MG o clima favorece o desenvolvimento da fruticultura, destaque as frutas de clima temperado e a pequena lavoura variada. A topografia suave, os solos de várzea e os amplos terraços favorecem o cultivo de cana-de-açúcar e do arroz que aí se conservam (...) De uma maneira geral os aspectos importantes desta região seriam o aproveitamento agrícola na bacia terciária de Resende, a pecuária leiteira, a função de turismo e veraneio que caracteriza os contrafortes da escarpa da Mantiqueira, sobretudo no Maciço do Itatiaia, e a indústria (IBDF, 1982)

A seção fatores socioeconômicos, no Plano de Manejo (1982), na página 75, apresenta a situação fundiária nos lotes dos ex-núcleos coloniais de Itatiaia e Visconde de Mauá e discorre sobre o surgimento de novas características de utilização da área pelos proprietários, influenciados pela criação do Parque em 1937. Essas propriedades teriam abandonado a pecuária, aderindo às atividades de hotelaria e lazer. “Em partes essas transformações foram incentivadas pela prática dos objetivos de um parque nacional, aliada a grande aptidão turística, há muito conhecida na região” diz o documento.

O Plano de Manejo de 1982 cita a elevada concentração de construções através da venda da subdivisão de lotes, sendo motivos de “degradação da paisagem natural”. O Plano sugere que esses lotes não se caracterizam como um Parque Nacional, por suas características urbanas e sugere a recategorização dessa área para Parque Natural:

Considerando que um Parque Nacional é uma categoria de manejo onde, dentre outras qualificações, as terras devem pertencer integralmente ao Poder Público, e que as condições em que se encontra a área representada pelos lotes remanescente do Núcleo Colonial de Itatiaia a desqualificam como Parque Nacional, julgamos adequada a transferência da categoria de manejo desse conjunto de lotes, encravado no Parque Nacional, para Parque Natural, onde tais condições são admissíveis. (IBDF,1982, p. 78)

Conscientes da necessidade da ampliação dos limites do Parque Nacional do Itatiaia como vital ao seu manejo e, diante da alternativa que se apresenta de transformarmos em Parque Natural, as terras do antigo núcleo colonial do Itatiaia, recomendamos os seguintes limites para o Parque Nacional do Itatiaia (anexo II) (IBDF, 1982, p. 78).

Além de não mencionar a existência das comunidades do lado mineiro, o documento em questão recomenda os novos limites, apresentando as coordenadas geográficas a serem introduzidas. O pedido de ampliação é aceito, mas o de Parque Natural não.

3.3 A ampliação do Parque Nacional do Itatiaia

A ampliação é realizada no mesmo ano em que o Plano de Manejo é publicado, em 1982. O presidente João Figueiredo, através do Decreto Federal nº 87.586, ampliando o Parque Nacional do Itatiaia. Desse modo atualmente O Parque Nacional do Itatiaia, PARNA Itatiaia, abrange 30 mil hectares na Serra da Mantiqueira na divisa entre Rio de Janeiro e Minas Gerais. Está localizado no trópico de capricórnio entre os paralelos 22°19' e 22°45' latitude Sul e os meridianos 44°15' e 44°50' de longitude Oeste, estando inteiramente no domínio da Mata Atlântica. Dentro dessa área localiza-se o Planalto do Itatiaia, a parte mais da Serra Mantiqueira, localizada acima dos 1800 metros até 2.200 metros de altitude.

Pela indiferença ou talvez desatenção do governo federal da época, diversos imóveis regulares e legais perante o sistema legal vigente passaram a ser de um dia para o outros irregulares, o processo ocorreu sem diálogo com a população local, expressão notória da ausência de democracia. Decreto nº 87.586 não traz nenhuma justificativa para ampliação, são apenas três artigos, não prevendo como e porque quem seriam feitas as desapropriações.

Art. 1º. Fica ampliada de 11.943 hectares para 30.000 hectares, aproximadamente, a área do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto nº 1.713, de 14 de janeiro de 1937.

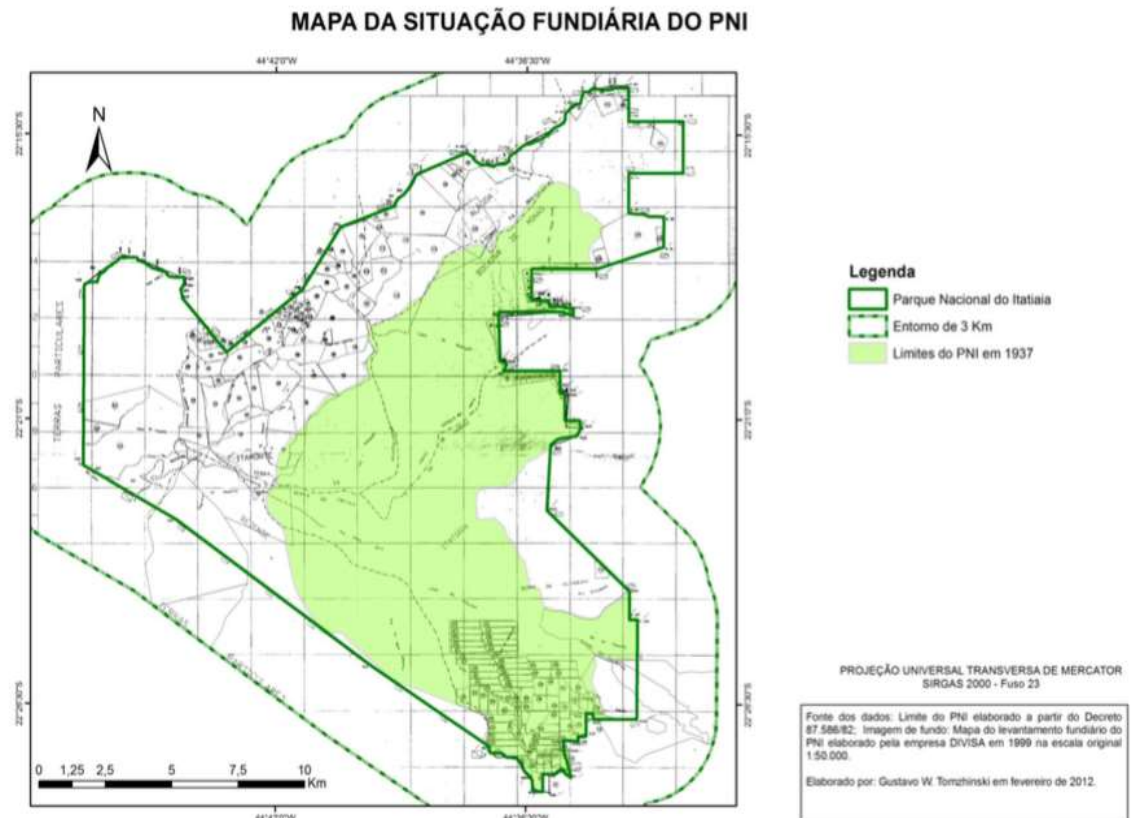
Art. 2º. É o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF autorizado a promover o manejo da área que por força deste Decreto passa a integrar o Parque Nacional de Itatiaia.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (BRASIL, 1982)

O artigo 1º possui um parágrafo único, onde absurdamente são apresentadas as coordenadas geográficas no novo mapa; que estão expostas no apêndice A (p. 125). A apresentação das coordenadas geográficas compondo o novo mapa é uma forma de apropriação do espaço, ao mesmo tempo que limita o saber sobre esse novo lugar, porque as pessoas leem, mas não conseguem entender as divisas, isso é problemático, porque causou uma confusão sobre as terras que foram atingidas ou não. Sobre os mapas, Massey (2003, p. 160) traz uma reflexão “o espaço não é um mapa é um mapa não é o espaço. O espaço sempre será aberto e inacabado, de resultados imprevisíveis e histórias em curso, um desafio, em eterna transformação”.

A ampliação gerou uma revolta local, Dean (1992), cita um enorme incêndio que atingiu o Planalto do Itatiaia. Os novos limites trouxeram caos às populações que não sabiam onde começava e onde terminava o parque, porque não foram informados o número dos lotes ou o nome das propriedades atingidas, somente as coordenadas geográficas que a maioria lê, mas não entende, como mostra o apêndice A. Muitos começaram a desmatar algumas áreas, pois tinham medo de que o Parque tomasse suas terras, uma prática que mantém até hoje. Passaram a ser informado dos limites do Parque conforme as visitas dos funcionários do mesmo passam a ser mais frequentes e as primeiras multas começam a chegar, décadas depois; a instalação de pontos de divisa do Parque veio ocorrer em 2016-2017, quando as pessoas realmente souberam onde eram as divisas.

Mapa 2 - Situação Fundiária do Parque Nacional do Itatiaia



Fonte: (TOMESKINK, 2012, p. 52)

Quase 20 mil hectares ampliados estavam sem regularização fundiária, num emaranhado de terras privas e públicas e devolutas, como mostra o Mapa 2, no qual podemos observar que todas as áreas em branco, numeradas, dentro do limite do parque ainda estavam sem regularização em 2012.

Claramente há uma diferenciação de tratamento, porque sempre foram reconhecidos o direito e a presença dos proprietários dos ex-núcleos coloniais, enquanto as populações pobres de Minas, que Serra (1993) também ignora, mas os cita como “posseiros”, são invisibilizadas pelo governo e pela literatura sobre a região. A ampliação é realizada em 1982, nos mesmos moldes de 1937, ambos em momentos de ditadura nacional, sem muita especificidade de como se daria as desapropriações e nem de onde viriam os recursos financeiros, tampouco foi realizada uma consulta pública, os dois decretos ignoram a presença das populações.

A hipótese da invisibilização consciente por parte das diferentes gestões aparece mais uma vez no trabalho *Conflito entre populações humanas e unidades de conservação da Mata Atlântica*, de Diegues e Viana (1995). Nesse trabalho, os autores enviaram um questionário para 23 diretores das unidades de conservação de proteção integral na Mata Atlântica, inquirindo a presença de populações dentro da área, enviando opções de categorias em que

essas populações poderiam ser classificadas divididas em dois grupos: populações tradicionais e não tradicionais.

No questionário respondido pelo Parque Nacional do Itatiaia foram apontados dez núcleos de povoamento dentro da área, identificados como não tradicionais, que se caracterizam por:

Desenvolverem atividades que aparentemente, a princípio, são mais impactantes ao meio, seja por ter objetivo de produção em larga escala, seja pela ocupação de espaços maiores, seja pela maior densidade. Nesta categoria incluíram-se os seguintes tipos, cujas definições foram enviadas aos administradores: comerciantes, empregados, empresários, fazendeiros, palmiteiros, servidores públicos, turistas e veranistas (DIEGUES; VIANA, 1995, p. 184)

O Parque respondeu que não havia populações tradicionais dentro da área. Sobre essa questão os autores do estudo relataram: “O PN Itatiaia aponta somente usuários não tradicionais, sendo que destes, apenas o turista não foi elencado. A informação levantada pelo questionário não condiz com informações secundárias” (DIEGUES; VIANA, p. 213, 1995). A pesquisa, cuja metodologia inclui registros bibliográficos e conhecimentos anteriores, questionou a resposta do Parque e relatou mais um tipo de população do tipo roceiro/sitiante, pertencente ao grupo de ocupantes tradicionais. Segundo os autores, essa população distingue-se da população não tradicional.

Distinguem-se, portanto, os índios, pequenos roceiros e pescadores tradicionais. Na região pesquisada, (RJ, SP, PR, ES), pode-se descrevê-los, de modo geral, como aqueles que vivem relativamente isolados (nesta região já não há habitantes totalmente isolados, como ocorre com algumas populações da Amazônia.), culturalmente distintos, com ligações sócio-culturais características, mas que estão incorporados às regulamentações e taxações estatais, por exemplo (DIEGUES; VIANA, 1995, p. 184).

Os autores descrevem roceiro/sitiante como:

Indivíduo que desenvolve atividades de subsistência, através de técnicas tradicionais de produção, sendo sua principal atividade a lavoura, podendo ou não se associar a outras, como a pesca e coleta, possuindo laços histórico-culturais com a "terra" e a área; em algumas regiões é designado como "caipira" ou "caboclo" (DIEGUES; VIANA, 1995, p. 262).

Apesar da falta de informação sobre a localização dessas populações dentro das unidades de conservação, é possível traçar um paralelo e conjecturar que Diegues e Vianna (1995), ao apontarem a presença de roceiros no Parque Nacional do Itatiaia, estavam se referindo às populações rurais mineiras analisadas neste estudo.

A ampliação do , em 1982, no final do período da ditadura, foi realizada sem consulta pública e sem prevê indenizações. E foi a partir da ampliação que o conflito se intensificou,

pois nos novos limites transpassaram as comunidades de Vargem Grande e Serra Negra e abarcam áreas que pertenciam/pertencem aos moradores das comunidades de Fragaria, Capivara, Dois Irmãos, Monte Belo, no estado de Minas Gerais; Maromba, Maringá e Vale da Santa Clara, distritos da cidade de Resende, Rio de Janeiro (ICMBIO, 2013).

Administrativamente, os Parques Nacionais brasileiros são criados por um dos poderes administrativos (federal, estadual ou municipal). Até a lei do SNUC/2000, a gestão estava unicamente sob os auspícios do Estado. A lei do SNUC trouxe a possibilidade da cogestão ou concessão de gestão por meio de parcerias públicas-privadas através de organizações civis não governamentais de utilidade pública. Desde 2007, as unidades de conservação são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), ligado ao Ministério do Meio Ambiente. O PARNA Itatiaia, até 2019, era administrado exclusivamente pelo ICMBio. Em novembro de 2019 passou para controle de uma organização não governamental. Este trabalho está analisando a gestão pública do Parque.

Atualmente, o Parque possui 18 funcionários. Desses, nove são concursados como analistas ambientais e possuem cargo de chefia: Diretor do Parque, Diretor de Monitoramento, Direção de Regularização Fundiária, Diretor de Educação Ambiental e Diretor de Prevenção de Queimadas. Os outros são funcionários terceirizados que cuidam dos serviços de auxiliar administrativo, serviços gerais e vigilância. O PARNA Itatiaia possui uma Brigada Contra Incêndios Florestais, formada por pessoas locais que recebem um treinamento para apagar focos de incêndio e queimadas. Eles são contratados pelo IBAMA e trabalham de junho a dezembro; além disso, ajudam na recepção e orientação dos turistas nos centros de visitação e nas trilhas.

Para Medeiros e Pereira (2009) a instalação de áreas protegidas de caráter integral, como os parques nacionais, fragiliza os moradores locais, porque eles ficam "impossibilitados de explorar a terra economicamente", por outro lado não resolver o problema fundiário, na maioria das vezes, "termina por trazer sérios problemas para a conservação da área, pois proprietários não indenizados tendem a descontar o valor dos recursos naturais que motivaram a criação do PN e passam a explorá-los de forma desregrada" (MEDEIROS; PEREIRA, 2009). No caso, em Itatiaia, a falta de regularização fundiária tem se mostrado um tensionador do conflito, cujas multas e restrições impostas impulsionam revolta, tristeza, migração forçada e vingança.

4. OS CONFLITOS

Entendemos que as raízes de um conflito socioambiental são decorrentes da incompatibilidade e uso dos recursos naturais bem como do sentido da natureza e dos recursos naturais de cada grupo (HOEFLE, 2009a, 2009b). A visão desencantada de mundo é guiada por uma ética biocêntrica, representada pelo Parque Nacional do Itatiaia, já a visão encantada do mesmo é direcionada por uma ética homocêntrica, considerando aspectos encontrados nas comunidades de Serra Negra, Vargem Grande, Fragária e Capivara. Em extremos opostos, cada visão representa um grau de inserção de uma sociedade no capitalismo e, por consequência, no processo de globalização.

O desencantamento se desenvolve nas sociedades modernas ocidentais, sobretudo urbanas, e tende a substituir sistemas, crenças e ideias comunitárias e animistas pela racionalidade e pela ciência. O uso dos recursos naturais assume motivos cada vez mais egoístas, o que reflete nas políticas econômicas internacionais, as quais passam a promover não somente a exploração da natureza, mas também a injustiça social.

Sucessivas reformas religiosas e, finalmente, o surgimento da Ciência, materialista e quantitativa, promoveram o desencantamento ideológico que, em primeiro lugar, elimina a crença nos espíritos da floresta e corta as relações diretas com os espíritos do Além. Em momento posterior, a educação universal promove a doutrinação das massas com uma visão científica mecanicista e reducionista que progressivamente ridiculariza e finalmente elimina a ‘crença supersticiosa’ ou a transforma em ‘folclore’ inóculo. Sem as limitações espirituais nas relações com uma Natureza animista, surge a ética ambiental homocêntrica, permitindo o desmatamento desenfreado. A eliminação de normas e práticas sociais e intracomunitárias, como as limitações e obrigações mútuas entre parentes e ancestrais, abre caminho para valores e uso dos recursos de forma individualista, estabelecendo uma ética ambiental egocêntrica que se associa à adoção de inovações tecnológicas com base na acumulação de capital e na exploração humana (HOEFLE, 2009, p. 25).

As leis de conservação são respostas legítimas e necessárias à degradação ambiental. Contudo, embora seja uma resposta ao real esgotamento dos recursos naturais, na concepção e vivência de sua ética há o perigo da homogeneização dos comportamentos das populações históricas, pois o determinismo, sustentado em teorias neomalthusianas, descarteanas, tende a eliminar comportamentos “menos capitalistas” ou “menos civilizados”. Já nas comunidades históricas imperam outra ordem e, embora estejam inseridas no processo de globalização, possuem uma diferenciação social, política, religiosa e étnica.

Assim, este capítulo é dedicado ao entendimento das práticas socioecológicas, uso dos recursos, entendimento da natureza das comunidades e suas dinâmicas socioespaciais

como o sentido do pasto, da mata ou do campo nativo. Na segunda seção, há uma descrição detalhada do modo de vida dessas populações antes de 1982, ano de ampliação do Parque Nacional do Itatiaia. Na seção três evidencia-se o modo de vida das comunidades na atualidade. A descrição e análise tanto do passado quanto do presente é possível através da interpretação dos dados obtidos na aplicação de 21 questionários semiestruturados nas comunidades de Fragária e Capivara, realizados por esta pesquisa, juntamente com os dados de Hubner (2013), cujo universo abrange 36 famílias em Serra Negra e Vargem Grande. Com isso, foi possível traçar um paralelo entre antes de 1982 e a realidade atual no que diz respeito às atividades econômicas, composição e renda familiar, trabalho e migração, além de suas percepções das comunidades sobre a natureza e sobre o Parque Nacional do Itatiaia.

O objetivo dessas duas seções é identificar as transformações provocadas ou influenciadas pela presença do Parque Nacional do Itatiaia. O resultado da conjunção de duas visões opostas são esmiuçados na seção quatro, onde são expostas as justificativas de cada lado para seus comportamentos.

4.1 Aspectos naturais da região

Um Parque Nacional é criado a partir do interesse da sociedade civil sobre partes da natureza. Assim como Yosemite foi escolhido pela rara beleza de suas cachoeiras (DIEGUES, 1994), Itatiaia também foi escolhido, como já relatado, pelo exotismo de seus atributos naturais, especialmente de suas formações rochosas. É importante ter em vista alguns destes atributos, pois, no decorrer desse capítulo, serão apresentadas as tensões sobre o uso desses recursos por cada uma das partes. Na face norte da Serra da Mantiqueira, no Sul de Minas Gerais, a formação do Planalto do Itatiaia é substituída pelos gnaisses, que sustentam as montanhas da Serra da Mantiqueira e da Serra da Vargem Grande (FBDS, 2003).

Localizada na encosta do Planalto do Itatiaia, a região onde foi criado o Parque Nacional do Itatiaia é marcada por vales estreitos, encostas rochosas cobertas de mata densa de difícil acesso, onde há vegetação de transição entre Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Alto Montana e os campos de altitude. Há vales profundos, grandes depressões e afloramentos rochosos cobertos por brejos e turfas. Nas áreas antropizadas, a paisagem rural é convertida em pastos, com algumas solitárias araucárias, jacarandás e cedros, reservas de mata nativa, candeiais e plantações de eucalipto.

A cobertura vegetal das encostas da Mantiqueira, nos municípios de Itamonte, Alagoa e Bocaina de Minas, em torno de 1.600 metros de altitude, está incluída por definição

altitudinal na formação de Floresta Ombrófila Montana. Nessa parte da Mantiqueira, um elemento diferencia de outras áreas de menores altitudes, a ocorrência da majestosa *Araucaria angustifolia* (Pinheiro-do-Paraná) e do *Podocarpus lamberei* (Pinheiro-bravo). As araucárias podem ser encontradas nos capões no meio dos campos ou nas matas fechadas. O *Podocarpus lamberei*, por sua vez, é mais comum nas áreas mais úmidas, especialmente em Serra Negra. Nessas florestas também há grandes ocorrências de outras espécies, como *Guatteria* sp, *Jacaranda caroba*, *Clethra brasiliensis*, *Vanillosmopsis erythopappa* (candeia), *Cederla angustifolia* (cedro), *Cabranea laevis* (cangerana), *Virola bicuhyba bicuiba*, *ocotea* sp (canela) e o *Aspidosperma parvifolium* (guatambu) (FBNDS, 1982, p. 79).

A partir de 1.700 metros de altitude, a floresta começa a ficar mais rala e é paulatinamente substituída por uma mata mais baixa, mais aberta, com aspecto mais seco. A partir dessa altitude começam a predominar os campos de altitude, apesar de ocorrem a partir dos 1.400 metros de altitude. Influenciada pela imensa radiação solar, os campos de altitude se caracterizam por apresentar uma vegetação rasteira, onde há predominância de gramíneas, como *cortaderia modesta* (capim cabeça-de-nego) e de espécies endêmicas como *sapo flamenguinho* (ICMBIO, 2013).

4.2 O surgimento das comunidades

Em 1870, Minas Gerais era a província mais populosa do país. De acordo com o Recenseamento de 1872, a população do Brasil somava 9.930.478 indivíduos e nesse estado encontravam-se 2.039.735 milhões de habitantes (Censo de 1872, UFMG). Pouso Alto, São José do Rio Verde, Itanhandu e Alagoa são municípios limítrofes de Itamonte e surgiram a partir de vilarejos criados nas margens da Estrada Real. Na época colonial serviram como pontos de abastecimento e hospedagem durante a viagem que ligava os Portos às regiões auríferas. As quatro comunidades pesquisadas estão a 30 km da sede do município de Itamonte, ou seja, a 40 km da Estrada Real. Serra Negra e Vargem Grande estão a 20 km de distância de Visconde de Mauá, distrito de Resende, RJ, e menos de 15 km da Garganta do Registro, a fronteira entre Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Na época, havia três rotas principais que ligavam a região à Estrada Real. A Garganta do Registro, por exemplo, localizada a 1.700 metros de altitude, na época do Império, era o último ponto de fiscalização das cargas de ouro no estado de Minas Gerais. A viagem entre Serra Negra e Itamonte, antes da criação das estradas, poderia durar dez dias, enquanto para Resende se fazia em um ou, no máximo, dois dias. Essa rota favoreceu as relações comerciais

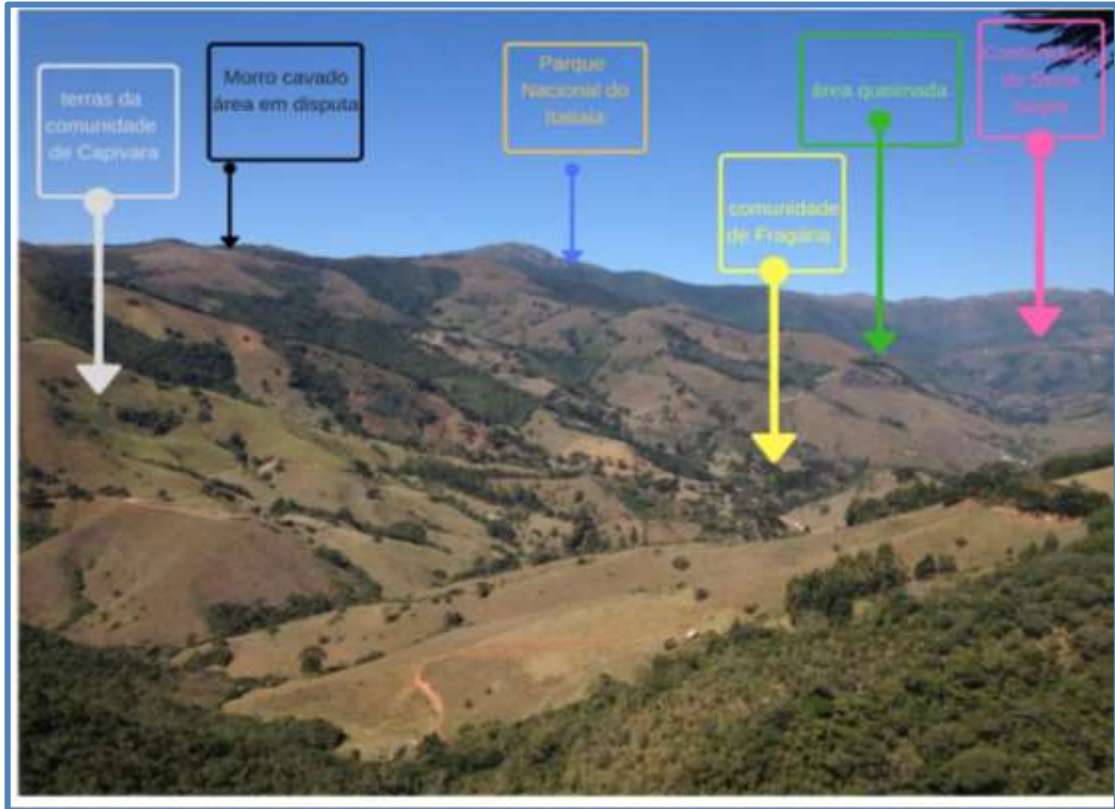
entre o Sul de Minas e Resende e fomentou a profissão de tropeiro entre os homens das comunidades, o andar pelo alto das Montanhas montando burros e cavalos eram suas especialidades. Desse modo, a área onde se criou o Parque, em 1937, era bastante utilizada por essas populações, inclusive o Parque, que se transformou em uma rota turística, uma antiga rota dos tropeiros, a Travessia Serra Negra-Maringá.

Segundo a tradição oral, Fragária e Capivara surgiram no início do século XIX, com a chegada de três irmãos portugueses, os irmãos Fonseca. A criação de Serra Negra e Vargem Grande, embora vizinhas, é atribuída a situações diferentes. Em Vargem Grande, a ocupação teve início com a chegada da família de Delfina de Tal. A mulher era escrava, ao receber sua liberdade também recebeu terras de seu ex-senhor, Henrique de Souza, o filho de Visconde de Mauá, o mesmo que vendeu as terras do Planalto do Itatiaia para o governo. Delfina de Tal não teve filhos e repartiu a terra entre seus irmãos e irmãs. Uma de suas irmãs casou-se com um espanhol e teve oito filhos. Seu Kellé de 84 anos, fruto desse casamento, é quem nos contou essa história. Os descendentes de Delfina venderam as terras. De acordo com Seu Kellé, eles preferiram morar no Vale do Paraíba, descendo para cidades como Areias e Resende, no Rio de Janeiro. Da árvore genealógica de Delfina ficou a família de Seu Kellé, em Vargem Grande, e a família do seu Antônio (são primos), em Serra Negra.

Além da família de Delfina de Tal, em Serra Negra instalou-se uma fazenda de gado de corte que pertencia ao Cascudo, uma espécie de coronel da época. A atividade não obteve êxito, entre as razões estão a altitude e a falta de pastos. Dizem que o fazendeiro trazia tanto sal para complementar a alimentação do gado que as áreas usadas para cocheiras nunca mais se regeneraram. Contudo, Cascudo abandonou as terras e algumas famílias de vaqueiros permaneceram como posseiros.

A figura 3 mostra a dinâmica da paisagem na região. Observa-se que as comunidades são contínuas e que nelas a paisagem mantém a mesma dinâmica de ocupação. Destacamos a seta verde indicando uma área queimada, que expressa bem o uso da técnica. Já a seta preta evidencia uma área de disputa entre o Parque e famílias de Fragária e Serra Negra, conhecida como Morro Cavado.

Figura 3 - Dinâmica da ocupação das comunidades na Serra da Mantiqueira



Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2018.

4.2.1 Atividades Econômicas do Passado

Entre as atividades econômicas estavam a profissão de tropeiros, mas sobretudo a pecuária leiteira e a agricultura em pequena escala. Além de transportar as mercadorias fretadas, também levavam os excedentes que produziam, como ovos de galinhas, delicadamente embrulhados um a um pela mão das mulheres e banha e carne de porco, os dois produtos principais produzidos pelas famílias, além das cobertas de lã de carneiro. Os cobertores de lã eram muito apreciados pela sua eficácia em combater as baixas temperaturas na Serra. A atividade era praticada pelas mulheres que tosquiavam e tratavam a lã e a tingiam com substâncias extraídas de árvores nativas. Utilizavam o anil (folha dá azul), brinquinho (da raiz vem o amarelo), quaresminha, carqueja-doce e erva-de-passarinho; usavam as folhas e o caule (cor verde).

A profissão de tropeiro favoreceu a troca com a sociedade; as pessoas desciam levando seus produtos e subiam trazendo aquilo que lhe faltava, como arroz, café, açúcar,

tecido, vasilhas e ferramentas. Porém, passavam a maior parte do tempo quase que em total isolamento, possuíam em casa tudo aquilo que podiam para garantir a sobrevivência: tropa, porcos, carneiros, ovelhas, galinhas e uma tropa. Também viviam da agricultura de coivara, plantavam milho, feijão, inhame, abóbora, batata etc.

Dona Ana relembra que só calçava as sandálias para ir à missa aos domingos. Mas não havia igreja ou padre e as reuniões religiosas eram feitas nas casas das pessoas. As principais festas religiosas era o dia de Reis e a Quaresma, quando realizavam a “noite das almas”. Paralelamente, acreditavam em almas penadas, saci-pererê, lobisomem e mula sem cabeça, inclusive relatam aparições do curupira, apesar de ser menos “visto” que os outros seres.

4.2.2 Agropecuária do Passado

Por muito tempo, a maioria trabalhava como vaqueiro para os fazendeiros da região. Seu Kellé, 85 anos diz que sua família conseguiu ter uma cabeça de gado quando tinha 16 anos, pois eram pobres e não tinham dinheiro para comprar os animais. As primeiras raças introduzidas foram zebu e holandês. Essas espécies foram trazidas para o Brasil, especialmente para Minas Gerais, no início do século XIX, para dar início à produção de laticínios no país.

A pecuária leiteira substituiu a venda de carne e banha de porco e passou a responsável pelas principais transações comerciais das comunidades com a sociedade, especialmente pela feitura do queijo parmesão curado e meia cura, o “queijo dos tropeiros”, como ficou conhecido. A produção era levada principalmente para Resende e Itamonte. O produto fabricado com leite cozido, coalho e sal durava anos, o que facilitou a sua venda. Além disso, com o soro do leite alimentava-se os animais domésticos, como porcos e cachorros. As primeiras pastagens plantadas foram estabelecidas com capim-gordura e depois substituídos por capim-braquiária. Não havia cercas de arame nas propriedades, as divisas eram feitas com uma vala no chão ou, então, deixava-se uma faixa de mata, formada predominantemente por araucárias.

A criação do gado ocorria em sistema de transumância e a presença do campo de altitude definiu a pecuária na região. No verão, o gado era levado para os campos de altitude, que haviam sido preparados pelo fogo. Lá permaneciam de outubro a março se alimentando de pastos naturais, em um sistema clássico de criação à solta. As áreas de campo de altitude eram terras que possuíam donos, contudo o uso era de comum acordo, os gados de diferentes donos pastavam juntos nos mesmos locais. Quando os oficiais do Parque Nacional de Itatiaia

chegaram para definir os limites, tanto na criação do Parque, em 1937, quanto na ampliação, em 1982, eles não encontraram cercas em cima do Planalto.

“Antes a terra era do governo, se tinha uns 200, 300 reis; há mais ou menos 40 anos as terras do pasto virou do Parque e cada um teve que ficar com que é seu em sua propriedade...cada gado tinha sua marca...era um pasto comum, com o Rancho Boiadeiro, do seu Manoel Emídio, que também servia para o povo de Mauá, tinha o Rancho Caído e uma terceira encosta no retiro nos Tomas...tinha uns oito criadores, tratava tudo no mesmo pasto, separava pela marca até chegar a lei do IBAMA...O Parque pediu para retirar das suas áreas e ter gado só nas propriedades particulares, para ir diminuindo a criação, se não desse para criar nas próprias terras era para vender, senão eles iam levar... (Relato da Reunião Participativa Temática, Arquivo da comunidade de Serra Negra, 2015).

Em 1937, já havia alguns casos em Serra Negra de pessoas que tinham retiros no Planalto do Itatiaia. Geralmente, os retiros eram construídos de um abrigo de madeira para guardar ferramentas, proteger-se do clima, fazer as alimentações e, eventualmente, passar a noite. Após a criação do Parque, passaram a ser monitorados e algumas áreas tornaram-se restritas, como relembra sr. Antônio, de Serra Negra: “Quando a gente precisava, a gente falava com um funcionário do governo que autorizava a gente colocar o gado lá e logo foi proibido colocar gado perto das Agulhas”.

O fogo era primordial para a atividade da pecuária. De custo zero e fácil aplicação; quando manejado com responsabilidade, impedia o crescimento demasiado do capim nativo, favorecendo a alimentação e a movimentação do gado. O uso do fogo no campo nativo ocorria um ano sim e um ano não. O fogo nos campos de altitude era ateadado de tardezinha ou de madrugada, evitando tomar grandes dimensões. Faziam com aceiro, o que eles chamam de queimada controlada, porque não era vantagem deixar o fogo invadir as matas ou nascentes. Sobre o uso do fogo, eles aprenderam com seus antepassados que ele era necessário para fertilizar o solo e fazer o capim rebrotar. “O gado ajuda a manter o campo, pois o estrume ajuda a germinar o campo, faz o capim crescer” (Relato das Audiências Públicas realizadas em 2015).

Além do fogo, nas pastagens plantadas realizavam-se duas ou três roçadas anuais para conter o crescimento da samambaia, a principal erva daninha. O sistema de fogo obedecia a um período de dois, três anos, dependendo da fertilidade do solo. As roçadas eram efetuadas em mutirões, utilizavam foice mais principalmente o penado. Com esse tipo de manejo, conservou-se muitas árvores na paisagem, como araucárias, cedros e guatambus, que resistem até hoje nas pastagens.

Figura 4: Cedros centenários em área de pastagem em Serra Negra



Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2019

4.2.3 Agricultura do Passado

As roças eram plantadas com a técnica da coivara e as matas abertas em sistemas de mutirão. O processo começava em maio, quando a capoeira era derrubada com machado; retirava-se as madeiras que poderiam ser usadas. A queima era realizada em agosto e setembro. Nessa fase, participavam, exclusivamente, os homens; para controlar o fogo e proteger as matas eram preparados aceiros com 1,5 a 2,0 metros de largura, além de abafadores como galhos de árvores. Em setembro, plantavam-se os cultivos, principalmente em sistema de mutirão, onde participavam mulheres e crianças dessa fase. Eram feitos munduros - um tipo de lera, onde coloca-se terra e cinza sobre os galhos e matéria orgânica; eram plantados, principalmente, os tubérculos. Era comum o consórcio entre milho e feijão. O mutirão ajudava a plantar áreas maiores em menor tempo. A média era de 20 litros de milho

por família, o que corresponde a meio alqueire². Mas algumas famílias podiam plantar um ou dois alqueires de roça. O uso da área se dava por dois, três ou quatro anos, dependendo da força da terra, depois derrubava-se outra capoeira e após o uso da área retornam à anterior.

O fertilizante era a própria terra, não utilizavam nenhum tipo de adubo ou esterco animal, para evitar que a batata “melasse” era colocado um punhado de cinza nas covas. Até a década de 70, não se comia muito arroz, a dieta alimentar era constituída de milho, feijão, batata, carne de porco, juntamente com a couve, plantada no fundo de casa junto com outros temperos, como coentro-selvagem e agrião-do-líbano. O milho além de fazer fubá e farinha para o uso da família também era a principal alimentação para as criações: cavalos, porcos e galinhas. O fubá era fabricado nos monjolos e moinhos. Foram identificados dois tipos de milhos crioulos ainda utilizados: o “marelão” (da palha roxa e branca) e o “preto”, também conhecido como “rajadinho” ou “listradinho”. A plantação era feita entre as luas minguantes e novas “prá não carunchá” (depois de seco) e desse modo evitar a broca, quando ele estava saindo.

O morador mais antigo de Serra Negra, Seu Antônio, com 84 anos, comenta como era a vida:

Nós plantava milho, feijão batata, nós não tinha outro serviço né, cê vê esses pastos aí era cultivado do meu pai para fazer roça. Derrubava a capoeirinha fina, quando ela tava miúda assim (um metro), queimava e plantava, não tinha negócio de adubo, o adubo nosso era a cinza...Naquele pedaço ali enquanto tivesse dando alguma lavourinha tava batucando, dois anos três anos quatros, aí quando afrouxava nós ia para outro lado. E aquilo ali ficava parado, aí quando ele formava quando já dava para ir, tornava a plantar de novo, é igual nós quando tá bem cansado, sentou acabou.... Agora não pode mais roça...(Trecho da Entrevista de Seu Antônio, 2019)

Dona Maria explica que a vida na roça era compreendida através de uma equação. As famílias plantavam o suficiente para cada ano e produziam o suficiente para produção na propriedade e um excedente para fazer eventuais trocas e vendas, a fim de obter o que eles não produziam. Uma família poderia produzir mais milho e a outra mais feijão. Quem tinha mais feijão trocava com quem tinha mais milho. Mas a moeda mais valiosa era o porco. A banha de porco e carne de lata eram utilizadas para realizar qualquer tipo de troca e ainda podiam ser comercializadas no mercado externo, através dos tropeiros. A família de dona Maria, de 83 anos, era de oito irmãos. Ela dizia que, nos anos em que a plantação ia mal, chegaram a passar dificuldades. Ela explicou que as famílias menores, com mais terra, produziam mais e prosperavam com mais facilidade, enquanto as famílias maiores tinham

² 01 alqueire mineiro corresponde a 2.84 hectares ou seja 48.400m²

menos terras disponíveis e, conforme a terra ia sendo repartida, as propriedades ficaram menores.

O trabalho familiar estava centrado no uso da propriedade que tinham. A riqueza era uma relação entre o tamanho da terra e o número de membros da família. As maiores tinham mais mão de obra, podiam sair para ajudar em outras roças, embora tivessem mais necessidade do plantio. Quando famílias grandes repartem suas terras, o descendente terá menos e, assim, sucessivamente, por isso os casamentos entre eles funcionavam quase como uma regra. A divisão ocorria com casamentos e falecimentos. Na hora do casamento, se os pais dos cônjuges estiverem vivos, geralmente o casal recebia um pedaço de terra para construir sua casa ou até mesmo a área toda, que seria destinada na herança, e a do outro lado ficava como reserva (a dinâmica continua até hoje).

Sobre esse período da agricultura no país, Forman (1979) analisa que diferente do que aconteceu em outros países da América Latina, como no México, onde os índios foram os responsáveis (forçados) pelo sistema agroalimentar colonial; em países como o Brasil, há o peso da escravidão, sobretudo, negra, do papel dos indígenas e dos pequenos colonos portugueses que não tinham terras. Juntos, esses três grupos e a mistura entre eles foram os responsáveis pelo abastecimento das vilas e cidades brasileiras. Dessa forma, o campesinato brasileiro não é entendido como um sistema fechado, pois o camponês no processo de formação do espaço rural brasileiro sempre foi obrigado a produzir para o sistema no qual, na realidade, ele não participava. O campesinato seria, então, uma consequência das relações socioeconômicas locais, geradas no contexto de caráter comercial, orientado para exportação e baseado em um sistema de sesmarias.

Em relação ao período da história que antecede a ampliação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1982, identificamos características dos camponeses, descritos por Forman (1979) Wolf (1976), Meandras (1978) e também do que seria uma população tradicional, o conceito utilizado hoje na legislação para identificar populações locais diferenciadas. Sobre populações tradicionais, Diegues (1996) traz a seguinte definição:

Essas últimas afirmações nos remetem à questão das sociedades tradicionais e da sustentabilidade. É importante recordar que o modo de produção caracteriza essas formas sociais de produção é o da pequena produção mercantil; isto é, ainda que produzam mercadoria para venda, são sociedades que garantem sua subsistência por meio da pequena agricultura, pequena pesca, extrativismo. São formas de produção em que o trabalho assalariado é ocasional e não é uma relação determinante, prevalecendo o trabalho autônomo ou familiar (DIEGUES, 1996, p. 90).

A ampliação do Parque, em 1982, é apontada pelos moradores pelo declínio da

agricultura. No entanto, a ampliação aconteceu em momento peculiar, pois, no início da industrialização da agricultura do Brasil, na década de 1970, começa a venda de milho e ração e o crescimento da agricultura mecanizada (GRAZIANO, 1980). Os efeitos da industrialização agrícola apresentam diferenciações, muitas vezes, influenciadas pelas características geográficas de cada lugar. A região estudada, uma área montanhosa, bastante íngreme, não tem relevo nem espaço para mecanização, muitos dos tratores que subiram na década de 1930 e 1940, para puxar madeira, ficaram dentro da mata. O inverno rigoroso e o verão chuvoso são condições climáticas extremas que geram riscos para a agricultura mecanizada, como, por exemplo, as geadas e os deslizamentos de massa.

4.2.4 Extrativismo do Passado

Toda a estrutura das propriedades e a manutenção das atividades estavam centradas no extrativismo, construção de casas, currais, telhados, fogão a lenha e outros. Por estarem no fundo do vale ou nas encostas, em áreas extremamente úmidas, as casas, até 1970, antes da chegada do ferro e do cimento, seguiam o mesmo padrão de construção: eram feitas com alicerces de pedra, de mais ou menos um metro de altura, o piso feito de madeira, as paredes de pau-a-pique com barro. Antes das telhas de barro, para cobertura das casas, eram utilizados de cavaco de araucária ou sapé, as ripas eram amarradas com cipó São João. O barro era amassado em mutirões e no final havia festas e comemorações. Da Araucária faziam janelas, portas, piso, além dos móveis. Da araucária também usavam o pinhão na dieta alimentar da família e das criações e a “piuca”; as folhas da araucária, que caem continuamente, eram utilizadas para fazer fogo para o fogão a lenha.

A candeia e o guatambu eram utilizados para vigas, ripas e cabos de ferramentas. A candeia possui uma resina que impede que a madeira seja atacada por insetos, e era madeira preferida para fazer os mourões das cercas ou qualquer construção em que a madeira fique exposta ao tempo. Outras madeiras foram citadas, como canela, cedro, maçaranduba, chico pires, gameleira e o ingá. Faziam peneiras e balaio de taquara. Na medicina, usava-se carqueja, carobinha, genciana para dores no estômago; guiné do campo, utilizada a raiz como patuá; sete sangrias, cipó lage, macela, para travesseiros e calmantes; e vassourinha do campo para fazer vassouras de casa e para limpar os fogões à lenha (Relatos da Reunião Participativa, 2015).

Também caçavam e pescavam. Nas águas geladas do Rio Aiuruoca e seus afluentes, quase não há peixes, mas relataram um lambari que era muito quisto, era comido frito e a

atividade também era o lazer da família nos fins de semana. Caçavam porco-do-mato, cutias, paca e jacus. A jacu é uma ave que traz muito prejuízo às lavouras, por isso a sua caça também servia para controlar a espécie.

O processo de industrialização do Vale do Paraíba e a criação da Siderúrgica de Volta Redonda promoveram o desmatamento e o corte de árvores centenárias, como as araucárias, os cedros e os jacarandás, utilizados como carvão vegetal. Munidos de títulos de terras e autorizações governamentais, fazendeiros instalaram madeireiras e carvoarias na região. A população local era contratada pelos patrões para derrubar, serrar as árvores e/ou produzir o carvão. Seu Kellé tinha 12 anos quando acompanhava seu pai na produção do carvão. Segundo seu relato, as pessoas não conheciam dinheiro e os sacos de carvão serviram para aumentar o número de roupas e cobertores das famílias.

Mas nem todos participaram da atividade da derrubada e das carvoarias. O finado seu Carlinhos contou que dava “uma tristeza só” na época das derrubadas, dizia que “era cada árvore que serravam, precisava de mais de vinte homens para abraçá-las, por isso nunca quis trabalhar com atividade”. Ele dizia que a natureza dava seu jeito e que viu muitos tratores e caminhões ficarem presos dentro da mata. A família de seu Antônio, 84 anos, também não se envolveu na atividade e, por isso, seu pai tinha “muita reserva de mata”. Segundo o relato dessa família, a terra era muito rica e não precisam explorar grandes parcelas, viviam com abundância e apesar da família ser grande, não era preciso colocar adubo na terra para aumentar a fertilidade. O fogo era o suficiente. Segundo seu Antônio, na época, chegaram muitas pessoas que não tinham autorização e não eram donos de terra alguma:

Aquele matão mesmo, aquilo lá é respeitado do meu pai, aí entrou uma empresa de carvão aí, uma vez aí com a cara e coragem entrando para cima derrubando árvore, minha irmã era bem resolvida, escorou eles - com ordem de quem vocês entraram aí nessa mata? Ah, a ordem é minha - então pode parar, isso daí é reserva do meu pai, meu pai nunca fez isso agora você que nem conheço aí vocês estão fazendo isso daí?...tá fazendo 50 anos que teve essa empresa do carvão aí...Um tal de Fiori, um italiano...(Trecho da Entrevista com Seu Antônio, 2019)

Na década de 1940, o diretor do Parque, Wanderbilt Duarte, denunciava a derrubada das matas e, através de um decreto, 60 mil hectares de áreas circunvizinhas ao parque foram declarados florestas remanescentes, sendo proibida a exploração, mas isso não impediu que as atividades parassem. Penalva (1964), em seu estudo sobre a geologia do Planalto do Itatiaia, relatou que, para chegar às áreas estudadas, contava com a ajuda dos moradores locais que serviram de guias até as rochas que lhe interessava e, de acordo com seu relato, a paisagem estava marcada pelos caminhos abertos pelas carvoarias, que permitiam a passagem das

máquinas para retirada das madeiras.

4.3 O presente, 38 anos após a ampliação

A ampliação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1982, atingiu toda a comunidade de Serra Negra e, parcialmente, as comunidades de Vargem Grande, Fragária e Capivara, no município de Itamonte, MG. Concomitante a esses 38 anos de ampliação, o espaço rural brasileiro passou por diversas transformações, como apontam Graziano (1980) e Abramovay (1993). Há uma industrialização da agricultura, assim como também há inserção dos espaços rurais na globalização, sendo impossível desvincular esses fenômenos do presente estudo. É inegável a influência desses fatores na vida atual, porém, a partir da análise dos dados, das 57 entrevistas, é possível identificar que poucas práticas mudaram ao longo desses quase 40 anos e que a sociedade continua com baixo impacto ambiental.

Em relação ao conflito com o Parque, vimos, no capítulo 2. que os direitos das populações tradicionais foram ignorados na legislação brasileira até os anos 2000, quando foi criado o sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essa lei instituiu a necessidade do reconhecimento da tradicionalidade destas populações para que os direitos de uso e posse das terras fossem garantidos, aliados ao Termo de Compromisso que deveria ser feito em cinco anos. Porém, assim como em diversas unidades de conservação integral no Brasil, essas comunidades, por estarem isoladas geograficamente, politicamente e socialmente, sempre estiveram aquém das políticas públicas.

O reconhecimento dos direitos das comunidades passa a ser instituído a partir de 2012, quando, através de um laudo antropológico, realizado a pedido do Ministério Público Federal de Pouso Alegre, MG, reconhece o status de comunidade tradicional às comunidades de Serra Negra e Vargem Grande e denuncia os abusos de poder do Parque sobre essas comunidades. Porém o Laudo deixa de fora as comunidades de Capivara e Fragária. Em 2015, o Parque promove algumas reuniões temáticas, com o intuito de levantar as atividades e os estilos de vida das comunidades.

A partir dessas constatações, torna-se importante levantarmos os dados socioeconômicos e as relações com o Parque Nacional do Itatiaia nas comunidades de Capivara e Fragária, já que o estudo de Hubner (2013) traz as mesmas informações sobre Serra Negra e Vargem Grande, porém não evidencia os conflitos, o que fazemos nesta pesquisa.

4.3.1 Dinâmicas socioespaciais atuais

A situação das populações de Serra Negra e Vargem já foram analisadas no trabalho de Hubner (2013, p.152-160). Resgatamos algumas informações da pesquisa que nos ajudam a compreender o modo de vida da comunidade. O autor referido entrevistou 36 famílias e na presente pesquisa entrevistamos 21; juntamos esses dados sobre as seguintes áreas, posse das propriedades, trabalho e renda e atividades econômicas. Das 57 famílias entrevistadas, 81% herdaram suas propriedades de seus ancestrais. São pequenas propriedades. 73% das 57 famílias possuem uma área de, no máximo, 20 alqueires. E apenas cinco famílias afirmaram possuir mais de 50 mil hectares. Sendo considerado o alqueire mineiro, que corresponde a 4,84 hectares ou 48.400m².

As 57 famílias de Serra Negra, Vargem Grande, Capivara e Fragária são compostas, geralmente, pelo casal e filho, porém, em algumas propriedades, foi registrada a existência de outras pessoas, como avós, tios e netos. 52% são compostas por três ou quatro pessoas; 15% das famílias têm uma ou duas pessoas. No entanto, 33% delas possuem cinco ou mais membros vivendo na mesma unidade habitacional.

Sobre a migração, identificamos que em 35% das famílias há registros que os filhos deixaram a casa dos pais; e os motivos alegados foram: casamento, estudo e o restante para procurar emprego em outras localidades. Foram citadas as seguintes ocupações para os filhos que se mudaram: dono de pousada, trabalhador de hotel, garçom, doméstica, secretária da paróquia, dona de casa, cozinheira, enfermeira e diarista. As migrações aconteceram para as cidades do Vale do Paraíba, Roseira, Tabaté, em São Paulo, Resende no Rio de Janeiro, suas respectivas capitais, além de Itamonte. Duas famílias relataram que saíram mais voltaram. Em uma delas o entrevistado disse que sua família não se acostumou com a vida na cidade, que a “vida na roça é mais tranquila, você vive melhor”.

As atividades produtivas que constituem a fonte de sobrevivência principal das famílias são: pecuária (23 famílias), semiassalariados (7 famílias) – trabalham como diaristas na limpeza de pastos, manutenção das propriedades e serviços de limpeza e faxina nas casas e também em pousadas, garçons, ajudantes de cozinha nas pousadas e restaurantes; servidores públicos da Prefeitura de Itamonte (7 famílias); servidor público do Parque Nacional do Itatiaia (1 família); aposentadoria (12 famílias); agricultura (3 famílias) e outras atividades: truta, mel e eucalipto (7 famílias).

Em relação à escolaridade dos residentes, não temos dados de Serra Negra e Vargem Grande, porém, entre os 57 residentes aos quais a pesquisa teve acesso em Fragária e

Capivara, 30 pessoas disseram ter completado o quinto ano do ensino fundamental; 15 pessoas concluíram entre o sexto e nono ano do ensino fundamental; 02 pessoas com ensino médio completo; 04 pessoas com ensino médio incompleto; 04 analfabetos; 01 assistido pela educação especial, a APAE, em Itamonte, MG; e, 05 crianças de zero a cinco anos que não frequentam a escola. Atualmente, existem duas estradas para chegar na região e nenhuma delas está pavimentada. A cidade de Itamonte está a cerca de 30 km dessas comunidades. A energia elétrica chegou há 25 anos na região. Nas localidades não há sinal de celular, a internet chegou há 10 anos e é transmitida via rádio. Além da Rádio Nacional, sintoniza-se estações de rádio de Itamonte, São Lourenço e FM O DIA. O sinal de televisão é por antena parabólica ou satélite.

Em relação à renda nas propriedades, 5 propriedades declararam receber até um salário mínimo por mês, decorrente de suas atividades (R\$ 1.045, 00); 6 propriedades têm como única renda a aposentadoria; 6 propriedades com renda de aposentadoria (R\$ 1045) mais atividades (total até R\$ 2 mil); 1 propriedade com renda de mais três salários mínimos; e 3 propriedades que não quiseram declarar a renda que corresponde aos dois proprietários de pousada que foram entrevistados. Só foi registrado um trabalho com carteira de trabalho, que foi de uma caseira que trabalha numa propriedade há mais de 20 anos.

As atividades econômicas citadas foram: gado, truta e eucalipto, melicultura, aposentadoria e atividades relacionadas ao turismo, como restaurantes, pousadas e chalés. Sobre extrativismo, relatou-se a coleta de pinhão com objetivo de venda e coleta de lenha seca para uso doméstico, além da utilização de algumas madeiras. Na lavoura, foram registrados o plantio de milho e feijão, totalmente para o próprio consumo das famílias. Também foram identificados pomares com ameixa, pera, pêsego, figo, caqui, limão galego, limão taiti, framboesa, amora, mexerica e laranja para consumo e produção de doces e geleias. Todas as casas pesquisadas mantinham uma horta familiar, como representado na figura 5, abaixo.

Figura 5: Hortas são essenciais para manter a alimentação das famílias



Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2019.

Os moradores relatam que não utilizam adubo químico ou fertilizante, afirmam não gostarem de comprar comida da cidade, porque está toda envenenada. Uma senhora relatou que, uma vez, comeu uma asa de frango industrial e passou mal. Segundo ela, a asa seria o lugar mais contaminado do frango, porque é ali onde se injetam as vacinas.

Nessas comunidades, as pessoas passaram a comprar milho para a produção de ração, mas mantiveram suas sementes e repugnam o uso de sementes transgênicas até hoje, dizem que “se um passarinho não come, eles também não vão querer”. Porém ficaram escassos alguns tipos, como o milho vermelho e roxo, sendo o amarelão o mais plantado atualmente.

Antes, o plantio do milho era obrigatório, hoje é cada vez mais escasso na paisagem. Além da proibição das queimadas, pelo Parque, para roça, eles reclamavam do aumento de algumas espécies de animais como javaporco, um híbrido exógeno, que veio da Argentina e hoje está presente em todos os estados do Sul e do Sudeste. O javaporco destrói plantações em minutos e vem causando problemas em nascentes de águas. A caça ao javaporco no Brasil é liberada, com armas brancas ou com armas de fogo devidamente registradas. Mas é muito difícil controlar a população. Um javaporco pode chegar a 150 kg quando adulto e uma fêmea pode procriar três meses em período de um ano. Atualmente, não existe um número de predador que seja capaz de conter a sua expansão. As pessoas que desistiram de plantar milho alegam também o aumento de algumas espécies de pássaros, como maritaca e jacus. Hoje, o plantio do milho, a maior cultura, é realizada em pastagens, utilizando arado de boi; depois, as covas são adubadas com esterco de vaca. Deixaram de plantar em consórcio com feijão, porque perderam o maior fertilizante, que era a cinza. E sobre a localização, as plantações são realizadas mais próximas de casa, para serem vigiadas e protegidas dos bichos.

Vimos que, tanto no passado quanto no presente, há a predominância de uma visão

encantada de mundo, como diz Hoefle (2009a), sendo caracterizada por um baixo grau de industrialização, algumas características pré-capitalistas e uma compreensão espiritual da natureza. Apesar da maioria ser católica, há a presença de igrejas evangélicas. Destacamos, contudo, que entre as 21 famílias entrevistadas em Fragária e Capivara, 16 afirmaram acreditar em seres extraordinários; foram relatadas as aparições de saci-pererê, lobisomem, mula sem cabeça, existências de almas penadas e alienígenas. Essas aparições possuem localização geográfica, por exemplo, já foram vistos lobisomem e almas penadas na ponte sobre o Rio Aiuruoca, em Fragária. Foi relatado um encontro com saci-pererê debaixo de uma araucária. E o aparecimento de discos voadores e seres extraterrestres ocorreram na floresta.

Esses traços estão refletidos pela história de ocupação dessas comunidades, são descendente de camponeses; por sua cultura, religião e sociedade: católicos e evangélicos com sincretismos, a não negação de uma dimensão encantada, onde a natureza tem vida e é povoada por seres mitológicos; por suas dinâmicas socioespaciais: pecuária, agricultura, modelo de ocupação do solo; e pelas práticas socioecológicas, basicamente atividades primárias de baixo impacto ambiental (ausência de agroindústrias, madeireiras, carvão, frigoríficos etc.). Além disso, percebemos a manutenção de reservas florestais, a preocupação com nascentes, o controle do fogo e vimos que a organização política e o acesso à educação são restritos e recentes.

4.3.2 A Atividade da pecuária nas comunidades

O gado funciona como uma poupança por ter um mercado certo e estável, os agricultores sentem que não podem fazer outra coisa senão essa, pelo fato de não possuírem recursos para investimentos em outras atividades e nem mesmo para melhorar a atividade leiteira. A vaca é a poupança, dinheiro certo, produz leite, queijo, soro, couro e dá filhotes. Dos 57 entrevistados das quatro comunidades, 26 declararam possuir gado em sua propriedade. Variando de 3 a 18 cabeças por propriedade. 7 propriedades declararam enviar o leite para a Associação de Produtores Rurais de Campo Redondo (APRUCARE), o litro do leite é vendido a R\$ 1,00 e serve para produção de queijo. São produzidos dois tipos de queijo: parmesão meia cura e parmesão curado, que custam R\$ 20 e R\$ 25 o quilograma, respectivamente. A produção é vendida para atravessadores que vêm de Itamonte (MG), e levam para Rio de Janeiro e São Paulo, ou é vendido diretamente para o consumidor final.

A produção total de leite das quatro comunidades varia entre 1.108 litros e 1.158 litros por dia; a produção de queijos varia de 49 a 52 peças por dia; a produção de trutas varia de 26

a 33 mil quilogramas por ano. A produção de mel, em torno de 680 litros por ano. A comercialização destes produtos é realizada localmente para atravessadores ou diretamente para lojas de produtos típicos nos municípios vizinhos de Itamonte, em Visconde de Mauá ou Garganta do Registro, dois destinos turísticos dos visitantes do Parque Nacional do Itatiaia e para eventuais turistas.

Em Serra Negra e Vargem Grande, a produção é beneficiada localmente e a maioria dos queijos são vendidos em Maromba, distrito de Bocaina de Minas, e Maringá, distrito de Resende, na antiga rota dos tropeiros. Hoje está cada vez mais difícil a profissão de tropeiro, em certa parte, porque o Parque proibiu os cavalos na área e fechou as antigas rotas. Hoje, a maioria faz a rota a pé ou de motocicleta. Inclusive, reclamam dos motoqueiros que fazem trilha no Parque, porque passam “feito doidos” na comunidade, por isso fizeram placas, pedindo para diminuir a velocidade, devido principalmente, à circulação de crianças.

A atividade da pecuária, conforme a lida observada, é similar à prática de 38 anos atrás, no que diz respeito ao tratamento dos bichos e ao destino dos produtos. A produção do queijo é realizada dentro das casas e algumas possuem uma casa de queijo. Não possuem Declaração de Aptidão do Produtor (DAP) e, por isso, não conseguem emitir nem nota fiscal e os seus queijos são vendidos no comércio informal, razão pela qual são impedidos de concorrerem nos editais municipais de merenda escolar, nos quais poderiam obter um preço melhor. A pecuária se caracteriza como uma atividade realizada majoritariamente pelos homens. Eles cuidam das pastagens, do gado e também fazem os queijos. As mulheres ficam com a parte de doces e geleias, coleta de lenha e são responsáveis pelo trato das pequenas criações de galinhas e porcos. A criação de ovelhas e carneiro desapareceu, devido à falta de espaço para a criação.

A atividade da pecuária exige o uso intenso da mão-de-obra, porque é necessário tratar não só dos bichos, mas, sobretudo, dos pastos, comprar farelo e sal para completação da alimentação, além de preparar a capineira. A manutenção das pastagens é realizada, anualmente, ou a cada dois anos, com o uso do fogo, depende da qualidade da pastagem – ponto de conflito com o Parque, mesmo nas áreas que estão fora da unidade.

Além do fogo, são realizadas duas roçadas por ano para arrancar a samambaia, a principal erva daninha. Ao alimentar-se dessa espécie, o gado começa a urinar sangue, a vomitar e, na maioria dos casos, acaba morrendo, acarretando sérios prejuízos à economia familiar. Os pastos demoram quatro anos para virarem capoeira, o que ocorria no passado, em sistema de roteamento, mas, depois da ampliação do Parque, os camponeses passaram a roçar essas áreas, porque eles têm medo voltarem a ser floresta e o “Parque tome”. Para realizar

esse serviço, eles contratam um serviço de diarista que cobra R\$ 60,00 ou mais; comumente, fazem troca de dias, geralmente entre os membros da mesma família.

Com a restrição do uso dos campos nativos, com menos pastos disponíveis, a capineira assumiu um papel-chave. A presença de animais acima de 1.800 metros de altitude é expressamente proibida. Muitos dos campos de altitude das comunidades estão nessa altitude, como, por exemplo, a Pedra Furada e o Morro Cavado. A capineira é replantada, anualmente, entre os meses de outubro e dezembro e deve ser utilizada até maio, para não correr o risco de secar com as geadas, pois o capim endurece, perde a sua nutritividade e precisa ser misturado com milho, porque sozinho o gado rejeita.

Com a ampliação do Parque, a criação de gado dentro da unidade foi proibida, todavia continuou, pois eles insistiram e desobedeceram às leis, dado que, segundo eles, foi “o parque que entrou em nós”. Em 2005, o Parque fez uma grande operação e retirou todas as cabeças de gado, aplicando multas e confiscando os animais, principalmente aqueles que estavam nos campos de altitude. Em Serra Negra, embora atingida totalmente pela ampliação, o Parque não restringe a criação do gado abaixo de 1.800 metros de altitude, porém, somente nas pastagens já estabelecidas, com proibição do uso do fogo. Para usar os campos de altitude, esses moradores, dizem que precisam atuar na clandestinidade, levando seu gado para pastar e retirando o gado antes que sejam descobertos. Como mostra Jacoby (2014), na sua “ecologia moral”, é comum a população local insistir nas suas atividades tradicionais como forma de resistência cotidiana.

As quatro vilas são consideradas bairros rurais de Itamonte. O município possui 14 mil habitantes, segundo o Censo de 2010, do IBGE. Apesar de 70% do território do município se situar em unidades de conservação, e quase 50% da população estar na zona rural, não há Secretaria de Meio Ambiente e tampouco de Agricultura. O escritório da Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural de Minas Gerais (EMPAER-MG), localizada na sede do município, só tem um funcionário, apesar de que quase metade da população de Itamonte, segundo o censo de 2010, está concentrada na área rural.

A atividade da pecuária, de uma maneira geral, carece de incentivo no município. As propriedades estão com pastagens cada vez mais desgastadas, com solos menos férteis; a produtividade do leite cai; o trabalho aumenta; e o fogo se faz mais necessário. A omissão dos governantes também contribui para o acirramento do conflito, visto que a zona rural, como um todo, carece de projetos que visem a melhora dos pastos, do próprio gado, estando bem atrasada em relação a municípios vizinhos, como Alagoa que, segundo o próprio funcionário da EMPAER-MG, está trabalhando com melhoramento genético e ajudando nos projetos para

o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

4.3.3 Extrativismo Atual

O extrativismo também foi afetado pela ampliação do Parque Nacional do Itatiaia, pois impediu esses moradores de terem acesso aos recursos florestais, como a coleta de madeira seca para lenha e madeira de lei para construção das casas. Isso afetou diretamente o uso do fogão a lenha, pois, apesar de todas as casas possuírem o fogão a lenha, eles utilizam, com muito mais frequência, o fogão a gás. A proibição de usar as madeiras de lei nativas levou as famílias a plantarem eucaliptos para terem uma provisão de madeira e lenha. Muitas vezes, esses eucaliptos estão plantados em áreas de preservação permanente, como nascentes e beiras de Rio.

Segundo Wolf (1976), à medida que as comunidades se especializam, elas passam a participar de um mercado de redes, assinalado, cada vez mais, pela presença de intermediadores, que não eram os familiares ou amigos dessas comunidades, mas a presença dos compradores de trutas e madeiras, por exemplo. As mudanças introduzidas pela racionalização da agricultura exigiram uma flexibilidade que o camponês não tinha. Ainda na visão de Wolf (1976), uma das principais características da vida camponesa é seu ordenamento econômico e social, fruto da organização interna baseada num conjunto de tradições e costumes. Desse modo não há como pensar que essas populações estão estáticas no tempo, como querem os conservadores.

Com o aparecimento do tijolo comprado, do cimento e de telhas, esse tipo de construção foi regredindo e a maior parte das madeiras que foram utilizadas nas construções de casas foram substituídas por madeiras compradas e por eucaliptos. Enquanto isso, as pessoas de fora constroem as suas casas com métodos de bioconstrução e permacultura (como essa população fazia antigamente) e se livram das multas por construção, enquanto as pessoas do local fazem suas casas com estrutura de ferro e cimento, alvenaria e cerâmica.

Com a chegada da roçadeira e da gasolina não é realizada separação das espécies que vão continuar na paisagem dos pastos. As famílias também alegam que não deixam mais as árvores crescerem nos pastos, como era realizado antigamente, porque depois não vão poder cortar “é uma complicação conseguir uma guia do IBAMA para retirar as madeiras”. Na verdade, atualmente, as guias para corte de madeira são expedidas pela APA da Mantiqueira, localizada no município de Itamonte, mas, antes, estava sob cuidados do Instituto de Florestas de Minas Gerais, sediado em Caxambu, a 80 km de distância, o que inviabiliza os pedidos. Seu Carlinhos conta que, na década de 1990, recebeu uma multa de quase R\$ 2000 por ter

arrancado 20 metros cúbicos de candeia. Ele disse que sabia que iria receber a multa, mas, mesmo assim, fez, porque precisava da madeira para seu uso e não ia comprar, porque achava um absurdo não poder usar o que tinha em sua propriedade.

Por falta de incentivo e interesse, a tradição oral dos usos das plantas medicinais está cada vez mais restrita às pessoas mais idosas, sobretudo entre as mulheres. Também foram relatados benzedeadas e benzedores. As espécies utilizadas para tingimento de cobertores de lã continuam sendo conhecidas, embora a atividade não exista mais. Atualmente, instalou-se na região uma pessoa de São Paulo que abriu um ateliê de tingimento natural, onde utiliza as técnicas dessa população.

A coleta do pinhão é hoje uma renda extra para toda a família. Nos dois anos que estive em campo o preço do quilo flutuou mais de 200%; em 2018 era vendido a 1 real o kg e, em 2019, foi vendido a 3 reais. A coleta de pinhão é proibida na área do Parque; como muito da paisagem já foi desmatada, as araucárias são seriamente demarcadas, sendo proibido sair colhendo pinhão, sem a devida autorização, em terrenos alheios. Vimos que não existem muitas araucárias jovens, pelo contrário, as que resistem são herança dos mais velhos. Caso não venha a se plantar novas árvores, essa atividade também estará em risco, visto que as árvores tendem a ser atacadas por formigas e acabam secando. A coleta de pinhão é bastante lucrativa e poderia ser incentivada pelos órgãos ambientais.

4.3.4 Moradores de fora e novos trabalhos

Vimos que, até a década de 1980, não havia moradores de fora na região. O movimento iniciou-se com a chegada de famílias do Rio de Janeiro em Vargem Grande e depois em Campo Redondo. Atualmente, a população residente é composta, a maioria, por descendentes diretos da ocupação iniciada no século XIX e um outro grupo formado pelos “moradores de fora”, o que chamo de veranistas, porque a maioria comprou terra, construiu casa, mas não mora no local e nem a sua renda depende da atividade explorada aqui.

O movimento neorrural, que levou pessoas urbanas a mudarem, permanentemente, para áreas rurais, não é forte localmente. Na região, o que predomina é a especulação imobiliária, que atraiu pessoas de classes altas e média das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Florianópolis, além de estrangeiros da França, Alemanha, Argentina e Uruguai. São casas de temporada, muitas estão fechadas, algumas abandonadas, mas a maioria recebe cuidados mensais, bimestrais ou trimestrais. Diaristas roçam a grama, abrem as casas e as limpam. Tem um caso de um francês

que comprou um lote na beira do Rio Aiuruoca, construiu a casa, mobiliou, mantém um serviço mensal e, em cinco anos, visitou a propriedade apenas duas vezes. Foram identificadas duas maneiras de explorar a área por esses moradores: plantio de eucalipto e/ou hotelaria. Muitas dessas casas estão para alugar em sites de hospedagem como Airbnb e Booking, com diárias que variam de R\$150 a R\$ 500.

Entre as três comunidades, o local onde há menos moradores de fora é Capivara, talvez pela distância ou pela falta de atrativos naturais; na localidade não tem nenhuma vista esplendorosa, cachoeira ou o rio. Onde é possível ver a maior concentração de casas de moradores de fora é em Fragária. A comunidade é cortada pelo Rio Aiuruoca, rio de águas claras, com cachoeiras e pedras que chamam muito a atenção pela beleza natural. Na beira do Rio é onde estão concentradas a maior parte dessas residências, muitos acessos ao Rio e as cachoeiras encontram-se fechados e alguns bem esquisitos, como esse portão de concreto encontrado no acesso de uma das mais conhecidas cachoeiras da região, explicitado na figura 6, abaixo:

Figura 6 - Muros e cadeados configuram as propriedades dos moradores “de fora”



Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2019.

Diferente de Vargem Grande, onde existem mais casas de fora do que casas de pessoas do lugar, só em dois anos que estive em campo, vi 5 casas serem construídas. Em Vargem Grande, passa o Rio Aiuruoca, na faixa de 1600-1500 metros de altitude, o que

dificulta construir uma casa na beira do Rio, mas, ainda assim, tem. Em Vargem Grande, os lotes vendidos são menores do que em Fragária e a maior parte das casas estão concentradas nas margens da estrada.

De todas as comunidades, Vargem Grande está mais próxima do Posto de Entrada do Marcão, portaria oficial que dá acesso ao Planalto do Itatiaia, às Agulhas Negras e às Prateleiras (principais atrativos da Parte Alta). Em Vargem Grande há 2 pousadas, uma de uma pessoa de fora e outra de uma pessoa do lugar. Em Serra Negra foram observadas 12 casas de pessoas de fora, também mantendo o padrão de estar próximo à beira do Rio Aiuruoca. Em Serra Negra também há a presença de casas de veranistas, seguindo o padrão da beira da estrada ou na beira do Rio Aiuruoca, cercadas com cercas vivas e fechadas com portões e cadeados.

A compra e venda sofre pressão direta e vigilância do Parque, que vem fiscalizando o parcelamento do solo e também exercendo sua prioridade de compra, embora não compre, porque o valor oferecido está quase 20 vezes menor do que o oferecido pelo mercado. No entorno do Parque, o mercado está sempre aquecido e novos parcelamentos e moradores chegam o tempo todo. Há relato de briga de terras entre novos moradores e a população local por riachos, cachoeiras e acesso à água. O processo de compra e venda de terras é descrito por Hoefle e Bicalho (2016, p.4) como um processo de especulação imobiliária disfarçada de unidades de conservação privada como aconteceu no Pantanal sul mato-grossense, onde a presença de unidades de conservação incentivou “ricos investidores de origem urbana, a fim de estabelecer fazendas de hobby, campos de pesca [...] Enquanto os posseiros podem se envolver em disputas de propriedade de terras com os novos proprietários, os camponeses foram removidos preventivamente”.

Ao analisar a atividade de venda de terra e os trabalhos de semiproletariado como transmissores dos valores neoliberais no campo, observamos que, ao contrário da população urbana, os agricultores possuem outros objetivos, utilizam o dinheiro que entra no sistema não para produzir mais capital ou aumentar os lucros, mas como instrumentos de transação, usam o dinheiro para investir em bens patrimoniais (MENDRAS, 1978).

A venda de terra subsidia a construção de chalés para turismo como uma medida de assegurar uma renda diante do aumento de restrição do Parque e da falta de rentabilidade da pecuária. Além disso, diante da modernização do campo e dos sistemas agroalimentares, cada vez mais especializados, passam a vender seus produtos, terra ou mão de obra para conseguirem adquirir produtos que, anteriormente, produziam ou adquiriam (subsistência), porém não em um sistema de comércio voltado para o lucro, mas para a troca de necessidades

Sobre esses novos empregos que surgem, principalmente o turismo, vindo do aluguel de quartos ou guias locais ou como auxiliares de empresários, Hoefle e Bicalho (2015), indagam sobre a sustentabilidade e longevidade das novas atividades introduzidas pelas políticas de unidades de conservação da Amazônia:

Portanto, se as unidades de conservação devem ser preservadas e não sofrer invasão por camponeses sem terra, é extremamente importante responder à pergunta se novas atividades rurais em período integral ou multifuncional em meio período podem contribuir para a subsistência da Amazônia. No nível mais básico, podemos perguntar que tipo de emprego é criado para a população local? Mais renda pode ser ganha em serviços ambientais e em comunidades sustentáveis do que na agricultura típica de fronteira? (Wolf e Bicalho, 2015, p. 15).

4.4 Os conflitos e seus desdobramentos

Junto às 21 famílias entrevistadas em Fragária e Capivara foi feita a seguinte pergunta: O Parque atrapalha a sua atividade agrícola? 15 pessoas disseram sim, 06 pessoas disseram não. Foram apontadas as seguintes razões: Diminuiu a agricultura (04 pessoas); não pode mexer com truta (01 pessoa); atrapalhou o gado (01 pessoa); não pode mexer em nada (01 pessoa); não pode usar madeira nativa (04 pessoas); gado e plantação (01 pessoa); gado e construção (01 pessoa); queimada e construção (01 pessoa); e construção e madeira (01 pessoa). Vimos que o problema do fogo está vinculado ao uso da agricultura e da pecuária, além disso o gado era criado nos campos nativos, o que foi proibido.

As raízes do conflito são as maneiras como cada um entende e usa os recursos naturais e concebe a natureza. O conflito nasce quando se cria uma unidade de conservação de proteção integral, como um parque nacional em uma área que há muito tempo já é utilizada e habitada por populações humanas. A apropriação por meio da expropriação de partes de áreas naturais é justificada a partir de um discurso conservacionista, amparado por disposições jurídicas e científicas. O suporte ético-moral das políticas (“humanos não são bem-vindos”) é a alegação para dar continuidade no que se entende por área como selvagem, “onde a intervenção humana é mínima ou inexistente”, como já dizia o *Wilderness Act* embrião das legislações ambientais, criado nos Estados Unidos em 1864.

A política, ao defender a desagregação do homem do meio natural, justifica a expulsão gradativa e/ou abrupta nos espaços escolhidos. As leis e regulações jurídicas que asseguram a concepção dessa paisagem funcionam como mecanismos que permitem ao Estado regular, vigiar e punir as populações. No Brasil, o processo participativo da sociedade civil, principalmente das populações históricas, é uma garantia relativamente nova, primeiro vieram

o reconhecimento dos povos indígenas com a Constituição de 1988 e mais recentemente com a lei do SNUC. Quando o PARNA Itatiaia foi ampliado, em 1982, em plena ditadura militar, utilizando de instrumentos de gestão verticalizados como decretos presidenciais, as populações que ali viviam não foram beneficiadas pelo mecanismo da consulta pública. Ao invés de uma parceria, iniciou-se um processo onde as famílias dos agricultores pobres passaram a ser tratadas como potencialmente criminosas. Em processo semelhante, na Mata Atlântica norte-americana (Hoefle, 2019; Jacoby, 2014), a população, ao mesmo tempo que foi forçada a submeter-se a um conjunto de regras, coloca, através da desobediência, a eficácia e razoabilidade das leis em discussão.

Sobre a relação com o Parque entrevistado, João, de Serra Negra, diz:

O Parque, de um certo tempo para cá, eles têm dado uma trégua para nós; não tem aborrecido igual era, isso daí mudou muito não sei se foi por causa daquelas reuniões que teve, se foi por de troca de presidente.

Isso já tem quantos anos?

Isso não tem nenhum ano, de um ano para cá que a gente tá mais em paz. [...] Se continuar assim, tá ótimo. (Trecho da entrevista com João, 2019)

Essa mudança repentina de um ano para cá pode estar relacionada ao novo governo brasileiro que assumiu em 2019, que vem utilizando uma política de desmonte dos órgãos ambientais, sob um discurso de anular multas do IBAMA, o que vem coagindo os funcionários dos órgãos ambientais. Por outro lado, acabou temporariamente diminuindo a ação punitiva contra essas populações, já que o governo vem trabalhando para anular multas de grandes empresários.

Em Fragária e Capivara, 5 entrevistados disseram ter levado algum tipo de multa do Parque Nacional do Itatiaia. Os motivos das multas foram: derrubada de candeia (01); queimadas (03); queimada e permanência do gado em área do parque (01). Em Serra Negra, foram relatados 2 casos de queimadas, 1 caso de apreensão de gado e 5 casos de construção civil.

Em Itamonte, MG, está localizado o Fórum de Justiça, onde os moradores das comunidades são ouvidos nos processos, após serem autuados por crimes ambientais pelo Parque Nacional do Itatiaia. Os crimes cometidos contra o Parque tramitam no Ministério Público Federal em Pouso Alegre, MG, a 166 quilômetros de Itamonte. Pela dificuldade de deslocamento, muitos procuradores pedem para os moradores serem ouvidos pelo juiz da Comarca de Itamonte, mas, em alguns casos, é preciso ir a Pouso Alegre, principalmente se o caso segue para outras instâncias. Os moradores relatam que começaram a receber as multas

nos últimos 10 anos.

4.4.1 O uso do fogo

O uso do fogo para agricultura foi o primeiro a desaparecer, porque ele tem rastro. O fogo tem um sentido prático no plantio. Desse ponto de vista, era mais fácil o Parque autuar uma pessoa pelo uso do fogo no caso da criação das roças, porque deixa marcas na paisagem e é um processo que poderia durar um ou dois meses, primeiro derruba, depois queima e, por último, planta. A plantação possui uma forma geométrica no espaço e pela sua própria configuração não tem como ser escondida.

Por outro lado, os camponeses do alto das montanhas da Mantiqueira, no Sul de Minas, passaram por um processo da industrialização da agricultura, o uso de maquinário como a motosserra, roçadeira, máquina de cortar o capim e debulhar o milho; a compra de insumos, o milho em grãos comprado e a ração. Eles perderam tecnologias como o monjolo e a roda d'água. O moinho d'água foi substituído pelo motor a diesel, depois pela linha elétrica. O monjolo está associado à diminuição da produção de milho, mas foi citada a proibição do corte da madeira para fazer a máquina.

Mas comprar milho exige dinheiro, item raro, por isso quem tem gado costuma ter milho, porque possui mão de obra e meios de produção para ter o milho, isso gera economia da propriedade. Já cultivos para alimentação, como feijão, diminuíram bastante, porque não há mais necessidade de plantar o grão hoje, porque ele pode ser comprado no mercado. Os produtores também alegam que fica mais barato comprar do que plantar. Quem continua plantando é porque gosta de plantar, de ter um alimento sadio e por questões financeiras. A renda é muito pequena, a maioria das residências soma a renda mensal de até um salário mínimo para sustentar quatro, cinco pessoas, em média. As hortas fazem parte da economia. Planta-se inhame, abóbora, batatas, cebola, alho, couve, cenoura, repolho, abobrinha, alimentos produzidos para consumo próprio, juntamente com temperos como alecrim, (conheci um pé de alecrim em Serra Negra que tem mais de 20 anos), manjerição e ervas medicinais. Os excedentes são comercializados ou doados localmente entre as famílias.

No relato de Seu Antônio, que tinha 18 anos quando o parque foi ampliado, sobre a época, ele comenta:

Era muito miór, você plantava o que queria, agora eles colocaram uma lei que não pode plantar. De primeiro era plantando arroz, feijão, milho, era tudo na roça, mas depois que eles entrou cortou tudo.

Eles quer tirar tudo, eles quer dizer que é tudo deles... mas aí eu não sei se eles vão ter esse direito, porque não pode né? (Trecho da Entrevista com Seu Antônio, 2019)

O conflito levou a uma adaptação do comportamento daqueles que optaram por continuar com a atividade. A roça migrou da mata para a pastagem. Sem coivara, as áreas de pastagem são aradas com carro de boi e a grande maioria recebe adubo de esterco de vaca e alguns poucos casos foram relatados fertilizantes químicos. Foi observado que a cultura do feijão quase desapareceu, antigamente todo o feijão consumido pelas famílias era produzido localmente, hoje, a grande parte vem dos supermercados, o mesmo aconteceu com a batata. A produção do milho servia para alimentar as famílias; o milho era a base da alimentação das famílias (fubá, farinha, quirela etc.) e principal alimentação das criações. Com a mudança dos hábitos alimentares, o milho deixou sua importância central, pela incorporação de outros alimentos, como o arroz e o trigo e, com a modernização da agricultura, os derivados do milho são fáceis de serem encontrados. Porém, a cultura do milho resiste, embora, majoritariamente, para a produção de ração para os animais.

O fogo, para uso da pastagem, precisa de perícia para ser autuado, as áreas de pastagens não são tão incomodadas, é mais o fogo que entra na mata e nos campos nativos. Desse modo, para não serem descobertos, começam um fogo em um ponto neutro, onde é mais difícil para incriminar o autor. Isso gera conflitos internos, porque uma pessoa pode incriminar a outra para poder se livrar da multa, porque precisam e fazem na ilegalidade.

Outro caso é da família de Adolfo em Fragária, na casa onde pessoas se identificaram como descendentes de indígenas. Ele e o primo, que mora na Serra Negra, foram acusados de colocar fogo no campo nativo na localidade chamada Morro Cavado. Por esse crime foram atuados na justiça federal, assim como receberam uma multa de 30 mil reais pela apreensão de 3 cabeças de gado que estava “dentro” do Parque. Um funcionário do Parque foi até a casa de Adolfo entregar a notificação da multa, mas ele disse que não assinou o recebimento. Depois disso, passou um ano, ele recebeu a visita de um oficial de justiça solicitando a presença do senhor x para prestar esclarecimentos. Segundo ele, ficou com medo de ser preso e não foi. Foi aberto um processo criminal contra a queimada e a multa de 30 mil reais pelas três cabeças de gado. O processo é de 2012. Os acusados alegam que a área é utilizada por muitas pessoas, mas pelo fato de o gado apreendido ser deles, a culpa recaiu sobre eles.

A esposa de Adolfo me entregou os papéis e me contou que estava com medo deles “pegarem a terra deles ou tirar a aposentadoria” dela. Disse ainda que não tem 30 mil reais para pagar ao Parque pela multa da apreensão do gado (cada cabeça custou 10 mil reais) e dizem que estão dispostos a oferecer uma parte da área que se encontra dentro do Parque,

para quitar a multa devido ao grande temor de que a execução da multa possa atrapalhar o esposo na hora de solicitar a aposentadoria dele ou que ela mesma seja prejudicada por meios que desconhece.

O nível de escolaridade do casal é apenas até a quarta série do ensino fundamental, diziam estar muito confusos. Procuraram um advogado na cidade de Itanhandu, em Minas Gerais, porém o advogado, conforme o processo evidencia, perdeu os prazos, não apresentou defesa, mas cobrou honorário de 10 mil reais. “Ele ligava e dizia que precisava de dinheiro, porque senão o parque ia prender o Adolfo e o primo dele”. Atualmente, o caso criminal foi arquivado por falta de provas, porque a área regenerou-se naturalmente por não ter havido mais incidências de fogo. O confisco dos animais gerou uma multa administrativa de 30 mil reais que deve ser paga ao ICMBio, além disso, Adolfo foi nomeado o fiel depositário, o gado continua sobre sua custódia até a decisão do órgão sobre o destino dos animais.

As operações para apreensão do gado sempre foram realizadas ao longo das décadas. Em 2005, foi realizada uma grande operação e, desde lá, a atividade é duramente reprimida. Sobre a apreensão do gado, eles reclamam que o Parque deveria fazer uma cerca também, pois a apreensão dos animais é injusta.

As terras do Morro Cavado são um imbróglio entre o Parque e as comunidades de Fragária e Serra Negra, pelo uso dos campos nativos.

“A cerca cada um faz um pedaço o Parque devia meiar a cerca...o confrontante também tem a obrigação de evitar a criação no seu terreno...tem que tirar um mourão para fazer a cerca e não pode, tem que pedir autorização...E quando a criação escapar, podem avisar, devolver, mas não prender (relato da Reunião Participativa Temática, 2015).

A problemática do uso do fogo e do gado é comum nos conflitos socioambientais entre unidades de conservação e populações históricas. A proibição do uso de fogo e a criação de gado nessas áreas vêm através de legislações restritivas, às quais as legislações de unidades de conservação estão submetidas. Entre os moradores, o fogo foi classificado em dois tipos: o fogo bom e o fogo ruim. A feitura do fogo bom envolve a execução de aceiros, assim como leva em conta a hora do dia, o melhor horário é o que antecede o pôr do sol, quando o fogo perde sua força, devido à umidade da noite. O fogo ruim é descrito como aquele que incide propositalmente em áreas de mata, que foge do controle ou é ateadado propositalmente por pessoas mal intencionadas, viajantes ou turistas descuidados.

A defesa do uso do fogo se sobressai nos relatos dos mais velhos; ao longo dos últimos anos, a concepção do uso vem sendo transformada e combatida, seja pelo próprio

Parque, através das restrições e ríspida vigilância, ou por outros, como é o caso da escola municipal rural de Campo Redondo, que atende as comunidades e vem provocando, ao longo das décadas, uma discussão acerca do uso do fogo e do impacto sobre a vida animal, da supressão da vegetação e do empobrecimento do solo. Esse trabalho veio através das matérias, como é o caso da arte, através da qual foram desenvolvidos teatros mostrando a destruição da vida animal, assim como o aumento da poluição atmosférica. O uso irracional do fogo, motivado pelo desejo de vingança dos moradores contra o Parque é um assunto pouco compreendido e pouco debatido, provocando muitos prejuízos financeiros para próprios moradores, o que causa muitas divergências.

A política de fogo zero que o PARNA Itatiaia tem desde a sua criação afetou a vida das populações, sobretudo infringindo sobre as práticas tradicionais de manutenção da vida. FALEIRO, SANTANA e BERDI (2016, p. 6) falam sobre como essas políticas afetaram o modo dos povos indígenas do cerrado:

Essas políticas foram por meio de legislações restritivas, fiscalização, prevenção e supressão. Associados às modificações culturais e ao abandono das práticas tradicionais de subsistência, esses programas de fogo zero muitas vezes conseguiram eliminar o manejo das savanas com o fogo, que era realizado pelas populações indígenas há milênios” (FALEIRO; SANTANA; BERDI, 2016, p. 6).

Na discussão sobre o uso do fogo, contrários à posição do PARNA ITATIAIA, estudos como os de Ribeiro Filho (2015); Borges *et al.*, (2012); Faleiro, Santana e Berdi, (2016) mostram algumas experiências de como o uso do fogo controlado é determinante na soberania alimentar das comunidades e do manejo da biodiversidade. Na Mata Atlântica, onde existe bastante resistência à prática, é encontrada a roça de coivara entre os quilombolas no Vale do Ribeira, em SP, região onde ainda há bastante concentração de florestas. Na pesquisa de Ribeiro Filho (2015) junto às comunidades quilombolas, buscou-se analisar a impacto da agricultura de rotação de roças no compartimento do solo e chegou à conclusão de que o uso da coivara era imprescindível para manutenção dos níveis de fertilidade do solo. Hoje, essas comunidades têm o direito assegurado pelo estado de São Paulo.

A questão é tão contraditória que até os próprios técnicos ambientais do Parque Nacional do Itatiaia divergem sobre o assunto. No caso do conflito entre os agricultores mineiros e o PARNA Itatiaia, há uma discussão, porque o fogo antrópico é utilizado sobre dois tipos de ecossistema: as florestas ombrófila e semidecidual e os campos de altitude. O Parque vê o aspecto natural da vegetação como definidor do uso do fogo, as florestas ombrófila densa e mista são sensíveis ao fogo e os campos de altitude são propensos a essa

técnica. Para diminuir o número de incêndios criminosos dentro do Parque, a fim de assegurar a integridade das florestas, o Parque adotou o Programa de Manejo Integrado do Fogo, a principal estratégia do parque é alterar o regime de fogo.

[ao] alterar o regime de fogo antecipando a época do fogo para o final da estação chuvosa, início da estação seca, com o objetivo de reduzir e fragmentar o combustível disponível nas áreas de campo. Para essa região pretendem planejar, executar e monitorar as queimas prescritas. Porém ao antecipar o fogo, eles perdem a atuação da brigada do PREVFOGO que atua de julho a dezembro (ICMBIO, 2018, p 2).

Porém, é válido salientar que, a estratégia adotada não faz a menor diferença para os moradores, porque, para eles, só faz sentido usar o fogo para manejo das pastagens; sendo a criação de gado proibida, a política se torna inócua, já que não ataca diretamente o problema do uso irracional. Se por um lado a proibição do uso fogo incentivou a regeneração das matas, produziu, por outro lado, a perda de conhecimento dito tradicional e afetou diretamente a economia familiar. As políticas de fogo zero que o Parque manteve durante décadas foram implantadas através de multas, fiscalização e programas de conscientização. As “vinganças” perpetuadas pela população local podem ser entendidas como atos irracionais, pela falta de entendimento entre as duas partes, e é evidente que a proibição não teve um resultado positivo sobre as ações humanas. Além do mais, muitos casos podem colaborar para a diminuição dos níveis de biodiversidade, como apontou Myers (2006):

O resultado global, desta “bem sucedida” exclusão do fogo, são as incidências de incêndios cada vez mais danosos à vegetação, ao solo e às bacias hidrográficas, que geram um custo econômico cada vez maior com a perda de propriedades e com o combate a esses incêndios (MYERS, 2006, p. 1).

4.4.2 Novas atividades

Em relação às atividades que não existiam em 1982, foram identificados a plantação de eucaliptos e criação de trutas, a melicultura e os serviços de turismo. As trutas foram introduzidas na região na década de 1990, a partir de programas de incentivo do próprio governo. Existe uma divergência interna, alguns moradores não se adaptaram a truta, dizem que é muito caro construir os tanques, alimentar os animais, e ainda tem o risco de enchentes que destroem os tanques e doenças, como uma em que o sintoma principal é o tamanho do olho do peixe que cresce e em poucos dias eles morrem. O maior problema levantado pela população é falta de tratamento dos dejetos. Uma mulher, que prefere não se identificar, queixa-se desses empreendimentos:

“Isso o IBAMA não vê, eles vêm aqui e nos multam se a gente corta uma árvore, mas não fiscalizam as atividades de truta que estão destruindo os nossos rios. Aqui temos uma água potável, cheia de propriedades, já foi provada que é mineral, mas agora estão acabando com tudo. Lá em Dois Irmãos está cheio, algumas estão dentro de pousadas bem bonitas até.... Isso mostra que é quem tem dinheiro que manda. A pessoa vai lá paga uma multa e continua fazendo a atividade do mesmo jeito, quase nenhuma tem filtro, não sei porque que não colocam filtro, não deve ser tão caro assim” (Relato de uma entrevistada, 2018).

Eles dizem que o Parque “não mexe com a truta”. A truta é alimentada com ração, feita à base de soja que custa R\$100 o saco com 50 kg. Essas rações são entregues pelas lojas de produtos agropecuários ou por atravessadores. As propriedades não possuem filtros e nem instalações adequadas, muitos peixes morrem por falta de manejo adequado dos tanques e não conseguem pegar o peso considerado ideal, por falta de alimentação, além disso, não existe um apoio técnico ou incentivo financeiro para atividade, mas ela se tornou um caminho para complementar a renda dentro da propriedade e para aumentar a segurança alimentar dessas famílias.

Outra atividade nova bastante contraditória é o plantio de eucalipto. Hoje, existem dezenas de plantações dessa espécie, inclusive em áreas de Área de Preservação Permanente (APP), como nascentes, beiras de rio e córregos, inclusive dentro do Parque e no seu entorno. A produção de eucalipto foi incentivada pelo próprio Parque, porque é permitido cortar eucalipto. Embora existam muitas plantações, principalmente dos moradores exógenos, 100% para venda. O eucalipto plantado pelas comunidades também é vendido, mas a maior parte da madeira é utilizada como estoque e serve para construções e lenha. Um agrônomo carioca que chegou à região em 1982 e instalou-se em Campo Redondo contou que, no passado, havia menos floresta, mas tinha mais água. Ele remete essa diminuição da água às mudanças climáticas e também ao crescimento dos plantios de eucalipto.

O eucalipto, uma espécie exógena, está plantado na beira do Rio Aiuruoca, em pelo menos três pontos diferentes, com árvores que apresentam mais de dez anos de crescimento. Esses monocultivos crescem sob a vista dos fiscais. Um senhor de São Paulo, que adquiriu uma terra na beira do Rio Aiuruoca, em Serra Negra, recebeu uma área onde há mais de 500 pés de eucaliptos plantados na beira do Rio. Ele quis cortar os eucaliptos para fazer um reflorestamento com árvores nativas. Começou a doar alguns eucaliptos para construção de pontes e recebeu uma multa do ICMBio, porque, na derrubada dos eucaliptos, algumas araucárias foram atingidas. Depois disso, o Parque proibiu o corte do eucalipto e o plantio deste se apresenta dentro da área como uma esquizofrenia da legislação, mediada por funcionários ortodoxos, de intenções não conhecidas.

As atividades de caráter ecológico duvidoso, como a truta e o eucalipto, são exemplos de como ao proibir o uso de determinados recursos naturais locais as políticas de conservação empurram agricultores familiares para o processo de industrialização da agricultura, afastando-se das atividades que eles gostavam de fazer e tinham prática. Abramovay (1997) chama esse processo de especialização do pequeno produtor, que acaba se adequando às necessidades do mercado para poder sobreviver, nesse caso, vimos que o agente do capitalismo é o parque nacional. Observa-se que o Estado fez uma intervenção brusca no lugar, retirou direitos e não apresentou alternativas economicamente ecológicas e sustentáveis. Como, por exemplo, a falta de políticas voltadas para atividades mais sustentáveis, como ecoturismo ou extrativismo.

Pois muitas vezes as políticas de conservação meramente retiram as pessoas do lugar onde vivem, empurrando os agricultores a praticar atividades insustentáveis ao invés de criar parcerias para desenvolver madeira sustentável com base na comunidade e atividades florestais não madeireiras, com espaço especial para o ecoturismo, a fim de alcançar um crescimento com baixo teor de carbono, conservação florestal e alívio de pobreza rural (HOEFLE; BICALHO, 2015, p 8).

Hoefle e Bicalho (2015, p. 9) afirmam que ecoturismo tem sido anunciado como uma “forma de criar valor para a população rural que vive em ou próximo a unidades de conservação já que há um número crescente de pessoas urbanas que desejam experimentar vida rural e realizar atividades recreativas em áreas verdes e unidades de conservação”. Sobre essa possibilidade Hoefle e Bicalho (2015, p. 9) afirma que caso sejam consentâneas com o horário das obrigações nas propriedades, respeitando sua sazonalidade, “a população rural pode aproveitar esta nova procura para alugar quartos e organizar atividades para as pessoas da cidade”.

Ao analisar como o Parque se relacionou com essas comunidades, desde a sua criação, em 1937, é notável uma visão desencantada de mundo, ou seja, a natureza e a vida são tratadas a partir de um viés de exploração dos recursos naturais e desigualdade social (HOEFLE, 2009a). O processo de implantação e ampliação, bem como os modelos de gestão, implantados através das políticas ambientais de unidades de conservação de uso, promoveram uma visão biocêntrica da natureza e suas práticas dualistas de conservação geraram a expropriação das práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais.

4.4.3 Construção Civil

A construção civil dentro de unidades de conservação de uso integral é vedada, exceto

quando realizada pela Administração (BRASIL, 2000). No caso das unidades sem regularização fundiária, como o Parque Nacional do Itatiaia, a situação se agrava à medida que própria reprodução familiar depende da construção de novas residências. Vimos que a vida no seio familiar possui sua própria dinâmica, que é refletida na forma da ocupação do espaço. Depois que crescem, alguns filhos vão embora, outros ficam. Quando um filho casa pode morar tanto na terra dos pais como na dos sogros. A casa construída ao lado da casa dos pais, dos avós, dentro do mesmo terreno, muitas vezes, é para se utilizar a estrutura que já existe, estrada, abastecimento de água, luz elétrica. Ali, juntos, criam as galinhas, os porcos, a horta, enquanto a terra é dividida em retiros e pastagens, onde os gados são tratados.

A política de parques nacionais prevê a proibição de qualquer tipo de construção civil dentro da área. Apesar da ampliação ter acontecido na década de 1980, o Parque começou a multar as construções, mais severamente, há menos de dez anos. A comunidade mais prejudicada é Serra Negra. A pesquisa de Hubner (2013) mostrou que existiam famílias que tinham cinco ou seis pessoas morando na casa. Essa concentração de pessoas tem relação com o medo que as famílias têm das multas. A fiscalização intensa gera relatos mais subjetivos, onde são apontados sentimentos como desânimo, tristeza, desespero e depressão.

Juliana, de 35 anos, ficou cinco anos morando em um único quarto que é utilizado como bar e mercearia pela sua família, juntamente com seu filho, que na época era recém-nascido, e o esposo (na propriedade da sua família), porque o Parque não liberava a construção da casa. Cansados de esperar, construíram uma casa, no mesmo lugar que era a casa antiga dos avós; resultado: levaram uma multa de 10 mil reais. Eles estão recorrendo da decisão do Parque.

Em um outro caso, dois filhos de uma mesma família foram multados por construírem suas casas no terreno do pai. Um filho recebeu uma multa no valor de R\$ 400, por uma garagem, e outra no valor de R\$ 20 mil, pela construção de uma varanda. O pai, seu Sebastião, dono da propriedade onde os filhos construíram a casa, comentou a ação do Parque:

Eles falam que isso daqui é área do parque, mas não pagou a gente, eles não paga e não deixa construir. É uma coisa difícil de entender, é da gente, a gente paga imposto, a gente paga tudo, é onde a gente nasceu desde o pai, eu tô criando meus netos aqui já. Muita coisa é feito meio escondido né, porque tem que viver, você sabe disso né? Todo mundo tem que viver, tem que comer e foi indo assim até hoje. (Trecho da Entrevista com seu Sebastião, 2019).

Outro caso é o de Júlio, de 23 anos, que recebeu uma multa, porque queria construir uma casa no terreno do pai para morar com a esposa depois do casamento. Segundo Júlio, ele teria procurado a APA da Mantiqueira, responsável em liberar a obra, mas não teria

conseguido a vistoria do órgão. Depois de um ano resolveu iniciar a construção. Porém, depois da casa levantada e coberta, como mostra a figura 7, a obra foi embargada. O órgão ambiental alegou que teve corte de barranco.

Figura 7: Construção embargada pelo ICMBio



Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2019

A perda da casa afetou o relacionamento e o noivado acabou. Ele recorreu da multa e conseguiu reverter o valor da multa em reflorestamento. A juíza determinou que o rapaz deveria plantar 100 mudas de espécies nativas para compensar o dano ambiental. Sobre o futuro, Júlio comentou:

Ficar aqui com esse negócio do IBAMA é meio complicado, desanima muito, porque não pode fazer as coisas...eu tenho muitos amigos que foram embora por causa disso e muitos que querem ir embora, porque aqui não tem muita oportunidade na minha opinião, mas é bom de morar aqui. Seria bom pelo menos mandá no que a gente tem, a gente poderia fazer uma casa, fazer uns chalezinhos para alugar aí seria uma renda boa daria para ficar aqui, mas se fazer isso eles multam, não deixam nem a pau. (Trecho da Entrevista com Júlio, 2019).

Assim como Júlio, muitos moradores veem na construção civil e na venda de terrenos possibilidades de permanência na terra, pois funcionam como um aumento de renda. Sebastião, 52 anos, chama de “turismo” esse movimento. “Se não fosse o IBAMA aqui, tinha mais turismo, o turismo gera emprego, você vende um lote para um turista, ele faz uma casa, emprega o filho, um caseiro que seja, isso daí gera dinheiro, o turismo”. Mas Sebastião comentou que as vendas estão empacadas, “A gente tem terra e não consegue vender, porque

o pessoal tem medo de comprar e não construir”. Quando questionado sobre por que ao invés de vender ele não constrói, Sebastião explicou que não tem recurso para construir e precisaria vender para poder financiar o empreendimento. O Parque tem prioridade na compra dos terrenos na área, apesar de nunca ter adquirido nenhum. Todas as áreas adquiridas foram através da compensação de reserva ambiental, ou seja, foram adquiridos campos e florestas de altitude e não pastagens, áreas que essas pessoas querem vender.

As multas de construção civil são viabilizadas através de denúncia anônima, onde o Parque, após ser notificado, é obrigado a fazer a vistoria. Sobre a abordagem do Parque, Joaquim de 48 anos conta que:

Eles usa chegar daquele jeitão deles, teve uma denúncia anônima, tá fazendo uma obra muito grande. [E eles estavam armados?] Não, chegaram normal. Procurando informações, diz que vai fazer uma obra muito grande? Eu falei uma obra muito grande? Para fazer uma reforma no barraco já dá um trabalho muito grande, imagina como vai fazer uma obra muito grande sem condições né, é impossível né? (Trecho da Entrevista com Sebastião, 2019)

Segundo os entrevistados, as denúncias partem dos próprios “vizinhos” com finalidade de vingança por eventuais desavenças; ao denunciante eles deram o nome de “dedo duro”. A realidade gerou uma situação em que as famílias começaram a deduzir quem seria o tal do “dedo duro”, o que vem acirrando as inimizades veladas e explícitas, através de uma hipótese, já que ninguém sabe quem é o autor das denúncias. Ao invés de se mobilizarem para cessarem as multas, gastam energias se acusando. Assim como a maioria da população brasileira, eles não têm conhecimento sobre seus direitos.

4.4.4 Relações políticas da população histórica com o Parque Nacional do Itatiaia

A lei do SNUC (LEI 9.985/2000) traz dois mecanismos que possibilitam o empoderamento das comunidades junto à gestão das unidades de proteção integral: o conselho consultivo e o Termo de Compromisso. O conselho consultivo do Parque Nacional do Itatiaia foi criado 2002 (poucos indivíduos das comunidades sabem da existência do conselho, muito menos qual é sua função), porém a cadeira para moradores, que o Conselho mantém, nunca foi ocupada por qualquer dos membros dessa comunidade, pelo contrário, sempre foi ocupada por associações dos moradores da Parte Baixa do Parque (ICMBIO, 2019).

A articulação entre as UCs e a sociedade civil é um dos aspectos que garantem a efetividade dos objetivos do Conselho. No entanto, a percepção negativa que as comunidades

possuem da UCs, associando-as às funções de fiscalização, punitivas e impedoras do desenvolvimento econômico, impede um diálogo entre as partes. À medida que a gestão é compartilhada, os conselhos criados e incentivados, as comunidades passam a fazer parte do processo e a eficácia das políticas ambientais e sociais para as unidades tendem a aumentar (MMA, 2003).

Dentre as quatro comunidades, só existe uma associação de moradores, a associação de moradores de Serra Negra e Vargem Grande, que se encontra desativada juridicamente. Atualmente, o presidente relatou que isso decorre da falta de união entre eles, embora “seja tudo parente”. As atividades em conjunto são as atividades promovidas pela igreja, como festas beneficentes, para ajudar alguém que precisa de um tratamento médico ou campanhas para a paróquia.

O ensino médio chegou nos anos 2000. Até 2017, cada localidade tinha sala de aula multisseriada, com a transferência das séries finais do ensino fundamental e ensino médio para responsabilidade do estado, os alunos foram concentrados na escola municipal Bruno Fonseca Pinto, em Campo Redondo, bairro rural vizinho. Em Serra Negra, duas salas multisseriadas, que atendem os alunos do ensino fundamental, continuaram em funcionamento. As crianças são transportadas em kombis e fuscas; em tempo de chuva, podem passar dias sem conseguirem chegar à escola, por causa da precariedade das estradas. Em nossas entrevistas, registramos apenas uma pessoa com ensino superior completo, embora saibamos que existem professores formados da comunidade.

O acesso à educação é um dos pilares da democracia, quando isto está ameaçado toda a sociedade está também, a informação constitui-se em uma grande arma, principalmente quando se lida com leis e regulamentos. Não apenas o ensino formal, mas a falta de espaços políticos para discussão dos problemas locais também dificulta a articulação e o enfrentamento, muitas vezes os subjugam a interesses duvidosos de outras partes interessadas no conflito.

4.4.5 Problemas Fundiários

Quando o Parque foi criado, em 1937, toda a sua área pertencia à União, no decreto de criação também cita algumas áreas que seriam de interesse da União. Até os dias de hoje foram editados dois decretos-leis para regularização de algumas propriedades localizadas nos municípios de Itatiaia e Resende, ambos no RJ, os dois são anteriores ao Decreto de

ampliação. O primeiro é o Decreto-Lei nº 685, de 14 de setembro de 1938, indicando lotes para desapropriação:

Art. 1º São declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, em proveito do Parque Nacional de Itatiaia, os lotes de terra do antigo Núcleo Colonial de Itatiaia números vinte e sete (27), trinta e três (33), quarenta e um (41), quarenta e três (43), oitenta e quatro (84), oitenta e seis (86), oitenta e oito (88), noventa e seis (96), e cem (100), todos constantes da planta oficial do citado Núcleo, situados no Distrito de Campo Belo, no Município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 1938).

E o segundo é o Decreto-Lei de 26 de novembro de 1950, pedindo a desapropriação de mais seis terrenos. Nenhum dos dois decretos foi executado e nenhuma desapropriação foi realizada (AAI, 2019). A situação piorou com a ampliação, em 1982, quando quase mais 20 mil hectares foram declarados como área do Parque. Dos 30 mil hectares declarados como Parque, pelo decreto, apenas 11 mil estavam regularizados, que são áreas correspondentes à antiga Reserva Florestal do Itatiaia, criada 100% em de terras públicas em 1914.

A opinião de chefes que por lá passam são diversas. O atual parece ter priorizado ser um morador único no Parque, retirando todos os demais...Minha opinião: que o governo disponibilize muita grana mesmo para comprar as terras no Parque e terminar com os problemas fundiários, mas comece pelas mais importantes estrategicamente, que são aquelas que mencionei, na serrinha, Capelinha, Itamonte, e Bocaina de Minas. O Parque está desprotegido pelos flancos e pelas costas. As terras que o envolvem devem ser compradas primeiro. Somente após adquirir as terras dos flancos e das costas deve-se discutir estas do Núcleo Rural, que possuem não só terras caras. Caras devido à sua posição estratégica e infra-estrutura turística. Mais caras porque as edificações existentes, casas, pousadas, hotéis, são de grande valor, incluindo -se aí os valores dos lucros cessantes daqueles que tem seus negócios no ramo de hotelaria. Dos atuais 30.000 hectares, elas representam pouco mais de 800 hectares. No entanto, o dinheiro que vai se gastaria ali, se houvesse, compra todo o restante e muito mais. Quem quer que esteja no comando desta confusão, não faz contas, quer apenas retirar as pessoas daquele local. E, vai fazer o que com tantos hotéis, pousadas e casas. Já até ouvi falar na insanidade de comprar os hotéis e depois arrendá-los, o que é, no mínimo, suspeito [...] (Relato do ex-diretor do Parque em um grupo virtual, Apêndice 2, 2019).

O ex- diretor faz referência ao caso das compras de propriedades que foram convertidas em casa para os funcionários. Segundo o presidente da Associação Amigos do Itatiaia, a organização, em 2013, interpelou um recurso no Ministério Público Federal Resende (RJ), denunciando a construção e a reforma de propriedade onde morava um dos diretores do parque, pois o mesmo estaria fazendo uma reforma monumental e até construindo uma piscina, ignorando os princípios ecológicos que devem nortear o manejo da área.

Nas comunidades, os moradores sabem que existe a premissa de que eles podem ser desapropriados, mas como demorou mais de 30 anos para começarem as negociações e pela falta de conhecimento das leis e direitos, como Seu Antônio disse, “eles vão levando”:

Nós preserva uai, nós não estraga, nós tira o que nós precisa. E o que você vai fazer? você aqui e eles lá a força tá na mão deles, como eles pode tirar eu daqui e colocar na casa dos outros? Tem que deixar eu aqui no meu barracinho, esse barracinho foi Deus que me preparou, não tinha nada, Deus me ajudou, agora para sair daqui, porque mudar para outro lado não compensa né, tá muito velho, a gente vai tocando assim mesmo. (Trecho da Entrevista com Seu Antônio, 2019)

Para o presidente da Associação de Moradores de Serra Negra e Vargem Grande, Armando, o preço que o Parque oferece pelas terras é muito baixo e a paz, a tranquilidade e a preservação devem ter algum preço, mas devido às pressões confessa que:

A gente chegou numa posição me libera eu quero sair daqui para ter paz, aqui é um lugar de paz, aqui onde a gente mora toda vida foi um lugar de paz, sobre os outros assuntos, mas sobre o Parque, o que tira a paz da gente é o Parque, só isso. Não tem muro em volta da casa, a gente dorme não precisa por chave na porta da casa, garagem tudo aberto, não tem muro de proteção. (Trecho da Entrevista com Armando, presidente da Associação de Serra Negra e Vargem Grande, 2019).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) assegurou o direito ao reassentamento e garantiu a indenização das populações tradicionais que vivem nas áreas de proteção integral e, enquanto o processo não acontecesse, as populações seriam salvaguardas pelo documento, Termo de Compromisso. O dispositivo visa proteger os direitos adquiridos dessas populações históricas, direito de continuar com suas atividades econômicas, direito de construir casa para as futuras gerações, de utilizar os recursos naturais. No caso do Itatiaia, o Parque iniciou as discussões com a população, a partir de 2015, quando realizou audiências públicas junto à comunidade, em virtude da determinação do Ministério Público Federal, em 2012, que atestou a tradicionalidade das comunidades de Serra Negra e Vargem Grande. Porém a tradicionalidade deve ser autodeclarada ou através de laudos técnicos de órgãos reconhecidos; no caso do Itatiaia, eles nem sabiam o que significava população tradicional até a chegada da antropóloga do Ministério Público Federam de Pouso Alegre, MG, (MPF) em 2012.

Em 2018, o Parque realizou uma reunião em Serra Negra para apresentar uma proposta de Termo de Compromisso coletivo, porém a proposta foi rechaçada pelos presentes. Segundo o presidente da Associação, Armando, eles não assinaram o termo, porque tinham medo de que o parque tomasse as terras.

Tenho medo de assinar...eu assumo isso pra você, você gravando, a gente não tem estudo, a gente não sabe o que que é as leis, sabe, houve essas reunião ai para fazer esse negócio de convivência, nós ficamos com medo de assinar, vai que nós assinamos um papel daqui uns anos passou, passou cinco anos vocês não são mais donos, porque vocês assinaram isso daqui, o povo tem medo disso daí, por isso que as reunião não vai muito pra frente por causa disso. O pessoal fica tudo assustado, tudo acuado, tem medo de perder a terra, o lugar que mora, o lugar que foi criado, que tá vivendo [...] Tem uma coisa que a gente queria que eles fizesse, a gente já

falou em várias reunião, vocês pagam o valor que a gente quer e a gente sai. (Trecho da Entrevista com Armando, Presidente da Associação de Serra Negra, 2019)

O Parque nunca fez muito esforço para ajudá-los nesse movimento, pelo contrário. Em outras unidades de conservação, como Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, as comunidades já foram reconhecidas e atuam em parceria com a gestão, que, inclusive, autorizou o uso das queimadas para roças (BORGES *et al.*, 2016). Como assinalou Hoefle e Bicalho (2016), as concepções simplistas com as quais os oficiais da conservação tratam as comunidades históricas acabam transformando essas populações em vítimas, porque, como vimos, eles não são camponeses que somente produzem para sua necessidade, como os oficiais do Parque querem, pelo contrário, como evidenciou Hoefle e Bicalho (2016):

A reprodução social envolve atividades rurais realizadas em uma base de semi-subsistência, que inclui um excedente usado para comprar as necessidades que eles não produzem localmente. Da mesma forma, sua ética ambiental é homoecocêntrica, na qual eles alcançam um equilíbrio entre o que é bom para a humanidade e o que é bom para o ecossistema e não apenas para este último, de acordo com a visão de mundo biológica dos funcionários do Parque (HOEFLE; BICALHO, 2016, p. 14).

5. CONCLUSÕES

Prontamente, é possível perceber a distinção e o não alinhamento entre as partes envolvidas no conflito. A hostilidade e a medição de forças desiguais compõem um cenário impregnado de particularidades que delineiam o presente estudo.

Frente ao cenário caótico de multas e penalidades, houve a intervenção do Ministério Público Federal, Pouso Alegre, MG, em favor das comunidades através do laudo antropológico, conferido em 2012. O documento atesta o caráter tradicional das comunidades de Serra Negra e Vargem Grande, garantindo a possibilidade de negociação de direitos, sendo o primeiro passo na consecução dos objetivos de empoderamento e organização dessas famílias, o que garante tanto a participação no Conselho Consultivo quanto o firmamento do Termo de Compromisso, dispositivos de proteção assegurados pela Lei do SNUC e pelo Decreto 4340/2000. No entanto, eles não contemplam as comunidades de Fragária e Capivara, que são igualmente legítimas. O reconhecimento de tradicionalidade pode vir de uma autodeclaração da comunidade quando esta é organizada e tem consciência de seus direitos, o que não é o caso do Itatiaia.

O Termo de Compromisso, segundo o Decreto 4340/2002, é o mecanismo que regula as condições de permanência das populações tradicionais dentro da unidade, enquanto não acontece o reassentamento. O termo salvaguarda as áreas ocupadas pelas comunidades, a fim de assegurar a conservação da natureza, os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida.

Nesse sentido, verificou-se que o Termo de Compromisso foi apresentado à população de Serra Negra e Vargem Grande em novembro de 2018, excedendo em 16 anos o prazo estipulado no Decreto 4340/2000. O documento foi apresentado durante uma reunião com a comunidade, sem ser anteriormente debatido, impondo o prazo para o reassentamento de cinco anos, o que gerou medo e muitas dúvidas na população, a qual desconhecia a possibilidade. A administração disse que voltaria para debater a questão do reassentamento, o que não aconteceu.

Em novembro de 2019, a gestão apresentou uma nova versão do termo, retirando a cláusula divergente. A estratégia adotada tem sido deixar as audiências públicas e ir visitando as pessoas, de casa em casa, para conseguir assinaturas individuais. Embora não seja uma atitude leviana, é uma maneira de persuadir a fragmentação das decisões, porque não promove o debate e esclarecimento sobre a importância do termo enquanto medida protetiva para

comunidade; ficam expostos as multas e penalidades. A ignorância a respeito da função protetiva do termo desfavorece a comunidade, que é orientada por advogados mal-intencionados a não assinar, o que mantém o fluxo das multas gerando renda através de processos cíveis e criminais. Até o final da pesquisa, apenas uma família tinha assinado o documento. A presença da pesquisa forçou a tomada de postura diferenciada por parte da administração do Parque, ao serem confrontados quanto à omissão em debater, esclarecer e concluir o processo de adesão e assinaturas de todos os agentes envolvidos.

Emerge a reflexão a respeito da responsabilização jurídica em favor da possível parte reclamante (a população), caso esse conceito de justiça fosse acessível a essa comunidade. Resultando às famílias um novo ônus, as penalidades indevidas aplicadas por décadas somam-se ao alijamento da consciência do direito civil aos códigos legais e da necessidade de enfrentamento para alcançá-lo.

A defesa técnica da Administração do Parque Nacional do Itatiaia seria aqui exposta, vale ressaltar que a pesquisa foi autorizada pelo ICMBio, contudo não houve nenhuma manifestação oficial registrada em resposta aos questionamentos realizados durante a entrevista presencial em setembro de 2018 com o diretor-geral interino. Na ocasião, quando questionado a respeito da ausência de um Termo de Compromisso, afirmou que não era do Parque a responsabilidade de reconhecê-los enquanto comunidade tradicional (não seria a omissão desse direito um ato político?). Tal posicionamento guarda intencionalidades, dado que a informação já estava em posse do Parque Nacional do Itatiaia, desde 2012, descumprindo o caráter democrático previsto em lei.

O conselho consultivo do PARNA Itatiaia, não conta com participação ativa das comunidades, pois não existe nenhuma cadeira ocupada pelo segmento. O que vem em desacordo com o artigo 29 da Lei 9.985/2000, que rege a composição dos conselhos consultivos de unidades de conservação de proteção integral. Assim, a democratização das políticas de conservação, da orientação e das chamadas públicas são negligenciadas.

Exemplo disso, são as tomadas de decisão a respeito das áreas prioritárias para desapropriação. Desde a reabertura dos processos de desapropriação, iniciados em 2009, foram adquiridos, majoritariamente, terrenos ao redor de sua sede, nos municípios de Itatiaia e Resende, onde existe uma sociedade civil organizada, representada pela cadeira da Associação Amigos do Itatiaia.

As seis desapropriações que aconteceram nas comunidades decorrem da doação de terras, permitido pelo Código Ambiental de 2012, que versa sobre a compensação de reserva legal. As vendas ocorrem através de corretores representantes de empresas, que chegam até os

moradores e apresentam propostas de compra sem a devida discussão, como prevê a lei do SNUC. Adquirem essas terras e doam para o Parque, o que inverte a lógica do decreto 4340/2000, segundo o qual a prioridade deve ser o reassentamento e não a indenização. Logo, percebemos que a ausência das comunidades no Conselho promove o distanciamento dos conceitos e a negligência involuntária das comunidades frente ao seu destino, à sua realidade e aos seus direitos.

Por parte da administração do Parque, desde a ampliação em 1982 até os dias atuais, caracteriza-se a visão biocêntrica, num processo gradativo de execução da sua lógica de expropriação, visto que a população tem sido cerceada pela perda do direito sobre as terras, bem como das suas práticas tradicionais de manejo e uso dos recursos naturais. A ausência de critérios essencialmente ecológicos, verifica-se nas práticas dualistas, criminaliza-se o uso do fogo, a criação de gado e de abelhas, mas permite-se a criação de truta e a plantação de eucaliptos. Evidenciando a maleabilidade dos parâmetros, ora permissivos, ora opressivos.

Sobre o uso do fogo, reza a tradição que a técnica fertiliza a terra e é essencial para a manutenção do campo nativo e das pastagens plantadas. Segundo os moradores, precisa ser utilizado com responsabilidade, em áreas pré-delimitadas; para isso, possuem técnicas de aceiro, de horário e sazonalidade. Compreendem que se o fogo sai do controle é prejudicial. Nas entrevistas, por diversas vezes, eles concordam com o Parque a respeito do fogo motivado por vingança, ninguém defende, pelo contrário, eles ajudam a apagar, mas a prática acontece de maneira velada.

O fogo para lavoura deixou de ser utilizado, por ser de fácil comprovação e criminalização, sendo geograficamente localizado. Resultado positivo do abandono dessa prática é que hoje existem mais áreas em regeneração, contudo aumentou a dependência de insumos externos, já que a lavoura assegurava a alimentação das criações e da própria família.

Sobre as queimadas, durante muito tempo, a política de fogo zero foi executada pela administração do Parque Nacional. Em 2017, o Programa de Queimadas Controladas foi implantado. Ele prevê a queima dos campos de altitudes, adotando um posicionamento pró-uso do fogo como mantenedor dessa paisagem. O objetivo é reduzir os incêndios nas áreas de floresta e uma tentativa de diminuir as queimadas, muitas consideradas criminosas; de acordo com o Parque, motivadas por vingança dos moradores. Contudo, a população não tem interesse nessa queima controlada que o Programa oferece, porque, para eles, só faz sentido queimar o campo nativo para servir de pastagem, perdendo a função prática que as comunidades tradicionalmente dão ao fogo, pois a gestão do Parque continua proibindo a permanência de animais (gado e equinos) o que torna inócuo o programa.

Ainda segundo a população, os fogos motivados pela vingança são derivados da falta de regularização fundiária e das punições recebidas, conflito clássico entre Parques nacionais e populações residentes ao redor do mundo, em diversos momentos da História. Para Dowie (2009), os atos de desobediência civil provocam uma anarquia decadente, levando a índices negativos de biodiversidade, porque não há acordo possível entre as partes e a irracionalidade do gesto rebelde não prevê as consequências desastrosas para todos.

A visão da população sobre o Parque é dicotômica. De um modo geral, a população afirma que o Parque é uma “coisa boa”, porque ajuda a preservar as matas que eles já viram sendo invadidas por carvoarias, nas décadas de 1950 e 1960. Ao mesmo tempo, dizem que o Parque “não dá sossego”, “vive apertando nós”. Ora age de forma protetiva, ora age de forma austera.

O fogo possui dentro desse contexto uma dimensão simbólica complexa, não é a causa do conflito, mas o traduz, sendo utilizado como uma ferramenta de medição de força, advindo da ausência de democratização e diálogo entre as partes. Dentro de uma perspectiva imparcial que vislumbre a superação de tal problemática, é possível apontar a necessidade de esforços em criações de redes interinstitucionais para o enfrentamento do que é pano de fundo para toda ação danosa: a falta de estrutura educacional para a permanência e sustentabilidade. Afirmando a supremacia de relações éticas com e no meio ambiente, única alternativa possível à manutenção da vida na Terra.

A principal preocupação ambiental da população é a manutenção dos recursos hídricos. A água é essencial para a vida, tem um significado espiritual, chamada como “mãe” e pode morrer. A quantidade de água está relacionada à proteção das matas, das nascentes. A preocupação em relação à poluição da água está presente nos discursos e práticas que buscam conscientizar a cada indivíduo para sua preservação. Evitam despejar lixo nos rios, não existe fossa que desemboque no rio. Não há consenso sobre a criação da truta, embora seja liberada pelo Parque, a atividade é apontada como principal causa da poluição da água, porque os dejetos são jogados nos cursos de água sem nenhum tratamento e apontam a captação indevida dos cursos de água para atender aos poços, o que diminui a caudaliosidade dos rios, impactando não somente a população, como também a própria natureza; os moradores atribuem, ainda, a essa prática a extinção do lambari na região, porque a truta é um predador feroz do peixe, o que influencia o ecossistema.

Sobre o uso de madeira, para o Parque, a floresta deve manter-se intangível, para continuar preservando seus atributos primitivos, ou as matas primárias que ainda existem, não é admitido nenhuma retirada de madeira nem coleta de lenha seca dentro do Parque. Já para a

população, a floresta é um recurso que eles devem proteger, mas também utilizar. A madeira serve para lenha e construção de casas; eles ainda conhecem as espécies e sabem qual madeira serve para que. Eles podem arrancar uma árvore morta, mas precisam de uma autorização oficial. Em contrapartida, não possuem orientação de quem é a responsabilidade de liberar; antes era o governo de Minas e agora é a APA da Mantiqueira. Eles alegam que a maior perda é a retirada de candeia para construção de cercas. Passaram a utilizar mais o fogão a gás e o chuveiro elétrico, porque o metro cúbico de eucalipto custa 70 reais. O uso da floresta era realizado de modo rotativo, mantém uma reserva de mata, onde retiram as árvores mais grossas e deixam as mais finas, continuam fazendo a atividade na ilegalidade, porque precisam dos recursos. Não identificamos contrabando de madeira nem associação com madeireiros. A presença da população pode ser vista como uma vigilância constante contra invasores e grileiros.

A coleta de lixo é responsabilidade do município de Itamonte, que tem posto de coleta em Serra Negra e Vargem Grande; em Fragária e Capivara passa, eventualmente, o caminhão do lixo. O Parque não tem nenhuma política de conscientização sobre produção e nenhum programa de descarte seletivo, ficando a encargo do município, quando, esporadicamente, resolvem ir recolher. Não são isolados os casos de queima de todo o tipo de resíduo. Observou-se que em Campo Redondo, a Escola Municipal Bruno Fonseca Pinto, que atende a região, possui um projeto Ponto de Entrega Voluntária (PEV), que seleciona e comercializa o lixo reciclável, contribuindo para a limpeza e o descarte adequados dos resíduos. A preocupação brotou no seio da comunidade, sem nenhum incentivo institucional, seja do Parque, seja do município. A escola vem mobilizando as comunidades para reflexão, tanto sobre o consumo quanto para o descarte e reaproveitamento dos resíduos. Não há nenhuma ação do Parque frente à questão do lixo, dado que o mesmo ignora a problemática.

As atividades que incitam conflitos são o uso do fogo, retirada de madeira e construção civil, passíveis de penalidades. Ao serem multados, além do impacto econômico direto da economia familiar, os relatos, majoritariamente, apontam para o constrangimento frente aos outros membros da comunidade, violando o código ético moral e cristão que rege as relações interpessoais do grupo. A multa é associada a uma vergonha, que desestabiliza a saúde emocional, diminuindo a autoestima, culminando em casos de depressão, separações conjugais, rugas domésticas entre outros tantos impactos incalculáveis no seio familiar. Provocando o abandono das terras, minando a potência de agir no lugar, diminuindo a renda, as penalidades facultam a quebra da articulação do grupo, pois, ao serem incentivados a se

denunciarem entre si, perdem a unidade e identidade, fragilizando a coletividade, reduzindo a quase zero a articulação política, administrativa e social.

O contexto de compra e venda de terrenos sofre influência direta do Parque. A presença da unidade de conservação é um fator determinante na chegada de pessoas interessadas na especulação imobiliária, devido à oferta de qualidade de vida. As áreas mais procuradas são aquelas que possuem atrativos naturais, como cachoeira, rios, belas vistas ou estão localizadas perto de estradas. As pessoas que têm terras na beira do rio ou fora do Parque possuem mais possibilidades de venda. Nesse caso, a presença do Parque estimula a valorização comercial dos terrenos, mas embarga a livre comercialização entre as partes envolvidas no negócio, por ter prioridade sobre as transações de áreas que estão dentro da unidade, o que, internamente, gera uma desigualdade social entre os que podem vender e os que não podem ou não devem, já que o valor ofertado, quando há interesse do Parque pela propriedade, é cerca de vinte vezes inferior ao preço de mercado.

A população vê na venda dos terrenos uma maneira de complementar a renda e fazer investimentos na propriedade, como reformar as casas, aquisição de automóveis, construir chalés e incrementar a atividade de turismo, o que acaba provocando o parcelamento do solo e aumentando a pressão sobre os recursos hídricos, principalmente.

A especulação fundiária sobre essas áreas naturais, para Harvey (2016), implica no cercamento de bens naturais comuns. Os grupos capitalizados tornam-se os donos da natureza e passam a regular o acesso a recursos que são encontrados em lugares geográficos específicos. A grande mudança é que essas novas propriedades constroem cercas e colocam cadeados impedindo o acesso às cachoeiras e ao Rio, o que antes, quando era de posse da população local, era compartilhado. Além disso, muitas dessas casas são transformadas em casas de temporada, gerando uma oportunidade de lucrar e prosperar, aumentando a renda em cima de bens comuns do mundo natural. Desse modo, podemos concluir que as políticas de unidades de conservação, ao recriar o espaço rural, facilita a acumulação do capital.

A realidade do proletariado surge como uma maneira de capitalização frente às necessidades de sobrevivência. Esse processo incide tanto sobre a população que fica quanto sobre a população que vai embora. No caso, o estudo se propôs a analisar a população residente e qual medida esses empregos têm relação com o Parque. Essa relação é 100% oriunda da instituição.

Notamos que não existe um fábrica, agroindústria ou coisa do tipo, mas sim funções de semiproletariado, as quais são exercidas totalmente na informalidade; só houve um relato

de um trabalhador de carteira assinada, o restante trabalha em empregos onde se ganha por diária.

Os moradores estão há 30 km do centro urbano mais próximo, a vida no campo proporciona um menor consumo de produtos industrializados, mas não estão isentos dos aspectos do capitalismo. O que se identificou que essas famílias possuem práticas de consumo e de acumulação diferenciada das populações urbanas. Elas querem solidez patrimonial, casa, carro, maquinário; não estão em busca de status quo, produtos caros ou a necessidade de frequentar determinados lugares, o que não os tornam alheios ao processo de capitalização e globalização.

Em seus estudos, Harvey (2016) pensa o homem como um ser dependente dos recursos naturais. As políticas de conservação de proteção integral, ao privar essas populações dos recursos naturais, passam a transformá-las em dependentes do sistema. Para o autor em questão, é uma estratégia de monetizar a natureza, pois o capital transformou a questão ambiental em um grande negócio, uma estratégia de acumulação. Qual seria o papel do Parque nesse contexto? Como conservar os recursos naturais e ao mesmo tempo promover uma melhoria da qualidade de vida dessa população?

A visão biocêntrica da conservação da natureza não tem nenhuma responsabilidade sobre o desenvolvimento socioeconômico humano. A responsabilidade de um parque nacional é estritamente com os componentes não humanos para preservação de ecossistemas considerados “de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

Porém, como o Estado brasileiro vai gerir essas populações que vivem nas áreas de conservação integral? Expulsando-as para cidade? Empurrando-as para as periferias? Deslocando a desigualdade social? Não é repetir os discursos dos malefícios do êxodo rural, mas propor uma intervenção prevista em lei, cuja função é equilibrar a ação do homem na natureza, na forma de unidades de conservação de uso sustentável. Nas unidades de uso sustentável, o governo tem responsabilidade com o desenvolvimento socioeconômico dos humanos e da conservação dos recursos naturais. Esse tipo de pensamento, ecohumanocêntrico, o que se tem é uma visão holística do gerenciamento racional dos recursos naturais, propondo uma economia gerada a partir da conservação. Ao invés de ficar em guerra sem fim contra o gado, por que não incentivar atividades, como a coleta do pinhão, que possui uma rentabilidade razoável para as famílias? Imagina o número de araucárias quadruplicado? Hoje, por causa da dependência do gado, é necessário roçar os pastos; nessa

roçada, realizada com máquinas, corta-se tudo, o que vemos na paisagem são araucárias velhas que foram deixadas pela geração que limpava os pastos com ferramentas manuais. Além disso, o próprio desentendimento com a gestão do Parque leva ao uso irracional, pois eles dizem: “para que eu vou deixar essa árvore crescer se eu não vou poder arrancar?”

Na região, existem pessoas com empresas de corte de candeia ganhando milhões com a exportação da madeira para retirada do óleo, enquanto essas populações não conseguem licença para arrancar uma quantidade que dê para fazer uma cerca. O que está acontecendo? Porque essas pessoas não podem plantar candeia para vender como os grandes empresários, se quem libera a licença para arrancar a madeira é o mesmo órgão?

Desse modo, o Parque nacional é entendido como uma política colonialista, dado que que serve a atender aos interesses do capitalismo que desloca a responsabilidade de preservar o meio ambiente para as populações rurais.

Nesse contexto, a unidade de conservação impulsiona relevante transformação das relações de trabalho, sobretudo sobre a captação de mão de obra, a qual passa a configurar como assalariada. As pessoas são induzidas a pensarem que esta desapropriação do tempo e dos fazeres típicos de sua história devem ser substituídos por uma nova lógica que troca tempo por dinheiro, o que implica perdas reais no modo de transmissão de conhecimentos desta comunidade. Passando a estar em perfeita harmonia com a globalização que cerceia modos distintos específicos, anula as singularidades sobretudo das comunidades tradicionais, que dependem do encontro, da tradição oral, das festas, dos costumes, cujo desaparecimento é previsível, já que o tempo sobre essa perspectiva neoliberal está ocupado sem ócio criativo, sem prosa boa e descompromissada, sem “causos”, sem modas, sem mitos, ou seja, sem graça.

Enfim, podemos dizer com tudo isso que, quando a vida assume outra perspectiva, que agora privilegia a acumulação de bens como objetivo central de existir, seu modo de perpetuação e transmissão de valores sofre abrupta cisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, p. 73-78, 1997.

ADAMS, M, W, MULLINGAN, M. **Decolonizing Nature: Strategies for Conservation in a Post-Colonial Era**. London: Earthscan, 2003. 1-16p.

BENATTI, José. Unidades de Conservação e Populações tradicionais: aspectos jurídicos. In: **Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação**, 1996. Anais. Brasília: SIPHUC, p. 33-37.

BORGES, SÍLVIA LAINE et al. Manejo do fogo em veredas: novas perspectivas a partir dos sistemas agrícolas tradicionais no Jalapão. **Ambiente e Sociedade**, v. 19, p. 269-294, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC20150020R1V1932016>. Acessado em: 20/11/2017.

BRANDÃO GORGES, Júlia Lima. **O Conservacionismo em Ação: o Parque Nacional de Itatiaia e a Administração de Wanderbilt Duarte de Barros (1943-1957)**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/qQo2nD>. Acessado em: 10/03/2018.

BRASIL. **Lei N. 4771 de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <https://goo.gl/BE9B3i>. Acessado em: 10/12/2017.

_____. **Lei N. 5197, de 03 de janeiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: <https://goo.gl/KpSpd5>. Acessado em: 20/05/2018.

_____. **Decreto N. 84.017, de 21 de setembro de 1979**. Regulamento de Parques Nacionais. Disponível em: <https://goo.gl/Tf9MeP>. Acessado em: 20/05/2018.

_____. **Decreto N. 87.586, de 20 de setembro de 1982**. Amplia a área do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto n. 1713, de 14 de janeiro de 1937 e dá outras providências. Disponível em: <https://goo.gl/uSyCWZh>. Acessado em: 15/01/2018.

_____. **Lei N. 9985 de 8 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União em 19/07/2000.

_____. **Decreto N. 23.793 de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <https://goo.gl/EzcFsk>. Acessado em: 10/12/2017.

_____. **Decreto N. 1.713 de 14 de junho de 1937**. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Disponível em: <https://goo.gl/EzcFsk>. Acessado em 20/08/2017.

_____. Decreto-Lei Nº 685, de 14 de setembro de 1938. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, vários lotes de terra do antigo núcleo Colonial de Itatiaia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-685-14-setembro-1938-349235-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 10/11/2019.

_____. **Decreto Nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acessado em: 20/08/2018.

_____. **Decreto Nº 4.340, de 22 De Agosto de 2002** Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm. Acessado em: 20/08/2018.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acessado em 20/08/2017.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho.** Rio de Janeiro: Itatiaia, 1976.

CARNEIRO DA CUNHA.; ALMEIDA, M. Populações indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia. In: CAPOBIANCO, J. P., R. et al. Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001, p. 184-193.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. Proteção do patrimônio natural brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961). 2017. 219 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

Centro Ecumênico de Documentação e Informação, CEDI. **Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90.** São Paulo: CEDI, 1991.

Convenção Sobre Diversidade Biológica. Decreto Legislativo nº 2, de 1994.

Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). **Discurso de Chico Mendes.** (arquivo de áudio), 1987.

RESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DEAN, W. **A ferro e fogo: A história da devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Ed. Hucitec. 1996.

DIEGUES, A. C e VIANNA, Lucila Pinsard. **Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação e Mata Atlântica.** Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP, 1995.

DOWIE, Mark. **Conservation refugees: the hundred-year conflict between global conservation and native people**. Cambridge: The MIT Press, 2009.

ENRICH G.A.R., AZZONE R.G., RUBERTI E., GOMES C.B., COMIN-CHIARAMONTI P. Itatiaia, Passa Quatro and São Sebastião island, the major alkaline syenitic complex from Serra do Mar region. In: Comin-Chiaramonti P. & Gomes C.B. (eds.) Mesozoic to Cenozoic alkaline magmatism in the Brazilian Platform. São Paulo, EduspFapesp, p.419-441. 2005.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EUA. Parques nacionais, patrimônios nacionais. In: **eJournal USA**, v. 1, n. 7, 2008. Disponível em: <http://www.america.gov/publications/ejournals.html>. Acessado em: 10/07/2018

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EUA. **WILDERNESS ACT**, Disponível em: https://www.nps.gov/parkhistory/online_books/anps/anps_6b.htm. Acessado em: 10/08/2018. **1964**.

FBDS. **Cadernos FBDS 3: O Parque Nacional Do Itatiaia**. Rio de Janeiro:Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2000.

FALLEIRO, R.d.M., M.T. Santana e C.R. Berni. 2016. As Contribuições do Manejo Integrado do Fogo para o Controle dos Incêndios Florestais nas Terras Indígenas do Brasil. *Biodiversidade Brasileira* 6: 88–105, 2016.

FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. **História (São Paulo)** v.32, n.2, p. 21-48, 2013.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Myers, R.L. **Convivendo com o fogo – Manutenção dos ecossistemas & subsistência com o Manejo Integrado do Fogo**. The Nature Conservancy. 36p. 2006.

FORSYTH, Tim. **Critical Political Ecology**. New York: Roudtlege. 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. New York: Basic Books, 1973.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HEINE, Heinrich. Contribuição à história da religião e filosofia na Alemanha, São Paulo: Iluminuras. 1991.

HOEFLE, Scott, BICALHO, Ana Maria Souza Mello. Nature enclosures: historic peasants versus public and private conservation units of the Paraguay River in the Pantanal wetlands of western Brazil. **Belgeo [online]**, v. 4, 2016. Disponível em: <http://belgeo.revues.org/19677>. Acessado em: 22/09/2017.

HOEFLE, S. W.. Colonialismo carbônico na Amazônia? Espaço Aberto (UFRJ), v. 3, p. 101-123, 2013.

HOEFLE, S. W. Além da sociedade-natureza com a mais-que-Geografia Humana: Por uma teoria transdisciplinar de ética ambiental e visão do mundo. In: Sposito, E.S.; Silva, C.A.; Sant'Anna Neto, J.; Melazzo, E.V.. (Org.). *A Diversidade da Geografia Brasileira*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2016, v. , p. 467-505.

HOEFLE, S. W. Conservation Refugees and Environmental Dispossession in 21st Century Critical Geography. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, v. 84, p. 1-33, 2020.

HOEFLE, SCOTT. **Ghosts in the Forest: The Moral Ecology of Environmental Governance toward Poor Farmers in the Brazilian and US Atlantic Forests**. In GRIFFON C, JONES R, ROBERTSON, I (Org.). **Moral ecologies: histories of conservation, dispossession and resistance**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017 (em impressão).

HUBNER, B. Daniel. **Um turismo de base comunitária para o Parque Nacional do Itatiaia: estudo sobre conflito socioambiental em unidade de conservação**. 2013. 275 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

IBDF/FBCN. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia**. Brasília: IBDF-FBCN. 206 p.1982.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2009. **Primeira monitoria e avaliação assistida dos instrumentos de planejamento da Parte Baixa do Parque Nacional do Itatiaia**. Brasília, 2009.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2013. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia**. Brasília, 2013.

ITAMONTE, MG. **Famílias cadastradas no posto de saúde familiar do distrito de Campo Redondo**. Secretaria municipal de Saúde de Itamonte, MG, 2015.

JACOBY, K. **Crimes Against Nature: Squatters, Poachers, Thieves, and the Hidden History of American Conservation**. California University Press, Berkeley, 2014.

LIMA, Débora. **Movimento sócio-ambiental: significados para a conservação da biodiversidade**. In: Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de conservação, 1996. p 76-79. Brasília.

LIMA, Roberto C. A. **Nas trilhas de Campo Redondo: no mundo de Campo Redondo**. 1997. 119 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1997.

KELLY-REIF, K, e WING, S. **Urban-rural exploitation: na underappreciated dimension of environmental injustice**. *Journal of Rural Studies*, 47, p. 350-358, 2016.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MARTINS, Geraldo Inácio. Camponeses em reterritorialização: os veredeiros atingidos pelo Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, norte de Minas Gerais. In: **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, XXI, 2012. Anais. Uberlândia: UFUR, 2012.

MEDEIROS, Rodrigo; PEREIRA, Gustavo Simas. Evolução e implementação dos planos de manejo em parques nacionais no estado do Rio de Janeiro. **Rev. Árvore**, Viçosa, v. 35, n. 2, p. 279-288, Apr. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622011000200012&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 01 de Mar. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0100-67622011000200012>.

MINAS GERAIS. **Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013**. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. 2013. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30375>. Acessado em 15/11/2017. Ministério Público Federal - Pouso Alegre, MG. **Lauda Antropológico das comunidades tradicionais de Serra Negra e Vargem Grande**. Parecer 095/2011.

MMA – **Ministério do Meio Ambiente**. Roteiro Metodológico de Planejamento para Unidades de Conservação de Proteção Integral – Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas. Brasília, 2003.

MOREIRA, A, ANDERSON, A. Unidades de Conservação no Brasil: populações tradicionais, Estado e sociedade. In: **Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de conservação**, 1996. Anais. Brasília: WWF, 1996.

NORDENSON, Catherine S. **Depositions: Roberto Burle Marx and Public Landscapes under Dictatorship**. Austin: University of Texas Press, 2018.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

PEET, R; ROBBINS, P; WATTS, M. **Global Political Ecology**. New York: Routledge, 2011, p. 1-49.

RIBEIRO FILHO, Alexandre Antunes. **Impactos do sistema agrícola itinerante sobre os solos de remanescente de Mata Atlântica com uso e ocupação por comunidades quilombolas no Vale do Ribeira** (São Paulo, Brasil). 2015. Tese (Doutorado em Ecologia: Ecossistemas Terrestres e Aquáticos) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.41.2016.tde-14012016-165217. Acesso em: 2020-03-09

ROCHA, Leonardo G. M. da, DRUMMOND, José Augusto, GANEM, Roseli Senna. **Parques Nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução**. Revista de Sociologia e Política, v. 18, n. 36, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31639>>. Acesso em: 15/09/2017.

Debate público realizado durante o Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação: **Presença Humana em Unidades de Conservação**, PHUC, 1996. Anais. Brasília. 1996.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. **A invenção do Itatiaia**. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

SILVA, Graziano da. **O que é questão agrária?**. Brasília: Brasiliense. 1980.

STEINHART, Edward. **Black poachers, white hunters: a social history of hunting in colonial Kenya**. Oxford: Currey, 2006, p. 177-184.

TOMZHINSKI, Gustavo W. **Análise geocológica dos incêndios florestais no Parque Nacional do Itatiaia**. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

URBAN, Teresa. **Saudade do Matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil**. Curitiba: Ed. UFPR. 1998.

VALLEJO, Renato L. **Tempo, espaço e contradições de áreas naturais. As políticas públicas e a conservação ambiental no estado do Rio de Janeiro (1975 a 2002)**. Niterói: Alternativa, 2017.

VIOLA, E. J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: Goldenberg, M. (Org.) **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan. 1992, p. 49- 75.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

Zaluar, L. T. H. O manejo Integrado do Fogo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. In: **Simpósio de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, 2º**, 2018. Petrópolis.

Associação Amigos do Itatiaia. **Núcleo Colonial Itatiaia**. [Página na internet]. Disponível em: <https://goo.gl/PpUxZL>. Acessado em 21/06/2018.

União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN. **Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN**. [página na internet]. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org/>. Acessado em: 10/04/2018.

ICMBIO. **Conselho Consultivo do Parque Nacional do Itatiaia (CCPNI)**. [página da internet]. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/conselho-consultivo.html>. Acessado em: 10/03/2018.

Ministério do Meio Ambiente. **Parque Nacional do Itatiaia regulariza mais 92 hectares, MMA**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/15445-parque-nacional-do-itatiaia-regulariza-mais-92-hectares.html> >. Acesso em: 10 dez. 2019

ISA. **ICMBio retoma regularização fundiária do Parque de Itatiaia 50 anos após última desapropriação**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/es/noticia/78751>. Acessado em: 10 de dez. 2019

ICMBio. **Itatiaia recebe a doação de 9 áreas como CRL**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9606-itatiaia-recebe-a-doacao-de-9-areas-como-crl> > . Acesso em: 30 out. 2019

ICMBio. Instituto desapropria 138 mil hectares e acelera regularização fundiária das UCs. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/noticias1/icmbio-5-anos/3296-instituto-desapropria-138-mil-hectares-e-acelera-regularizacao-fundiaria-das-ucs>> Acessado em: 30 out. 2019

ICMBio. Boletins. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/o-que-fazemos/pesquisa/boletins.html>> 30 out. 2019

APÊNDICE A – DECRETO DE AMPLIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA

DECRETO Nº 87.586, DE 20 DE SETEMBRO DE 1982

Amplia a área do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto n. 1713, de 14 de janeiro de 1937 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e nos termos do artigo 5º, alínea "a", da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

DECRETA:

Art. 1º. Fica ampliada de 11.943 hectares para 30.000 hectares, aproximadamente, a área do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto nº 1.713, de 14 de janeiro de 1937.

Parágrafo Único - A área de que trata este artigo está compreendida dentro do seguinte perímetro: Inicia na margem direita da BR-354 no sentido do Rio de Janeiro para Minas Gerais no ponto de coordenadas E=523.670m e N=7.527.760m; deste ponto segue no rumo norte com uma distância aproximada de 6.350m até a coordenada E=523.700m e N=7.533.160m; daí, segue o divisor de águas do Rio da Colina e do Córrego da Jiroca até coordenada N=7.534.150m e E=523.100m; deste ponto segue pelo divisor de águas das bacias dos Córregos Jiroca e João Vieira até o ponto de coordenadas N=7.532.730m e E=527.390m, passando pelas cotas 2039 e 2069; deste ponto segue em linha reta até a coordenada E=529.050m e N=7.530.790m, localizada na Serra da Vargem Grande; deste ponto segue em linha reta até a coordenada E=531.900m e N=7.533.000m; daí segue em linha reta até o ponto da cota 1839 e coordenadas E=533.350m e N=7.535.250m; desse ponto segue novamente em linha reta no rumo norte até o ponto de coordenadas E=535.400m e N=7.536.000m; desse ponto segue pelo divisor de águas com aproximadamente 1.800m até a coordenada E=536.350m e N=7.537.170m; desse ponto segue em linha reta no rumo nordeste até as coordenadas E=538.000m e N=7.537.850m; desse ponto pelo divisor de águas até o pico do Alto do Mirantão; daí pelo divisor de águas das bacias do Rio Grande e do Ribeirão dos Dois Irmãos, saindo do divisor e cortando o Rio Grande nas coordenadas E=542.000m e N=7.539.470m; desse ponto segue pelo Divisor de águas do Rio Grande e do córrego do Mirantão nas coordenadas E=543.700m e N=7.540.200m; desse ponto segue em linha reta até as coordenadas E=544.200m e N=7.544.200m; daí em linha reta até as coordenadas N=7.539.000m e E=544.200m; desse ponto no sentido leste e em linha reta até as coordenadas E=546.250m e N=7.539.000m; desse ponto segue no rumo sul em linha reta até as coordenadas E=546.250m e N=7.537.150m; desse segue no rumo oeste em linha reta até o ponto de coordenadas E=544.200m e N=7.537.150m; desse ponto segue no rumo sul em linha reta até o ponto de coordenadas E=544.200m e N=7.535.750m; daí, segue pela crista do morro, no rumo oeste até as coordenadas E=545.530m e N=7.535.600m; desse ponto segue em linha reta no rumo sul até as coordenadas E=545.510m e N=7.534.520m; desse ponto segue no rumo sudoeste até as coordenadas E=543.000 e N=7.533.740m; desse ponto em linha reta no rumo oeste até as coordenadas E=540.550m e N=7.533.740m; desse ponto em linha reta pelo rumo sul até as coordenadas E=540.550m e N=7.532.620m; daí no rumo leste em linha reta até as coordenadas E=541.200m e N=7.532.620m; desse ponto no rumo sul e em linha reta até as coordenadas E=541.200m e N=7.532.420m; desse ponto em linha reta no rumo leste até as coordenadas E=541.800m e N=7.532.400m; daí em linha reta até as coordenadas E=541.800m e N=7.532.350m; desse ponto em linha reta no rumo oeste até as coordenadas E=542.120m e N=7.532.350m; daí, em linha reta no rumo sul até as coordenadas

E=542.120m e N=7.532.060m; desse ponto em linha reta até as coordenadas E=541.700m e N=7.532.210m; daí, em linha reta no rumo oeste até as coordenadas E=539.300m e N=7.532.210m; desse ponto em linha reta no rumo sul até o ponto de coordenadas E=539.350m e N=7.530.500m no Rio Preto; desse ponto desce aproximadamente 300m pela margem direita do Rio Preto, até a confluência do primeiro igarapé; dessa confluência sobe este igarapé pela margem direita até o ponto de coordenadas E=539.500m e N=7.530.120m; desse ponto segue em linha reta no rumo oeste até as coordenadas E=541.620m e N=7.530.120m; desse ponto em linha reta no rumo sul até o ponto de coordenadas E=541.620m e N= 7.529.300m; desse ponto segue no rumo leste em linha reta até as coordenadas E=541.800 e N=7.529.300m; desse ponto segue em linha reta no rumo sul até as coordenadas E=541.800m e N=7.528.350m; desse ponto segue em linha reta no sentido leste até as coordenadas E=542.350m e N=7.528.350m; desse ponto segue o divisor de águas das bacias dos córregos do Pavão e dos Cruzes e do Rio Marimbondo até a coordenada E=541.260m e N=7.527.480m; desse ponto segue pelo rumo sudoeste e em linha reta até as coordenadas E=541.120m e N=7.525.150m; desse ponto segue o rumo sudoeste em linha reta até as coordenadas E=544.230m e N=7.522.260m; desse ponto, segue no rumo sul e em linha reta até as coordenadas E=544.230m e N=7.521.250m; desse ponto segue em linha reta no rumo leste até as coordenadas E=544.530m e N=7.521.250m; desse ponto segue em linha reta no rumo sul até as coordenadas E=544.500m e N=7.517.700m; desse ponto segue em linha reta na direção oeste até o ponto de coordenadas E=542.850m e N=7.517.700m; desse ponto, segue em linha reta no rumo norte até as coordenadas E=542.870m e N=7.517.900m; desse ponto, segue no rumo oeste em linha reta até as coordenadas E=542.600m e N=7.517.900m; desse ponto segue no rumo sul até as coordenadas E=542.600m e N=7.517.100m; desse ponto, segue no rumo oeste até atingir a margem direita do igarapé de coordenada aproximada E=542.300m e N=7.517.070m; desse ponto, desce o igarapé até as coordenadas E=542.320m e N=7.516.920m; desse ponto, segue rumo oeste até atingir as coordenadas E=541.750m e N=7.516.950m; desse ponto no rumo sul até as coordenadas E=541.750m e N=7.516.600m; desse ponto, segue no rumo sul, até atingir as coordenadas E=542.000m e N=7.515.600m; divisor do lote número 22; desse ponto, sobe o Rio Campo Belo, pela margem esquerda, até o ponto de coordenadas aproximadas E=540.960m e N=7.515.800m; desse ponto segue o divisor dos lotes 13, 15 e 17 até o ponto de coordenadas E=538.950m e N=7.516.730m; desse ponto segue no rumo noroeste em linha reta até as coordenadas E=534.450m e N=7.519.650; desse ponto, segue em linha reta no rumo noroeste até a coordenada E=527.140m e N=7.524.850m; desse ponto segue em linha reta e no rumo oeste até a BR-354 até encontrar o ponto inicial dessa descrição.

Art. 2º. É o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF autorizado a promover o manejo da área que por força deste Decreto passa a integrar o Parque Nacional de Itatiaia.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de setembro de 1982; 161º da Independência e 94º da República.

JOÃO

FIGUEIREDO

Angelo Amaury Stabile

APÊNDICE B - FÓRUM LISTA AGROFLORESTAL

The screenshot shows the Facebook interface for the 'Lista Agroflorestal' group. At the top, there is a navigation bar with links for 'Início', 'Mail', 'Notícias', 'Esportes', 'Finanças', 'Celebridades', 'Vida e Estilo', 'Cinema', 'Respostas', 'Ficar', and 'Mais'. Below this is a search bar labeled 'Buscar conversas' and buttons for 'Buscar em Grupos' and 'Buscar na Web'. On the right side of the search bar, there are icons for 'Entrar', 'Mail', and a settings gear. On the left side, there is a vertical menu with links for 'Tema', 'Privacidade', 'Direitos', 'Feedback', 'Ajuda', and 'Slog'. The main content area features the group name 'Lista Agroflorestal' and the description 'Grupo Restrito, 308 membros'. Below the name are tabs for 'Conversas', 'Fotos', 'Arquivos', and 'Mais'. There is a small empty box on the left and a button labeled 'Exibir' on the right. At the bottom, the text 'PNI - Ao Paulo' is visible.

Buscar conversas

Buscar em Grupos

Buscar na Web



Entrar



Mail



[Termos](#)
[Privacidade](#)
[Diretrizes](#)
[Feedback](#)
[Ajuda](#)
[Blog](#)

Oi Paulo.

Eu acho que cabe aqui no grupo agroflorestal este debate sobre o futuro do PARNA Itatiaia. Entendendo que todo agrofloresteiro é um amante da natureza brasileira acima de tudo.

O seu relato e todo o seu e-mail foi muito legal e importante. Remete à nossa história brasileira. Aos que não leram, ele segue abaixo do meu.

Mas eu vou simplesmente me ater à questão ÉTICA.

Ex1: A lei nacional prevê que existam x vagas em colégios para um grupo de cada 100 brasileiros. Devemos estar em menos da metade disto.

Ex2: A lei nacional prevê que existam x presídios para um número determinado de mandatos de prisão. Devemos estar à menos de um décimo disto.

Em resumo, a lei manda muitas coisas que não se consegue APLICAR na prática.

Dai eu te pergunto Paulo e por que não, pergunto para todos: O QUE DEVEMOS FAZER ENTÃO? MUDAR AS LEIS? ADAPTÁ-LAS A NOSSA MEDIÓCRE REALIDADE?

Pois é pura e simplesmente ISTO o que querem os amigos e moradores de Itatiaia. SÓ ISTO, NADA MAIS QUE ISTO.

Querem mudar a lei para que ela se encaixe na realidade. QUE REALIDADE?

A deles com certeza.

Não é isto? Não é esta a forma mais FÁCIL de se vencer um problema?

Falemos das questões ecológicas em jogo.

Acho que você tá perfeito e tem conhecimento de causa como poucos ao afirmar que as áreas do Núcleo Colonial não são as mais prioritárias do ponto de vista estratégico/ecológico. Você cita com enorme saber que as áreas prioritárias estão nas encostas mineiras e nas demais áreas citadas. Te dou total razão.

Você diz que estas áreas devem ser as primeiras a serem regularizadas. Novamente eu concordo contigo.

Mas e a ação da AAI? Não tem como eu concordar com eles.

E sabe porque? Porque se eu concordar com eles, eu desisto desta M.... de País.....

Eu não concordo com eles. Eu confio ainda num futuro para o Brasil. Numa nova fase futura.

Ecológicamente falando, estes 800 Ha do Núcleo, representam uma grande possibilidade de uma futura restauração florestal. Vocês podem me dizer: "Não viaja..." Mas eu te peço para que você pense estrategicamente/ecologicamente e olhe para a atual situação da cobertura florestal nativa do Vale do Paraíba Fluminense. O que restou deste ecossistema???

Nada. Certo?

É estratégica ou não a proteção destas áreas que os moradores NADA NATIVOS ocupam?

Você tem condições de me responder. Eu pergunto, pois sinceramente tenho dúvidas.

E é isto pessoal. Uma democracia de verdade, todos falam, todos escutam, todos têm direitos. O que não se pode é praticar o JOGO SUJO. Esta em jogo o futuro da Mata Atlântica e de todas as Unidades de Conservação do Brasil. Isto abrirá um precedente GRAVE para as demais UC's brasileiras....

GRAVE

Hasta la vista pueblo :)

Daniel Kurupira
EMAIL DO PAULO

Oiah Kurupira!

Já fui chefe daquela maravilha. Estou na Espanha para um curso de Agroecologia e como acompanhamento as discussões do grupo, não vou deixar de dar minha visão sobre o assunto.

Buenos, apenas para contextualizar: fui chefe do Parque Nacional do Itatiaia 1977 até 1980, quando fui para Brasília para chefiar a Divisão de Parques Nacionais brasileiros. Isto foi no IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

Em 1978, juntamente com meu grande amigo o Professor Biólogo de corpo e alma Dr. Élio Gouvea, apresentamos um projeto para a ampliação dos limites do Parque Nacional de 11 mil hectares para 30 mil hectares. Por conta deste trabalho eu e o Élio passamos a ser perseguidos. Era ainda Ditadura.. Presidente do IBDF um coronel da Aeronáutica, chamado Galuf, nomeia para delegado do IBDF no Rio, um coronel da PM, já pensou!!!

A chefe do Departamento de Parques Nacionais a época, Maria Tereza Jorge Pádua, que criou a FUNATURA e já é aposentada, valorizou meu trabalho e me deu fuga para Brasília, antes que ... sei lá né!

Pois bem, fui para o cargo de Chefe da Divisão de Parques Nacionais brasileiros, e pude lutar mais ainda pelo Parque, que conseguimos a sua ampliação em pleno governo do general Figueiredo, em 1982.

Mais tarde, fui para o Parque, como chefe da equipe para escrever o Plano de Manejo. Naquele documento, nossa equipe fez uma proposta para mudar a categoria de manejo, da parte ocupada pelas terras do antigo Núcleo rural de Itatiaia. Este Núcleo foi criado pelo governo brasileiro, para receber imigrantes refugiados da II guerra mundial, com a finalidade de produzir frutas de clima temperado.

Ocorreu que a maioria dos imigrantes eram de todo tipo de gente, menos agricultores, embora algumas exceções tenham existido, como o Simom, um velhinho muito simpático que conheci de perto e que tinha uma grande paixão por orquídeas, que cultivava com muito amor em sua estufa, no Hotel Simom.

Tenho um amor especial por aquelas motanhas, as quais tive o privilégio de explorar com amigos de infância e adolescência do Rio de Janeiro, cidade amada.

Pois bem, as propriedades do antigo Núcleo, segundo os relatos dos antigos se instalaram em terrenos que foram primeiramente desflorestado para a retirada de madeiras, para exploração de palmitos, para a produção de carvão e convertidas em fazendas para produção de café, pastagens e pomares.

Mais tarde, depois de ter sido uma reserva biológica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o movimento de conservacionistas brasileiros, influenciados pela criação do Yellowstone, o primeiro parque nacional do mundo, criaram a maravilha do Itatiaia para as presentes e futuras gerações. É claro que nem passava pelas mentes da época que a fragmentação dos ecossistemas atlânticos chegam aos níveis atuais e quais sobre as mudanças climáticas que com certeza vai causar modificações espetaculares nos ecossistemas da Mantiqueira. Desde 1937, ano de criação do Parque, pouquíssimo foi feito para regularizar as terras, que deveriam ter sido compradas de seus legítimos donos.. Chegamos a situação de hoje. A maioria dos proprietários originais venderam suas terras, que foram sendo valorizadas para construção de casas de campo. O próprio governo federal à época incentivou a implantação de pousadas para desenvolver o turismo que crescia na região. Pois bem, com a mudança de aptidão das terras, que passaram a ser ocupadas por pessoas que valorizavam as belezas da região, suas águas cristalinas, rios e cachoeiras e o clima delicioso daquela montanha. Quando em vez acontecia, como o que está ocorrendo atualmente, pela enésima vez, movimento de retirada dos proprietários do antigo Núcleo Rural.

Me lembro bem, quando cheguei ao Parque em 1977, fui recebido por uma comissão de representantes da AAI - Associação dos Amigos do

Buscar conversas

Buscar em Grupos

Buscar na Web

 Entrar
  Mail
 

[Termos](#)
[Privacidade](#)
[Diretrizes](#)
[Feedback](#)
[Ajuda](#)
[Blog](#)

terça-feira, 1 Parque Nacional do Retiro da Reserva Indígena do Sítio, o que foi um grande erro, mas não vou discutir isto.

O que os proprietários estão querendo agora é algo similar, usando uma categoria de manejo prevista pelo SNUC. Buscam uma solução para se manterem em suas terras. É inútil discutir esse assunto com os proprietários das terras, pois nada vai convencê-los de sair.

O que me preocupa é que retoma esta mesma ladainha de retirada dos proprietários do Núcleo Rural e não se menciona o retante da área, originada pela ampliação do Parque, que é muito maior, super importante ecologicamente, trata-se de terras em Itamonte, Bocaina de Minas, Mirantão, Seminha e em outros pontos.

Não vejo na discussão de regularização estas terras, não vejo um desenho de prioridades. As chefias que passam pelo parque dão atenção maior para esta parte ocupada do antigo Núcleo, que está cheia de propriedades caríssimas, hotéis, pousadas e não priorizam comprar as terras no entorno do Parque que guardam ambientes únicos, principalmente nas encostas mineiras da mantiqueira.

A opinião de chefes que por lá passam são diversas. O atual parece ter priorizado ser um morador único no Parque, retirando todos os demais. Quantas propriedades existem pertencentes ao patrimônio público, que também estão ocupando o lugar da floresta de lá? Algumas foram construídas sem qualquer respeito ao Plano de Manejo. É um Parque peculiar.

Minha opinião: que o governo disponibilize muita grana mesmo para comprar as terras no Parque e terminar com os problemas fundiários, mas comece pelas mais importantes estrategicamente, que são aquelas que mencionei, na serinha, Capelinha, Itamonte, e Bocaina de Minas. O Parque está desprotegido pelos flancos e pelas costas. As terras que o envolvem devem ser compradas primeiro.

Somente após adquirir as terras dos flancos e das costas deve-se discutir estas do Núcleo Rural, que possuem não só terras caras. Caras devido a sua posição estratégica e infra-estrutura turística. Mais caras porque as edificações existentes, casas, pousadas, hotéis, são de grande valor, incluindo-se aí os valores dos lucros cessantes daqueles que tem seus negócios no ramo de hotelaria.

São centenas de lotes de 250 mil metros quadrados cada. As propriedades existentes, em grande parte são inacessíveis e se encontram em ótimas condições ecológicas. Dos atuais 30.000 hectares, elas representam pouco mais de 800 hectares. No entanto, o dinheiro que vai se gastaria ali, se houvesse, compra todo o restante e muito mais.

Quem quer que esteja no comando desta confusão, não faz contas, quer apenas retirar as pessoas daquele local. E, vai fazer o que com tantos hotéis, pousadas e casas. Já até houvê falar na insanidade de comprar os hotéis e depois arrendá-los, o que é no mínimo suspeito.

Quando o parque foi criado, o governo incravou a sede, no centro do Núcleo rural, cercado de propriedades privadas. Talvez seja este o maior problema. Quem administra o parque tem problemas de relacionamento com os vizinhos e nem pensa estrategicamente, quer ser absoluto no pedaço.

Como eu afirmei ponha muita grana, mas sabemos bem que esta grana não está disponível. O Instituto Chico Mendes tem um passivo de regularizações fundiárias em todo o Brasil, que não resolve com facilidade. E ainda continua criando novas unidades, que necessitam de mais recursos inexistentes.

O governo acaba de reduzir o orçamento do meio ambiente. Esta discussão antiga tem que parar e tomarem-se as medidas equilibradas. Têm dinheiro para regularização do Itatiaia?

tem? Então comecem pela periferia, como se come mingal quente, pelas beiras.

No mais é tudo ego e burrice.

Você mencionou o SOS Mata Atlântica. O que eles podem fazer? Nada! está fora do campo deles. Podem até fazer um barulhinho, mas não passa disso, infelizmente.

Sou apaixonado pelo Parque podes crer, mas não concordo com o que está sendo feito.

Paulo Ramos

--

Governo mineiro, mesmo sabendo do desastre anunciado libera a destruição de Conceição do Mato D'entro (Grupo X), desastre sem precedentes em Santa Catarina e apesar disto o Governo Estadual/SC querendo flexibilizar as leis ambientais, P.N.M.C. x Pré-Sal (hipocrisia), diminuição do PARNA Itatiaia, BR 319 na Amazônia, GT com o MMA, MDA e MAPA para flexibilizar as legislações de proteção ambiental, transposição do São Francisco, usinas nucleares, Avanço das Usinas Hidroelétricas na Amazônia (Rios Madeira, Tapajós e Xingú), liberação do Diesel S-2000, Lei que libera a destruição das Cavernas, Lei das Restingas, Gasoduto Coari-Porto Velho, Relaxamento na Lei de Crimes Ambientais, Lei do Marcio França(dep.fed./SP) para a Costa Brasileira, GT/CONAMA para os Topos de Morro, Portos Aqu/RJ, Brasil/SP e em Itacaré/BA, mudanças no Código Florestal, BR 101 no litoral paranaense, Usinas à Carvão Mineral na Amazônia, UHE Paiquerê, apoio irrestrito à produção de cana-de-açúcar no Brasil inteiro, diminuição da Serra da Canastra, destruição da Chapada Diamantina, PCH's pipocando Brasil afora, Rodoanel/SP, ZEE da Baixada Santista, municipalização das licenças ambientais, Tijuco Alto, monocultura florestal nos Pampas e nas divisas do País, maquiagens na lista vermelha de fauna e flora. E quem é que acha que esta lista de atrocidades termina por aqui????

Se Deus é brasileiro, ele então deve estar vivendo no exílio!!! O Brasil esta abandonado!!

Buscar conversas

Buscar em Grupos

Buscar na Web



[Termos](#)
[Privacidade](#)
[Diretrizes](#)
[Feedback](#)
[Ajuda](#)
[Blog](#)

OiaH!

Concordo com você.

Todas as áreas do Itatiaia devem ser livres de ocupações, incluindo várias ocupações do próprio Parque Nacional. Que devem ser reavaliadas.

Mas as coisas acontecem conforme o contexto político. Estamos vivendo um momento político de uma gravidade jamais ocorrida neste país. As instituições políticas, Parlamento e partidos estão tomados por quadrilhas que negociam de tudo..

Você deve conhecer o filme "A natureza das coisas", que discute a questão do Estado estar a serviço das grandes corporações. O Brasil é totalmente dominado pelas grandes Nacionais e multinacionais. O Lula não toma um copo de cachaça que não seja no copo deles e assim a totalidade dos políticos e dirigentes de instituições públicas que são nomeados por esta corja e se unem em rede para realizar suas loucuras.

Até a Marina Silva caiu nessa rateira. Tratou do IBAMA segundo a ótica reducionista e o fragmentou em várias novas Instituições. ANA (FHC); Serviço Florestal Brasileiro (Lula-Marina), Secretaria da Pesca (Lula-Marina), Instituto Chico Mendes (Lula-Marina). Me recordo da luta de nós "conservacionistas" como eramos conhecidos, hoje nos denominaram de ambientalistas, me recordo da luta que travamos nas décadas de 70 e 80 para reunir as instituições que lidavam isoladamente com as águas, organismos aquáticos, ecossistemas terrestres, atmosfera, ou seja, com o IBDF, SEMA, SUDEPE e de rebarba entrou a SUDHEVEA (já pensou existia uma instituição só para cuidar da produção de borracha da Seringueira).

Pois em 1989 festejamos a criação do IBAMA, que com todas as suas fragilidades se tomou a instituição mais respeitada nacionalmente. Mas isto foi péssimo para aquelas "corporations" que dominam os políticos, que financiam as campanhas destes bandidos e os colocam lá com seus cabrestos.

Enfim hermano estamos em uma esfera de disputas mentais, onde precisamos ampliar nossas forças para fazer a mudança. A energia mental dominante faz acontecer o que está aí. Temos que fazer a mudança mental planetária e tudo será diferente.

Veja o PAC, um nome que foi copiado do PAC que existe na comunidade européia que agora estou tendo contato direto. O nosso PAC é o programa de crescimento desta economia insustentável e o de lá é o programa agrícola, com todas as normas etc.

Enfim, voltando ao Itatiaia - lembro que para fazer a regularização fundiária é preciso estratégia e priorizar as áreas periféricas, do entorno, os flancos e as costas da mantiqueira, mais desocupadas, importantes ecologicamente etc.

Outro ponto importante, as pessoas que estão lá são nossos irmãos também e devem ser tratadas sem preconceitos. Estão lá por direito, compraram suas terras que estavam a venda e como eu afirmei antes, também amam aquele lugar. Nossas energias devem se concentrar no Instituto Chico Mendes que é o responsável para resolver a questão.

Temos que mudar a visão do atual chefe do Parque, que fica forçando a barra para priorizar a desapropriação das áreas mais caras, quando podemos comprar com os mesmos recursos muito mais terras.

Paulo Ramos

--- Em ter, 3/2/09, Kurupira <daniel@...> escreveu:

[Mostrar histórico de mensagens](#)

Veja quais são os assuntos do momento no Yahoo! + Buscados: [Top 10 - Celebidades](#) - [Música](#) - [Esportes](#)

ANEXO A – EXEMPLO DE QUESTIONÁRIO APLICADO

QUESTIONÁRIO DE PRODUTOR RURAL

Sítio/Faz _____ Local _____ Mun _____ Entrevistador _____ data _____
 Nome _____ - Título da terra – () não, () sim – data _____ Compra ou herança? _____
 Proprietários anteriores (datas/destino) _____

Área total _____ ha - parte explorada em: lavoura _____ pasto _____ descanso _____ capoeira _____ mata _____ campo nativo _____

Esquema da propriedade: residência, curral, granja, depósitos e outras edificações, diferentes cultivos, pasto nativo e plantado, capoeira, mata nativa, mata plantada, rios e córregos, açudes, nascentes e minas d'água, terras boas e ruins, água boa e ruim. **PASSADO (atrás)**

Topo do morro _____ m Encosta _____ m

Já vendeu alguma parte da terra? sim () não () Origem do comprador (cidade, estado): _____ Quando: _____
 Quantidade de área vendida: _____ valor: _____
 Possui retiro? Sim () Não () próprio () alugado () Valor pago aluguel do pelo retiro/ano _____
 Localização do retiro: _____ tamanho do retiro: _____
 Aluga para outros, pastos ou retiros? Sim () Não () Para quantas pessoas? _____
 Valor anual recebido pelo aluguel: _____ Tamanho da área alugada: _____

Produção e comercialização - Ano _____ (agrícola completo com safra)

Atividade	Área (ha/pés)	kilos/caixas/sacas semana/meses	Consumo %	Produção Vendida %	Consumo	Comercialização				
						preço	local venda	origem comerciante	destino final	
Lavoura										
Feijão		sacos/ano								
Milho		sacos/anos								
Inhamé		sacos/ano								
Batata										
Abobora										
Abobrinha										

Perspectivas das atividades (MERCADO /

PRAGA) _____

Atividades ANTERIORES/ RAZÕES DESISTÊNCIA _____

Produção e comercialização - Ano _____ (agrícola completo com safra)

Atividade	Área (ha/pés)	kilos/caixas/sacas semana/meses	Produção Vendida	Consumo	Comercialização			
					preço	local venda	origem comerciante	destino final
Fruteiras								
Amora								
Pêssego								
Pera								
Caqui								
Limão								
Pinhão								
Kiwi								

Perspectivas das atividades (MERCADO / PRAGA) _____

Atividades ANTERIORES/ RAZÕES DESISTÊNCIA _____

Produção e comercialização - Ano _____ (agrícola completo com safra)

Atividades	Cabeças	Produção Vendida (k/litro)	Consumo %			Comercialização			
						preço	local venda	origem do comerciante	destino final

								frigorífico / abatedouro		
Gado de corte										
Gado de leite cabeças de vaca										
Gado de leite bezerros										
Porco										
Galinha										
ovos (dz)										
Caprinos										

Perspectivas das atividades (MERCADO / PRAGA) _____

Atividades ANTERIORES/ RAZÕES DESISTÊNCIA _____

Atividade: Produção de queijo

Produção e comercialização - Ano _____

Produz queijo? Sim () Não ()

Compra leite de outras propriedades para fazer o queijo? Sim () Não () Qtd de propriedades ()

Qtd de litros de leite compra por mês () valor pago/litro ()

Quantidade de queijo produzido por mês? kg _____

Valor do kg meia cura _____ valor do kg curado _____

Local de venda _____ Origem do comerciante _____

Destino final _____

Perspectivas das atividades (MERCADO) _____

Atividades ANTERIORES/ RAZÕES DESISTÊNCIA _____

Produção e comercialização - Ano _____ (agrícola completo com safra)

Mel e derivados

Atividade:	quantidade de caixas?	Produção de litros/ ano	Produção Vendida in natura litros	Consumo %	Produção vendida processada propolis, xaropes etc? litros	Comercialização				
						preço litro	preço do processado litro	local venda	origem comerciante	destino final
Mel e derivados:										

Desde quando começou a trabalhar com mel e porque? _____

Perspectivas das atividades (MERCADO / PRAGA) _____

Atividades ANTERIORES/ RAZÕES DESISTÊNCIA _____

Produção e comercialização - Ano _____ (agrícola completo com safra)

Atividade Piscicultura	número de peixes	número de tanques	Consumo %	produção vendida in natura	produção vendida processada	Comercialização				
						preço in natura kg	preço processado kg	local venda	origem do comerciante frigorífico / abatedouro	destino final
Truta										

Desde quando trabalha com truta e porque? _____

Técnica na Lavoura

• Mês -

derrubar ou roçar (), queimar () arar () plantar () limpezas () safra ()
 seqüência de cultivos (mês) _____

• Quantas vezes utilizou o fogo:

• nos últimos cinco anos? _____

• 6 a 10 anos? _____

• 11 a 20 anos? _____

• Mais de 20 anos? _____

• Quando coloca fogo, em qual área fazia a queimada? Em campim nativo () pastagem plantada ()
 mata () macega ()

• Utilizava alguma prática de controle ao fogo? Clima, aceiro? _____

• O fogo vindo de outro lugar já atingiu sua área? _____

• Quantas vezes nos últimos cinco anos? _____

• 6 a 10 anos? _____

• 11 a 20 anos? _____

• Que tipo de área atingiu? pasto nativo () pastagem plantada () mata () macega ()

• Desses fogos quantos foram na divisa com o Parque? _____

• Você já utilizou o projeto do parque de queimadas controladas? Se sim, Porque? _____

• Se, não, pretende utilizar? Porque? _____

• O que você acha sobre a queimadas?

• Trator / Micro "Tobato" / cultivo (desde quando - próprio? _____

Quais vantagens? _____

• Arado de boi? desde quando - próprio? _____ Quantas juntas? _____

Quais vantagens? _____

• Irrigação (tipos, cultivos, desde quando, porque mudou de tipo?) _____

Quais vantagens? _____

• Adubo químico (cultivos, desde quando) _____

• Adubo animal / vegetal (cultivos, desde quando) _____

• Problema com praga / doença _____

• Quais produtos químicos (*venenos*) usa (cultivos, desde quando) _____

-
- Quanto tempo deixa descansar a terra? (baixada, encosta)

-
- Como funciona para recuperar a terra?

-
- Como funcionam o veneno para matar pragas? _____

-
- O remedio (fungicida, mata bicheira) para curar doença?

-
- O mata-mato (herbicida)? _____

-
- Problema mau olhado / olho gordo na lavoura, animais, gente ? Como afasta? Usa chifre / caveira de boi?

-
- Terra viva (porquê)? _____

- Água?

-
- Deus/santos ajudam?

-
- Diabo atrapalha?

Técnica na Pecuária - raça _____

- Pasto plantado _____ ha, tipos (datas) _____

- Aluga pasto para si mesmo? Se sim, quantidade da área _____ como funciona o sistema de pagamento?

Aluga pasto para outras pessoas? Se sim, quantidade de pessoas? _____ tamanho da área _____ valor recebido por ano _____

Capineira plantada _____ ha, tipos (datas) _____

Foi plantado em área que era de *lavoura* _____ ou de *mata* _____ campo nativo ()

- Usa ração? _____ para quais animais e época? _____

Quantidade de quilo de ração que usa por ano? _____ preço do saco da ração _____

- Cercamento área de pastagem _____ ha, divisões internas - nº _____ - data _____

Crédito

Como financia plantio / criação? Crédito bancário, empréstimo particular (datas / finalidade) _____

Financiamento PRONAF (valor / objetivo / termos e tempo carência) _____

Compra da terra (R\$/ano - tempo carência) _____

Associação de Produtores

Nome _____

Tempo de participação em associação/projeto/coop _____ anos

Participação (em assembléias, direção) _____

Por que entrou na associação/coop? _____

Objetivos da assoc/coop _____

Vantagens / desvantagens para você _____

Associação da Comunidade ou de Moradores

Nome _____

Tempo de participação em associação/projeto/coop _____ anos

Participação (em assembléias, direção) _____

Por que entrou na associação/coop? _____

Objetivos da assoc/coop _____

Vantagens / desvantagens para você _____

Apoio Institucional à Associação

- Apoio da Prefeitura, Governo do Estado, EMATER (forma e desde quando) _____

- Rotação de pastagens

- Transfere gado durante o ano? _____ todos os animais? _____ em que meses?

→ Vacina gado para: 1) aftosa (19__) 2) raiva (19__), 3) _____ (19__) 4) _____ (19__)

- Cruzamento raça melhor (qual)? _____ Touro próprio? _____ De quem? _____

- Leite - _____ litros/dia _____ meses no ano - _____ litros / dia

Produz queijo?

- Tratos de outras criações – suínos, aves

- descreva instalações _____

Trabalhadores

- Familiares n° _____ função

- Troca de dias / mutirão / pixirum (c/quem)

- Temporários n° _____ pagamento - R\$ _____ /dia/mês - função/época

pequeno produtor vizinho / fora (de onde?) _____

- Permanentes n° _____ pagamento - R\$ _____ /dia/mês - função/época

Carteira assinada? _____ Moram na propriedade _____ Casa é dele ou do proprietário _____

Tem área de plantio próprio? _____ ha, cultivos _____ animais _____

- Familiares c/Trabalho Fora (dias/época/para quem) _____

→ Passado _____

Extensão – EMATER,

Assistência técnica (frequência / objetivo) _____

Como era assistência técnica e social no passado? _____

- Apoio de Instituições que não são do Governo - Igreja, Univ., ONGs _____
(forma e desde quando) _____

Participação Política

Membro de Sindicato dos Trabalhadores rurais () Sindicato dos produtores rurais
benefícios) _____

Como pressiona políticos para melhorias _____

Órgão Ambientais

O Parque do Itatiaia atrapalha sua prática agrícola? Como e desde quando? _____

Animais come lavoura/criação? (providências?) _____

Já perdeu área a expansão do Parque ou conhece alguém que isso aconteceu? Quanto área e localização? _____

O IBAMA (APA DA MANTIQUEIRA) ou INEA atrapalham sua prática agrícola? _____

Já recebeu alguma multa ou advertência? De quem e porque? Qual valor? _____

Família

Membros	Idade	Sexo	Escola (série)	Local de Estudo	Local de Residência	AtividadeS
Sr.		M				
Esposa		F				
Filho 1						
2						
3						
4						
5						

6						
7						
8						
9						
Outros em casa						

Filhos falecidos _____ data, idade e causa _____
 (detalhes assassinato) _____

Religião (freq/partic) _____

Migração

mudanças (z.rural-urbana/munic/estado: até que idade? Que tipo de trabalho? Terra própria?)

Local Nascimento _____

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____
- 5) _____
- 6) _____
- 7) _____
- 8) _____
- 9) _____
- 10) _____

Social

Escola (nível /local / distância / transporte) _____

Posto de Saúde _____ Hospital _____
 agente de saúde ____ / mês, médico ____ / mês - tem remédios? _____

Locomoção – bicicleta, ônibus, moto, carro, camionhete, - próprio?
 condições da estrada _____ distância sede _____ horas viagem _____

Local de compras (___ / mês) _____ Banco _____

Recreação fim do dia _____

Recreação fim de semana _____

Moradia (*observar maioria*)

no. cômodos _____, chão de _____ paredes de _____
 telhado de _____ (forro), banheiro (fora, dentro), vala preta p/rio, fosse sanitária, _____
 eletricidade _____ desde quando? _____ - água - rio, poço, outros _____
 caixa d'água comunitária / própria - água encanada na casa? _____
 móveis - bancos rústicos, de fórmica, estofados _____

Eletrodomésticos - rádio/som, fogão a gás, geladeira, máquina costura, TV, antena parabólica, DVD,
 lava roupa, computador, outros - _____

Renda Familiar

Atividade agrícola - R\$ _____ (___ meses / ano) R\$ _____ (___ meses fracos / ano)

Aposentaria R\$ _____ Bolsa família R\$ _____, Bolsa verde R\$ _____, Aluguel de casa _____

Aluguel de pasto R\$ _____

Com essas fontes de renda deixou / diminuiu o plantio / a criação? Por quê? _____

Sua vida é melhor, pior ou a mesma coisa de 15 anos atrás? (por quê) _____

Assombrações (Aparência, bicho/gente? Localização/hora/época. Faz o quê? Por quê transformam?, como reviram?)

Curupira/Caipora _____

Saci _____

Lobisomem _____

Alma Penada _____

Mula sem Cabeça _____

• _____

